



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RENATA DA SILVA BARBOSA

**“TERRITÓRIOS DOS EXCLUÍDOS”: as territorializações de crianças e adolescentes
em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande – PB**

**RECIFE – PE
FEVEREIRO – 2014**

RENATA DA SILVA BARBOSA

“TERRITÓRIOS DOS EXCLUÍDOS”: as territorializações de crianças e adolescentes em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador

Prof.º. Dr.º. Alcindo José de Sá

Co-orientador

Prof.º. Dr.º. Francisco Kennedy Silva dos Santos

**RECIFE – PE
FEVEREIRO – 2014**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238t Barbosa, Renata da Silva.
"Território dos excluídos" : as territorializações de crianças e adolescentes em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande – PB / Renata da Silva Barbosa. – Recife: O autor, 2014.
150 f. il. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.

Inclui referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Espaços públicos urbanos – Crianças e adolescentes – Direitos. 3. Crianças e adolescentes - Riscos. 4. Violência urbana. I. Sá, Alcindo José de (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-26)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



RENATA DA SILVA BARBOSA

**“TERRITÓRIOS DOS EXCLUÍDOS”: AS TERRITORIALIZAÇÕES DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO, NO ESPAÇO URBANO DA
CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB.**

Dissertação aprovada, em 14/02/2014, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Alcindo José de Sá
(1º examinador – orientador – PPGeo/UFPE)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias
(2º examinador – UEPB)

Prof. Dr. Osvaldo Girão da Silva
(3º examinador – PPGeo/UFPE)

RECIFE – PE
2014

DEDICATÓRIA

A todas as crianças e adolescentes que têm os seus direitos violados por esta sociedade tão desigual e desumana!

AGRADECIMENTOS

Pode parecer clichê ou piegas iniciar os agradecimentos referenciando um Deus vivo, contudo, acredito ser fundamental externar a minha gratidão por mais uma etapa vencida, concluída, com este estudo. Na certeza que há um Deus que foi basilar para a conclusão do curso, sustentando e encorajando-me nas aflições, angústias e solidão que tais estudos nos remetem. A ti senhor, toda honra e toda glória! A Nossa Senhora mãe de todos nós, que, nunca me abandonou.

Em seguida, gostaria de agradecer a toda minha família pelo apoio, compreensão, tanto dos momentos ausentes (necessários para elaboração do estudo), como escutando os desabaços das dificuldades geradas. Em especial a minha mãe Maria José (mulher forte, de fé) e ao meu pai Reginaldo Arruda (homem generoso, paciente) por compreender a distância (Campina Grande – Recife) e saber da importância que este estudo significaria para minha vida profissional e pessoal. Aos meus irmãos Reinaldo Barbosa e Rildo Barbosa, por momentos de descontração, conversas, que foram compartilhados com meus sobrinhos Ricardo Barbosa e Valentina Barbosa e minha cunhada Nadjane Lopes. A minha querida vó Josefa Maria (Dona Neném), mulher que é exemplo de coragem e fé, uma guerreira, que sempre lembrou-se de colar-me nas suas orações.

Gostaria de estender os meus agradecimentos ao meu noivo Aécio Soares pela paciência, por compreender que a distância era necessária e saber compartilhar comigo os meus sonhos. A Raimunda Soares (Dona Socorro) pelo apoio e preocupação, ajudando-me a realizar as mudanças que a realização do curso em outra cidade exigia. Gostaria de elucidar a minha gratidão, também, a Maria Silva (Socorro), minha prima que me acolheu na sua casa, de forma atenciosa e carinhosa, fazendo da sua casa a extensão da minha, no início do curso, quando tudo parecia ser mais difícil.

Gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pela bolsa concedida para realização da dissertação que fomentou o estudo.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu orientador Alcindo de Sá pelas contribuições para realização da pesquisa, no qual, através de sua metodologia ensinou-me a ser autônoma, gerando incertezas, contudo, instigando-me a aprofundar os estudos e pesquisas; e ao meu co-orientador Kennedy Santos, sendo este importantíssimo para estruturar o estudo e pela disponibilização de tempo, buscando sempre, tranquilizar-me.

A todos vocês, os meus sinceros agradecimentos!

*“Tá relampiano Cadê Neném?
Tá relampiano Cadê Neném?
Tá vendendo drops no sinal pra alguém
Tá vendendo drops no sinal, ninguém*

*Todo dia é dia, Toda hora é hora
Neném não demora pra se levantar
Mãe lavando roupa, pai já foi embora
E o caçula chora, mas há de se acostumar
Com a vida lá de fora do barraco*

*"Hay que endurecer" um coração tão fraco
Para vencer o medo de trovão Sua vida aponta a contramão*

*Tá relampiano Cadê Neném?
Tá relampiano Cadê Neném?
Tá vendendo drops no sinal pra alguém
Tá vendendo drops no sinal, ninguém*

*Tudo é tão normal, todo tal e qual
Neném não tem hora pra ir se deitar
Mãe passando roupa do pai de agora
De um outro caçula que ainda vai chegar*

*É mais uma boca dentro do barraco
Mais um quilo de farinha do mesmo saco
Para alimentar o novo João Ninguém
A cidade cresce junto com Neném*

Relampiano – compositor: Lenine e Paulinho Moska

RESUMO

BARBOSA, Renata da Silva. “**TERRITÓRIOS DOS EXCLUÍDOS**”: as territorializações de crianças e adolescentes em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande – PB. Recife, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. CFCH/UFPE/PPGEO.

O respectivo estudo aborda os territórios que são construídos e desconstruídos nas mais variadas escalas e tempos por crianças e adolescentes, em situação de risco, no espaço urbano da cidade de Campina Grande – PB. A pesquisa delimita-se nos respectivos espaços, sendo estes localizados no centro e seu entorno: semáforos, praças (Clementino Procópio e Bandeira), parque (Evaldo Cruz) e principais ruas comerciais. Como se denota, o objetivo principal do estudo é analisar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização desta população infanto-juvenil, bem como identificar a realidade sócio-espacial desta população, a fim de compreender melhor o porquê destes “trabalhadores” nestes locais. Isto demanda entendermos os relacionamentos familiares, o papel do Estado e a estrutura social como um todo, ou seja, o que estas instâncias garantem para as crianças e adolescentes, na tentativa de identificarmos a construção de territórios e territorialidades e, assim, evidenciar a violência, o medo e as drogas como fatores de construção territorial. O método utilizado para embasar o estudo é o dialético, visto que, caracteriza-se por um modelo esquemático de esclarecimento da realidade que possui como base a oposição e os choques entre situações diversas ou opostas (pares dialéticos), ou seja, serão analisadas as “partes” em constantes mudanças e conflitos. Os procedimentos metodológicos que norteiam a pesquisa constitui-se do levantamento bibliográfico e documental, no qual, forneceu um aporte teórico que corroborou para a pesquisa empírica. Ressalte-se que as observações “*in loco*” caracterizaram-se tanto por observações da pesquisadora, sem participação direta do público alvo, como também se fez necessário à aplicação de questionários, para compreendermos as relações de medo, violência e a responsabilidade da sociedade campinense com esses indivíduos. Desta maneira, o trabalho que se segue não busca unicamente apresentar uma discussão teórico-metodológico que contribua para as discussões e reflexões em torno destas problemáticas urbanas. Pretende-se também, elucidar como essas crianças e adolescentes, enquadradas em situação de risco, são sujeitos de direito; indivíduos marginalizados pertencentes a um espaço que não é “natural”, mas partícipes de organizações como a família, a sociedade e o Estado que detêm responsabilidades diante destes, aonde, são considerados pela Constituição como prioridade absoluta.

Palavras-chave: território, crianças, adolescentes, situação de risco.

ABSTRACT

BARBOSA, Renata da Silva. "**TERRITORY OF THE EXCLUDED**": the territorialization of children and adolescents at risk in the urban space of Campina Grande – PB. Recife, 2014. Essay (Geography Master's Degree) Postgraduate Programme in Geography. CFCH/UFPE/PPGEO.

This study addresses the respective territories that are constructed and deconstructed in various scales and times by children and adolescents at risk situation in the urban space of Campina Grande city, PB. The research is delimited to the respective areas, these being located in the city centre and its surroundings: traffic lights, squares (Clementino Procópio and Bandeira), parks (Evaldo Cruz) and main shopping streets. As denotes, the aim of this study is to analyse the processes of territorialisation, deterritorialisation and reterritorialisation of this youngster population, as well as identify the socio-spatial reality of their population in order to understand better why these "workers" are in these places. This requires understanding family relationships, the role of the State and the social structure as a whole, in other words, what these instances guarantee for children and adolescents in an attempt to identify the construction of territories and territoriality and thus, underline the violence, fear and drugs as territorial construction factors. The method used to support the study is dialectical, since it is characterised by a schematic model of explanation of reality that has as base the opposition and clashes between opposing or different situations (dialectical pairs), i.e., we analyse the "parts" in constant changes and conflicts. The methodological procedures that guide the research are bibliographic and documentary surveys, where they provided a theoretical contribution, which confirmed the empirical research. We point out that the *in situ* remarks are characterized not only by the researcher's observations, without direct involvement of the target audience, but also by questionnaires that turned out to be needed, in order to understand the relationship of fear, violence and the responsibility of Campina Grande society with these individuals. Thus, the work that follows seeks not only to present a theoretical and methodological discussion that contributes to the discussions and reflections around these urban issues. It also intends to elucidate how these children and adolescents, under risk conditions, are subjects of laws; marginalised individuals belonging to a space that is not "natural", but participants of organisations such as family, society and the State, that hold responsibilities before them, which are regarded by the Constitution as an absolute priority.

Keywords: territory, children, adolescents, risk situation.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

| | |
|--|-----|
| Fotografia 01: Estação Great Western e usuários, em seus primórdios..... | 52 |
| Fotografias 02 e 03: Crianças e adolescentes em semáforos em diferentes capitais do Brasil..... | 64 |
| Fotografias 04: Adolescente limpando para-brisa no semáforo localizado no Bairro da Estação Velha..... | 67 |
| Fotografias 05 e 06: Crianças e adolescentes na prática de limpar para-brisas no Bairro da Estação Velha..... | 68 |
| Fotografia 07: Adolescente sendo aliciado por adulto..... | 70 |
| Fotografias 08 e 09: Adultos comercializando nos semáforos da Avenida Canal..... | 71 |
| Fotografias 10 e 11: Crianças comercializando buchas automotivas nos semáforos..... | 73 |
| Fotografia 12: Crianças e adolescentes na prática da mendicância..... | 77 |
| Fotografia 13: Açude Novo, construído para abastecer Campina Grande..... | 80 |
| Fotografia 14: Parte interna do Açude Novo..... | 80 |
| Fotografia 15: Espaços interligados do Açude novo e o Terminal de Integração..... | 81 |
| Fotografia 16: Adolescentes mendigando nas lanchonetes localizadas ao redor do Açude Novo..... | 82 |
| Fotografia 17: Criança enfrente a lanchonete (mendicância)..... | 85 |
| Fotografias 18 e 19: Crianças coletando materiais recicláveis..... | 86 |
| Fotografia 20: Oficina realizada pelo Programa Ruanda..... | 109 |
| Fotografias 21 e 22: Adolescentes dormindo em áreas de risco..... | 112 |
| Fotografias 23 e 24: Adultos circulam em meio as crianças e adolescentes fazendo uso de substâncias psicoativas..... | 121 |
| Fotografia 25: Crianças e adolescentes consumindo substâncias psicoativas na Praça | 123 |

| | |
|--|-----|
| Clementino Procópio..... | |
| Fotografias 26 e 27: Paradas de ônibus que ficam localizadas paralelamente as praças Clementino Procópio e Bandeira..... | 136 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 01: Estado da Paraíba. Ressaltando a localização do Município de Campina Grande e sua área urbana..... | 50 |
| Mapa 02: Confluência das Ruas e Avenidas em estudo..... | 66 |
| Mapa 03: Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira..... | 75 |
| Mapa 04: Açude Novo e o Terminal de Integração..... | 79 |
| Mapa 05: Área de atuação do Programa Ruanda..... | 104 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------|
| RESUMO | VIII |
| ABSTRACT | IX |
| LISTA DE FOTOGRAFIAS | X |
| LISTA DE MAPAS | XI |
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 DA GEOGRAFIA TRADICIONAL À GEOGRAFIA HUMANÍSTICA: o território nos “altos e baixos” preferenciais dos cientistas | 20 |
| 1.1 Território: uma perspectiva naturalizante de Ratzel..... | 23 |
| 1.2 Território e Poder: um discurso metonímico? | 29 |
| 1.3 Definindo o poder para compreender o território..... | 30 |
| 1.4 Analogias e incoerências em torno do conceito de território | 36 |
| 2 CAMPINAGRADE E OS “TERRITÓRIOS DOS EXCLUÍDOS” | 48 |
| 2.1 Compreendendo o espaço urbano em estudo: uma análise geo-histórica | 49 |
| 2.2 O território na perspectiva contemporânea: multiescalar e multitemporal..... | 55 |
| 2.3 A construção dos territórios nessas áreas de risco: territorialidades da exclusão | 58 |
| 2.4 Territórios cíclicos..... | 62 |
| 2.4.1 Os territórios dos semáforos | 64 |
| 2.4.2 Os territórios das praças (centro)..... | 74 |
| 2.4.3 Os territórios do Açude Novo..... | 78 |
| 2.4.4 Os territórios nas principais ruas comerciais (centro) | 83 |
| 2.5 Territorialização – desterritorialização – reterritorialização: crianças e adolescentes redefinindo os processos geográficos | 87 |
| 3 ORGANIZAÇÕES TERRITORIALIZANTES: o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e seus agentes | 96 |
| 3.1 Conselho Tutelar | 99 |
| 3.2 Secretária de Assistência Social – SEMAS..... | 101 |
| 3.3 Programa Ruanda | 102 |
| 4 OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AÇÕES SOCIAIS NA CONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS CÍCLICOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO NO ESPAÇO URBANO | 114 |

| | |
|---|-----|
| 4.1 Família: uma instituição em “decadência” | 115 |
| 4.2 Sociedade: como os campinenses “encaram” esta problemática social | 119 |
| 4.3 Fatores favoráveis à fixação dos sujeitos nas áreas de risco: | 122 |
| 4.3.1 Drogas..... | 123 |
| 4.3.2 Medo ou “territórios do medo”? | 129 |
| 4.3.3 Violência..... | 133 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 138 |
| REFERÊNCIAS | 142 |
| APÊNDICES | 146 |

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é constituído por diferentes formas de apropriação do uso do solo e isso acontece devido aos processos diferenciados que envolvem ações e sujeitos, que almejam usufruir ou dominar aquele espaço com um determinado propósito. Desta maneira, o espaço urbano vai sendo fragmentado. No entanto, esses fragmentos não são desarticulados. Os agentes responsáveis por esses processos de construção do espaço urbano, que o torna desigual, são as grandes empresas/indústrias, o capital imobiliário, os segregados sócio-espaciais, dentre outros. Afinal, o que embasa a ação do capital, tanto no urbano quanto no rural, é a lógica de “desenvolvimento desigual e combinado”.

Temos, portanto, um urbano que é diferenciado, onde os espaços são produzidos e consumidos de forma desigual. E essas desigualdades irão implicar diretamente na dinâmica deste espaço, visto que, grande parte dos indivíduos encontra-se à margem dessa sociedade, ou seja, as classes sociais mais baixas estarão, também, à margem do plano econômico, político e social, implicando numa participação precária da vida urbana, bem como da sociedade. Isto posto, estabelece-se como recorte espacial do respectivo estudo a cidade de Campina Grande – PB, que fica localizada no agreste paraibano, no planalto da Borborema, entre o litoral e o sertão. Devido a sua localização, a cidade surgiu como ponto de apoio dos comerciantes que faziam o percurso sertão-litoral, sendo considerada, nos dias atuais, como uma das principais cidades interioranas do Nordeste.

Campina Grande presenciou um “boom” econômico na metade do século XX que veio atrelado, principalmente, ao ciclo do algodão. A cidade crescia de forma “assustadora”, uma vez que, o processo de urbanização pela qual passou foi veloz e impactante, não possuindo os gestores “estratégias de controle”. Para elucidarmos o exposto, Campina Grande mais que triplicou seu número de habitantes em 20 anos, passando de 33.800 habitantes para 116.200 habitantes no período de 1940 a 1960, sendo desastrosas as consequências deste fenômeno. A cidade em estudo, como tantas outras localizadas nos países periféricos, não conseguiu conciliar um desenvolvimento econômico com um desenvolvimento social. Assim, no seu espaço urbano materializa-se, através da presença de crianças e adolescentes em situação de risco, um dos reflexos de suas desigualdades sócio-econômicas. Essa problemática social já fora identificada há muitas décadas, havendo relatos que no ciclo do “ouro branco” (algodão) já presenciavam-se essa população infanto-juvenil nas ruas e até notificações de atos infracionais, em que os menores eram conhecidos como os “roubadores de buchas”. Essa ação

se caracterizava pela formação de grupos (com variadas faixa etárias) que praticavam assaltos aos caminhões que transportavam o algodão.

Os centros urbanos são caracterizados por peculiaridades que surgem a partir dos diferentes usos do solo, que serão determinados pela classe social a que o indivíduo pertence, e isso já foi mencionado. Contudo, acredita-se que essas fragmentações são “geografizadas” a partir do processo de territorialização. Ou seja, no espaço urbano podemos identificar vários territórios que são construídos e desconstruídos por diferentes agentes sociais. Esses territórios são compostos não como um mosaico, mas, alguns destes se superpõem, no sentido que, em um espaço específico, podemos identificar variados territórios que foram/são dominados/conquistados para fins distintos. O território, bem como as demais categorias geográficas, teve no transcurso de sua história, momentos de ser excessivamente estudado/mencionado e momentos que foi relegado “a segundo plano”, em detrimento de outros conceitos. Desta maneira, e sendo atrelado a correntes de pensamentos distintos, o conceito de território foi sendo (re)definido; contudo, o poder, um dos elementos fundamentais para definir o termo, perpassou as décadas, contribuindo decisivamente para o que temos nos dias atuais. O território corresponde, desta maneira, a um campo de forças, onde, as relações sociais que são, também, relações de poder, dominam e delimitam os espaços, e esta forma de apropriação pode ser constituída de forma simbólica, cultural, política, econômica, ou seja, possuindo funcionalidades distintas.

Destarte, a população infanto-juvenil que se encontra em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande – PB, sendo “fruto” de uma sociedade desigual e desumana que é conduzida por um sistema no qual as contradições tornam-se o elemento basilar para manter-se, buscam por espaços “profícuos” (no entendimento dos mesmos), permitindo-os viver em meio a tantas disparidades. Desta maneira, a pergunta principal que norteia o estudo consiste em compreender os processos/relações nos quais essas crianças e adolescentes constroem os seus territórios nas praças, parques, semáforos e principais ruas comerciais do centro da referida cidade. Como questões secundárias podem elencar: O que levou esta população infanto-juvenil a coabitar esses espaços? Qual a participação da Família, da sociedade, do Estado (Leis Federais e Municipais), dentre outras instâncias, para que esta população infanto-juvenil torne os semáforos, as praças, o parque e as principais ruas comerciais, o seu local de “trabalho”? Qual o motivo da predominância de indivíduos do sexo masculino nos semáforos? Como se dá a escolha desses espaços? Como os sujeitos lidam com a violência, o medo e os entorpecentes nos semáforos, nas praças, no parque e nas principais ruas comerciais?

É importante ressaltar que as questões acima mencionadas não foram utilizadas como um conjunto de questionamentos fechados que nortearam por completo a pesquisa. No decorrer do estudo, foram sendo acrescentadas outras, reveladas com as observações “*in loco*”. Contudo, esse conjunto de questões significou o despertar inicial para realização da mesma. Sobre as hipóteses, estas incidem nos seguintes pontos:

a) Hipótese principal

As crianças e os adolescentes constroem os seus territórios a partir de relações sociais, nos quais o poder é elemento determinante, em espaços urbanos da cidade de Campina Grande – PB, em especial, nas praças, parques, semáforos e principais ruas centrais e seu entorno. Para os referidos segmentos, tais espaços são verdadeiros agregados de valor, pois para muitos apresentam-se com mais de uma funcionalidade: ou servem de moradia, local de conseguir dinheiro, de consumir as substâncias psicoativas, dentre outros.

b) Hipóteses secundárias

H₁ – A população infanto-juvenil que se encontra em situação de risco, nas praças, parques, semáforos e principais ruas comerciais do centro da referida cidade, a partir das relações sociais, que são, também, relações de poder, territorializam os espaços urbanos, imprimindo nestes várias funcionalidades. As mesmas são distintas dos grupos sociais mais abastados, que podem ou não circular pelos mesmos locais.

H₂ – O Estado nas suas variadas escalas (federal, estadual e municipal) desenvolve e vem desenvolvendo mecanismos que possam garantir de forma efetiva a proteção integral a essas crianças e adolescentes. Contudo, e apesar do aparato político-legislativo existente, ações sociais encontram pouca funcionalidade na construção de territórios cidadãos.

H₃ – Sendo oriundas dessa sociedade, que é basilarmente conduzida por um sistema contraditório, desigual e desumano, as crianças e adolescentes que buscam os espaços públicos como saída imediata para seus problemas, são impulsionadas facilmente a se envolverem com substâncias psicoativas, com a violência e o medo.

Neste sentido, o estudo ora apresentado busca trazer para o cerne dos debates e das reflexões, processos referentes a dinâmicas territoriais, que são construídas/desconstruídas nas mais variadas escalas e tempos, possuindo funcionalidades que serão definidas pelas crianças e adolescentes que encontram-se em situação de risco, habitando/frequentando os espaços públicos da cidade de Campina Grande. Acresça-se, ainda, compreender a conjuntura social na qual essa população infanto-juvenil encontra-se imersa, buscando analisar os fatores que são resultantes, principalmente, do desarranjo familiar, ausência efetiva de políticas públicas,

apesar da política-legislativa apregoar garantias à proteção integral a essas crianças e adolescentes, vendo-as como prioridade absoluta.

Destarte, com a ideia de elaborar e desenvolver o respectivo estudo, visamos, também, compreender as ações político-legislativas que garantem os direitos destas crianças e adolescentes, a exemplo da Constituição Federal de 1988, que já traz um artigo referente a esta problemática, vindo em seguida à elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (1999), que, aliás, são muito pouco efetivadas. No espaço urbano da cidade em estudo, esta problemática referente à presença constante de crianças e adolescentes em situação de risco só tem aumentado, gerando outros problemas, como o consumo de substâncias psicoativas, violência, furtos, dentre outros, fatos comumente noticiados pelos jornais e telejornais do Estado e os locais.

E, por fim, vale ressaltar a importância do método, bem como dos procedimentos metodológicos para realização da pesquisa, que se caracterizou por um estudo interdisciplinar, possuindo como pilar a Ciência Geográfica. O método utilizado foi o dialético, que caracteriza-se por um modelo esquemático de esclarecimento da realidade que possui como base a oposição e os choques entre situações diversas ou opostas (pares dialéticos), ou seja, serão analisadas as “partes” em constantes mudanças e conflitos. Desta maneira, este método utiliza de elementos conflitantes entre dois ou mais fatores para explicar uma nova situação decorrente deste conflito, a síntese. Os elementos básicos deste método se caracterizam pela tese-antítese-síntese. Segundo Sposito (2004, p.39), o método dialético é aquele que “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar, então, à verdade, fruto da razão”.

A pesquisa se caracterizou por um levantamento bibliográfico de cunho geográfico, interdisciplinar e documental, onde se buscou as fundamentações teóricas e dados importantes sobre o fenômeno em análise, em especial, o projeto Ruanda (Programa da Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB, que trabalha na orientação das crianças e adolescentes em situação de risco). Aprofundando os procedimentos metodológicos, foram feitas observações “*in loco*” e a aplicação de questionários, ou seja, observações sem interação da pesquisadora com os sujeitos observados, sendo notificadas todas as ações e relações sociais estabelecidas entre eles. Essas observações “não-participativas” ocorreram de duas formas: no período de três meses (05/03/2013 a 05/06/2013), buscou-se subdividir o tempo para que as áreas em estudo fossem acompanhadas e observadas em todos os horários, em períodos distintos. Assim, as observações realizadas nos semáforos foram feitas de forma solitária, ou seja, a pesquisadora observava as áreas, bem como os sujeitos, sem acompanhar nenhuma

equipe. Acresça-se, também, as observações nas praças, parques e ruas centrais que foram realizadas a partir da inserção da pesquisadora no Programa Ruanda, que trabalha na orientação direta com as crianças e adolescentes.

Para compreender as estruturas familiares dessa população infanto-juvenil, a pesquisadora acompanhou a equipe do Programa Ruanda na realização das “visitas domiciliares”. Essas visitas às famílias das crianças e dos adolescentes que são identificados nas áreas de risco ocorreram e ocorrem mensalmente e buscam alertar os pais para o perigo que as ruas oferecem. Desta maneira, pode-se compreender o contexto de onde essa população infanto-juvenil emerge e, conseqüentemente, as relações de medo e violência entre a sociedade e esse segmento populacional infanto-juvenil e vice-versa, bem como as responsabilidades da sociedade perante esses sujeitos. Assim, foram aplicados questionários nas áreas de estudos, nos seguintes sítios: semáforos - principais confluências: Avenida Cajazeiras com a Rua Vigolvinho Wanderley (centro – periferia); Rua Tavares Cavalcante com a Avenida Canal (centro – periferia); Avenida Canal com a Rua Santo Antônio (Periferia – centro); Rua Dr. Severino Ribeiro Cruz com a Rua Sebastião Donato (Açude Velho – Parque do Povo); Rua Miguel Couto com a Rua Dr. Severino Ribeiro Cruz (centro – periferia); Avenida Professor Almeida Barreto com a Avenida Assis Chateaubriand (centro – periferia); Rua Pedro Leal com a Rod. BR – 104 (Bairro: Tambor – catolé), Rua Iremas Vilarim Meira com a Rua João Quirino (periferia – centro), Rua João Quirino com a Rua Iremas Vilarim Meira (Bairro: catolé – Tambor) (esses três semáforos são conhecidos, popularmente como Instituto dos Cegos); Rua Otacílio Nepomuceno com a Rua Severino Trindade (periferia – centro); praças (Clementino Procópio e Bandeira); parque (Evaldo Cruz) e ruas centrais (Maciel Pinheiro, Barão do Abiaí, Cardoso Vieira, Marques de Herval, Simeão Leal e Avenida Floriano Peixoto). O procedimento metodológico referente aos questionários foi embasado em amostragem probabilística, sendo uma amostragem aleatória simples, onde, foram aplicados 440 questionários nas áreas em estudo. Para isso, foi destinado um mês a mais (01/09/2013 a 30/09/2013). A quantidade de questionários a serem aplicados foi referente à população da cidade de Campina Grande – PB, sendo direcionada a sociedade que circula pelos espaços em estudo.

Desta maneira, o trabalho estruturou-se de forma a correlacionar teoria e prática, almejando aprofundar as reflexões e discussões a respeito da problemática referente às crianças e aos adolescentes, a partir da perspectiva propiciada pelo território. Para abranger todos os objetivos que foram explanados, houve a necessidade de estruturar o trabalho em quatro capítulos, sendo estes:

No primeiro capítulo, intitulado **DA GEOGRAFIA TRADICIONAL À GEOGRAFIA HUMANÍSTICA: o território “nos altos e baixos” preferenciais dos cientistas**, busca-se compreender o transcurso do conceito território, bem como os principais estudiosos que desenvolveram e ampliaram os horizontes do termo, para adentrarmos na concepção do território na contemporaneidade.

No capítulo seguinte, no qual foi definido como **CAMPINA GRANDE E OS “TERRITÓRIOS DOS EXCLUÍDOS”**, traz-se ao cerne do debate à caracterização dessa população infanto-juvenil, a dinâmica urbana da cidade de Campina Grande, apresentando alguns aspectos geo-históricos e a identificação dos “territórios dos excluídos” que são construídos/desconstruídos pelas crianças e adolescentes nas áreas já mencionadas anteriormente.

No terceiro capítulo, intitulado **ORGANIZAÇÕES TERRITORIALIZANTES: oECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e seus agentes**, as discussões são direcionadas para um aparato político-legislativo que busca garantir a proteção integral as crianças e adolescentes. Contudo, essa proteção é feita de forma pontual. Além de discorrer sobre o Programa Ruanda (municipal), que trabalha diretamente com esses indivíduos.

Por último, o quarto capítulo, intitulado **OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AÇÕES SOCIAIS NA CONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS CÍCLICOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO NOS ESPAÇOS URBANOS**. Ao discorrer sobre esta problemática, se fez necessário compreender a conjuntura familiar que impulsiona ou não, a população infanto-juvenil adentrar estas áreas. Destacando e refletindo sobre as responsabilidades da sociedade como um todo, que possui deveres diante destes sujeitos de direitos. E, por fim, no capítulo mencionado, abordaremos fatores que “favorecem” a permanência desta população infanto-juvenil nos respectivos espaços, como as drogas, a violência e o medo.

1 DAGEOGRAFIA TRADICIONAL À GEOGRAFIA HUMANÍSTICA: o território nos “altos e baixos” preferenciais dos cientistas

A ciência geográfica teve, no transcurso de sua história, momentos de incertezas conceituais quanto seu objeto de estudo, ocasionando um “atraso” conceitual, o que dificultou os estudos que se direcionavam numa perspectiva geográfica. Ressaltando que, estes momentos vinham atrelados as correntes de pensamentos que no momento se destacavam e nas quais os estudiosos se “filiavam”, com o intuito de ter um aparato científico que desse subsídio para compreender os dilemas sociais que se propunham a desvendar.

É importante acentuar, que não é propósito do estudo em questão adentrar de forma profunda e complexa na análise da Ciência Geográfica, desde o surgimento até os dias atuais. Porém, acredita-se ser necessário esboçar o contexto no qual o conceito principal do estudo, o território, surgiu e desenvolveu-se.

Da Institucionalização geográfica que segundo Corrêa (1995), emergiu em 1870 até os dias atuais, a Geografia percorreu caminhos que a levaram de uma ciência puramente descritiva para uma ciência social, que desenvolveu conceitos que possuem como objetivo o estudo da sociedade e sua relação com o “meio”. Desta maneira, e com o intuito de situar o leitor para o estudo que segue, de forma breve e correndo o risco de pecar pelo simplismo, discorreremos sobre as “fases” que marcaram, até o respectivo momento, à ciência geográfica e os principais conceitos que foram abordados nesta, com intuito de compor um pano de fundo para análise.

Datada do início do século XIX, a institucionalização da Geografia foi marcada pelo o avanço e pelo domínio da produção capitalista, que adentrou e modificou o modo de produção até então vigente, demudando o modo de vida da sociedade. Segundo Moraes (1999), alguns pressupostos foram fundamentais para tal institucionalização, como, por exemplo, a necessidade de conhecer efetivamente a extensão territorial (material) do planeta, bem como colher informações sobre os lugares e desenvolver técnicas cartográficas que permitissem tais ocupações, dentre outros.

Este primeiro momento da ciência em estudo é nomeado como Geografia Tradicional ou Geografia Clássica, período que vai de 1870 até meados de 1950, onde foi marcado (e é natural que tenha sido) por incertezas relacionadas ao seu objeto de estudo, uma vez que, os principais conceitos defendidos e analisados neste período concentravam-se no estudo da região, da paisagem e do território que foi incessantemente mencionado na Geografia Política, que surge como uma das vertentes da Ciência Geográfica.

O espaço, objeto da ciência geográfica, foi negligenciado e apareceu de forma sutil, segundo Corrêa (1995), nas obras de Hartshorne, e em Ratzel de forma mais aprofundada, ensaiando o que definimos hoje por espaço. Porém, Ratzel destacou-se não só por ver o espaço como “base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aquelas socialmente produzidas” (CORRÊA apud MORAES, 1995, p.18); este se destaca também por desenvolver a sua antropogeografia que tinha como principais conceitos o espaço vital e o território (categoria de estudo em questão, que será subsequentemente analisada de forma aprofundada e complexa). O território passa a ser um dos principais focos de estudo, uma vez que, e ainda de acordo com Corrêa (1995, p.18), o “espaço transforma-se, assim, através da política, em território, em conceito-chave da Geografia”, um conceito naturalizado, pois o território estava ligado diretamente ao solo e a uma compreensão atemporal dos termos, acreditando-se ser responsabilidade dos historiadores tais estudos.

Por volta de 1950, a Geografia, agora identificada como Geografia Teórica-quantitativa ou Geografia Pragmática, que vinha atrelada a uma corrente de pensamento positivista, instaura ou propõe “modificações metodológicas” que possuíam como foco desenvolver novas técnicas (matemática/estatística) que permitissem uma análise e compreensão das relações que a sociedade desenvolvia e era desenvolvida por estas. Segundo Corrêa (1995, p.20), “o espaço aparece, pela primeira vez na história do pensamento geográfico, como o conceito-chave da disciplina”, porém, o espaço não é compreendido de forma dinâmica, relacional. Neste momento, a ciência geográfica deixa em segundo plano os conceitos de paisagem, lugar e território, debruçando-se na compreensão do espaço, porém, não se aprofunda nas relações sociais que daí desencadeiam.

Como já mencionado anteriormente, o conceito de território é deixado de lado neste período, instigando alguns estudiosos a elaborar os motivos que resultaram nessa exclusão. Silva (2002, p.18) discorre sobre:

Após 1945, entretanto, tal concepção de território entrou em declínio (TAYLOR, 1985), seja aos excessos feitos em seu nome pelas políticas expansionistas alemães, seja pela emergência da corrente geográfica conhecida como Teórico-Quantitativa que, despolitizando a Geografia, deixou de considera-la um conceito-chave (CORRÊA, 1995).

Ou seja, até este momento, o conceito de território ainda estaria diretamente vinculado a uma concepção estatal do termo, não conseguindo se adequar as novas propostas metodológicas da ciência. É importante atentar para a “despolitização da geografia”, não

cabendo correlacionar o território, um conceito até o momento com dimensões completamente políticas.

Contudo, é no período identificado como Geografia Crítica que ocorre em meados dos anos de 1970 que os debates em torno dos conceitos se intensificam. Impulsionados pelo materialismo histórico e na dialética, a Geografia abre-se para uma discussão interdisciplinar que corrobora para um desenvolvimento epistemológico que marcou o período acima mencionado. O espaço, segundo Lefévre(apud CORRÊA, 1995, p.25) “não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social)”, mas, dinâmico e relacional. Vários foram os estudiosos que se debruçaram para compreender o objeto da geografia, dentre estes destaca-se Santos (2008, p.100), que define o espaço como “um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”, permitindo assim “transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente”, um híbrido.

Outra contribuição significativa para compreendermos o campo epistemológico que concedeu ao espaço várias discussões e reflexões é a da cientista Ana Fani Alessandri Carlos (2012), que compreende o espaço a partir de uma tríade “condição, meio e produto da reprodução da sociedade”. Desta maneira, compreende-se que não existe sociedade a-espacial, muito menos espaços atemporal.

O território também será campo de várias discussões epistemológicas, chegando alguns geógrafos a criticarem o “modismo” no qual a ciência estaria submersa. O território volta ao centro das discussões geográficas, epistemologicamente renovado. Isso ocorre devido ao interesse dos estudiosos em compreender as relações de poder que se imprimia no espaço. De acordo com Silva (2002, p.18), “o território passou a ser visto, não apenas como ‘espaço próprio do Estado-nação, mas dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa”.

Surgindo no mesmo período que a Geografia Crítica, a Geografia Humanista esteve calcada “nas filosofias do significado, especialmente na fenomenologia e no existencialismo” (CORRÊA, 1995, p.30). Segundo Corrêa (1995, p.30), “a geografia humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência”; o espaço estará vinculado ao vivido, aos sentimentos espaciais. Alguns conceitos voltam ao centro dos debates como, por exemplo, a paisagem, o lugar, a região e o território; porém, sendo analisados a partir da “percepção” espacial. O debate em torno do território gera algumas divergências quando analisados nesta perspectiva, pois, alguns estudiosos acreditam que o termo assim analisado se igualaria a concepção de lugar. Segundo Ribeiro (2002, p.11), “o território também é identificado a partir da apropriação simbólica,

identitária e afetiva do espaço. Neste sentido, o lugar é muitas vezes analisado como sinônimo de território, aparecendo exaustivamente na obra de Tuan como ‘o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico’”.

É interessante e perceptível e, até certo ponto, compreensivo, as confusões epistemológicas que estiveram em torno dos conceitos, principalmente, do espaço e do território, pois, o espaço e o território foram concebidos no transcurso da história geográfica de forma subsequente, quando um estava no auge do debate o outro se encontrava “esquecido”. Assim, um termo “substituiu” o outro, aparecendo como termos equivalentes, o que causou um atraso conceitual.

Vale ressaltar que, o surgimento de uma corrente geográfica não exclui por completo a ideia que outra corrente já tinha desenvolvido. Entretanto, os conceitos são analisados visando outras perspectivas que acrescentavam ou não ao conceito já elaborado. Após esta breve conceitualização da ciência geográfica, nos permitiremos avançar no conceito que, como mencionado anteriormente, esteve em alguns momentos no centro dos debates e em outras ocasiões foi negligenciado, e que no estudo em questão, apresenta-se como o pilar para compreendermos a problemática social dos territórios dos excluídos nos espaços urbanos.

1.1 Território: uma perspectiva naturalizante de Ratzel

É sabido que, para compreendermos e aprofundarmos o estudo sobre o território é fundamental retornar ao conceito, analisar o campo no qual este se desenvolveu e assim ponderar sobre as dificuldades encontradas no transcurso da história da ciência geográfica para conceituar tal categoria. Desta maneira, para avançarmos em direção a uma definição e assim identificá-la no espaço urbano (campo do respectivo estudo), se faz necessário explicar algumas informações a respeito do responsável pelo desenvolvimento do conceito de território, Friedrich Ratzel.

Ratzel é reconhecido na Geografia por acarretar “ventos de renovação” que foram identificados a partir dos conceitos e do interesse em estudar problemas relacionados à sociedade e às condições ambientais que, nos dias atuais, ainda são problemas/estudos comuns aos geógrafos. Na tentativa de compreender as problemáticas que surgiam naquele período, Ratzel desenvolveu conceitos que se eternizariam e se tornariam fundamentais para as análises geográficas. Um destes foi o território, que proporcionou e proporciona vários debates epistemológicos.

Segundo Moraes (1999, p.52), Ratzel foi responsável por um revigoramento do processo de sistematização da Geografia Moderna, indo além do seu tempo. Foi o primeiro

cientista a propor realmente um estudo geográfico, pois este se preocupava em compreender os problemas humanos que borbulhavam naquele período, consequência do projeto político expansionista que Otto Von Bismarck liderava. O período que Ratzel vivenciou durante a elaboração de suas obras coincidiu com o período de Unificação do Estado Alemão, o que explica as linhas de estudos desenvolvidos por este.

Sua formação inicial foi no curso de geologia, o que elucida as suas análises que possuíam um caráter naturalizante acentuado. Porém, na busca incessante de conhecer e apresentar as áreas a serem expandidas e/ou dominadas, Ratzel desenvolve conceitos que serão abordados não só na Geografia, mas em outras ciências, como, na Antropologia, Economia, dentre outras, indo além de uma inovação “conceitual”, propondo estudos interdisciplinares, não na perspectiva atual, mas, como a soma das partes.

Entretanto, foi na Geografia e por ser um dos primeiro a relacionar sociedade e meio, que Ratzel mais se destacou. Sendo influenciado pelo contexto no qual encontrava-se inserido, o estudioso elaborou uma Geografia do Estado ou uma Geografia que legitimasse de forma científica a expansão do Estado. De acordo com Moreira (2008, p.40), “Ratzel seria o próprio espírito do imperialismo alemão no pensamento geográfico com sua teoria do espaço vital, espírito que já estaria presente em seus antecedentes e que ele teria então evidenciado com esse conceito”. Este propunha uma análise geográfica do Estado, pois segundo Raffestin (1993, p.16), “forneceu categorias para decifrá-lo: centro *versus* periferia, interior *versus* exterior, superior *versus* inferior, etc”.

Assim, para que a sociedade progredisse, se fazia necessária uma ligação “íntima” com os recursos naturais e o território, que era compreendido como um substrato material (o solo), como se pode perceber nesta citação de Moraes (1999, p.56) “quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse. É por esta razão que a sociedade cria o Estado, nas palavras de Ratzel: ‘quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”.

Porém foi em 1882 que Ratzel vivencia o “boom” do reconhecimento acadêmico quando lança sua obra intitulada Antropogeografia. Apesar de não confirmar, acredita-se que esta obra tenha sido fruto das suas “andanças” quando jornalista, onde percorreu alguns países relatando-os/descrevendo-os em artigos para o jornal local. Contudo, é importante ressaltar que a utilização desses relatos de viagens para elaboração da sua primeira versão da Antropogeografia são suposições, visto que Ratzel nunca relatou tal afirmativa. Como expõe Moraes (1990), esta ideia surge do fato que, “logo após a edição de tais resultados, ele publica a primeira versão de sua obra capital, a Antropogeografia”.

Moraes (1990, p.09), de uma forma perspicaz define o objeto da Antropogeografia ratzeliana, que seria constituída de uma tríade:

O estudo da ação de tais elementos (naturais) sobre a evolução das sociedades seria o objeto primordial da pesquisa antropográfica. O estudo da distribuição das sociedades humanas sobre o globo constituiria o segundo campo de interesse dessa pesquisa. À localização atual dos grupos dever-se-ia adicionar a investigação de sua mobilidade passada, buscando levantar suas áreas originárias e seus itinerários... o terceiro tema de interesse da antropogeografia seria o estudo da formação dos territórios. O conceito de território é capital na concepção ratzeliana.

Notar-se-iam como os objetivos da Antropogeografia de Ratzel se superpõem um ao outro, formando um processo cíclico. Os elementos naturais influenciando diretamente a evolução da sociedade, a sociedade sendo distribuída no globo a partir dos fatores naturais e o território que seria a base, o palco, uma vez que este oferecia o substrato material, o solo, para que a sociedade se firmasse e desenvolvesse.

Foi nesta obra, qual possuía um caráter naturalista intenso, que Ratzel utilizou para, de forma iminente, “explicar” a conjuntura social/política/econômica da época. A partir deste momento, passou-se a vincular o nome de Ratzel a um determinismo geográfico, que, para muitos geógrafos, tornou-se um elemento fundamental para identificar suas obras. Contudo, vale ressaltar que apesar de um caráter naturalista, Ratzel foi um crítico do determinismo simplista, determinismo este que muitos cientistas utilizariam para elaboração de seus estudos e, de forma “ingênua”, tecia críticas às suas obras. Ratzel não propunha que a natureza seria fator direto e único capaz de determinar os caminhos que a sociedade iria percorrer e conseqüentemente, evoluir; também não propunha um desenvolvimento da sociedade que não tivesse ligação com os recursos naturais; Ratzel propunha, na verdade, um estudo que estaria relacionando às *influências* que as condições naturais exerciam sobre a humanidade. Assim, buscou em suas obras identificar estas “influências” que seriam o grande “ímpeto” do seu estudo e não um raciocínio simples como foi interpretado por demais geógrafos.

A elaboração da Antropogeografia, além de eternizar o autor na Geografia enquanto ciência, pois, como já mencionado, caracterizava-se como um estudo realmente geográfico, correlacionando a sociedade e as condições ambientais, trouxe ao centro do debate uma das categorias fundamentais desta, o território.

Para Candiotto e Santos (2009, p.316):

A grande contribuição de Ratzel foi vincular o território como imprescindível para alcançar objetivos políticos, teorizando a respeito de sua relevância na constituição do Estado-Nação e intrinsecamente justificando

à manutenção e a conquista de poder, pois, para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário existir um território.

Desta maneira, o território constituía-se como matéria-prima que era sinônimo de poder, pois o Estado que tivesse maior controle territorial, solo, conseqüentemente desfrutaria de um leque maior de possibilidades para controlar outros territórios. Indo além do seu tempo, Ratzel propôs um estudo geográfico que partia do pressuposto do homem “como ser terrestre”, ou seja, as análises seriam constituídas de um substrato material, o solo, no qual ele utilizava-se da expressão território e o homem seria um ser que habitaria esta área e desenvolveria nesta atividade (trabalhos) e, a partir desta relação, surgia a necessidade de expandir os estudos para compreender os “resultados” que iriam emergir da relação homem – meio.

É de comum acordo entre os geógrafos que, a Geografia Política Clássica que Ratzel desenvolveu nos seus estudos e no qual suas ideias foram expostas em sua obra “Geografia Política” estaria diretamente ligada a uma Geografia do Estado. Entretanto, os pilares de sustentação do Estado seriam o território, o que na sua concepção seria algo fácil de compreender, visto que o território seria a base física do Estado, o *boden*, tese defendida na sua obra, a Antropogeografia. Moraes (1990, p.73), sintetiza esta ligação entre política – estado – território – solo; “que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente por que não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política”.

A perspectiva naturalizante que estaria diretamente vinculada com a definição ou utilização do termo território, desenvolvida na sua Antropogeografia, é de fácil compreensão/identificação e foi utilizada por décadas, o que significou o “ponta pé” inicial para as discussões e debates que evoluíram constituindo a/as ideia/as que nos dias atuais embasam as pesquisas acadêmicas. Contudo, é relevante mencionar um caráter que foi identificado no período ratzeliano e que perpassou as décadas, e que nos dias atuais ainda gera discordâncias nos debates científicos, que é o perfil político do termo (aprofundaremos o debate nos itens posteriores).

Por relacionar diretamente o Estado ao território - ou melhor, para constituir o Estado seria necessário deter o poder dos territórios, que seriam na perspectiva do autor um elemento natural, o solo –Ratzel (apud MORAES, 1990, p.74) concluiu que, “um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mais ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura”. Esta concepção estatal/política do

território, que é fruto deste período, corroborou para uma compreensão do território em escala macro, como por exemplo, o território nacional. Esta ideia ganhou amplitude e foi e é utilizada constantemente pelo senso comum, gerando debates de cunho epistemológico na academia. O que não deixa de ser um território na concepção contemporânea também, porém, não se restringe apenas a uma escala macro, podendo-se identificar territórios em várias escalas espaciais. Essa complexidade escalar será abordada em itens subsequentes, porém, o que se propôs aqui foi compreender a gênese da questão debatida na contemporaneidade.

O território identificado de forma naturalizada na obra de Ratzel evidencia-se nas várias perspectivas que este utiliza para compreender a sociedade e a relação desta com o meio natural. Para exaltar tal afirmativa recorreremos a Moraes (1990, p.74), que expõe uma das linhas traçadas por Ratzel que interliga sociedade – território; “em meio a muitas variações que se sobrepõem, as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e de alimentação”. O ser humano necessita desses dois componentes (habitação e alimentação) para sobreviver, daí a importância de conquistar/manter o seu território, o solo. Assim, esta ligação nos instiga a discorrer sobre uma “afetividade territorial”, que é um dos elementos pensados na contemporaneidade para identificar o território ou legitimá-lo.

Entretanto, é importante destacar que, como expõe Ratzel, a afetividade dos indivíduos com aquele território (solo) não se dará num primeiro momento, visto que, existe uma necessidade natural de alimentar-se e construir moradias. Contudo, passado este primeiro momento, os seres humanos passam a criar laços com aqueles espaços e assim defendê-los. Moraes (1990, p.75) enfatiza:

Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõem à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção.

Quando a sociedade se organiza com este propósito de proteger o território, estará de forma natural criando e desenvolvendo o Estado, criando e desenvolvendo laços de afetividade com aquele território, mesmo que de forma natural (visto que a alimentação e a moradia constituem elementos fundamentais de sobrevivência).

O Estado, na concepção ratzeliana, forneceria assim condições para a proteção dos territórios e, conseqüentemente, estaria garantindo a sobrevivência dos indivíduos que

habitam aquele espaço. O território entendido como superfície terrestre, como discorre Moraes (1990, p.80):

Ora, diante de tanta incerteza não é muito melhor ficar no estudo de um elemento real, que é o território, que está sob os nossos pés? Sobre este território vemos claramente repetir-se o desenvolvimento das formas sociais e políticas, que tendem a ocupar espaços cada vez maiores. Naturalmente, além de ampliar-se, estas formas vão progredindo gradativamente.

O povo não existe sem território! O território fornece a base (o solo) para que a sociedade se desenvolva (forma uma identidade cultural)! Existe uma concepção mais naturalizante do termo território do que esta apresentada pela Geografia Política Clássica? Não. O território constituía um “espaço concreto em si”, que era conquistado por uma sociedade, um Estado. Porém, se a geografia ratzeliana naturalizou o conceito de território, esta também defendeu uma ideia política que foi fundamental para o desenvolvimento do termo. Sobre isto, Candiotto e Santos (2009, p.316) afirmam que:

A grande contribuição de Ratzel foi vincular o território como imprescindível para alcançar objetivos políticos, teorizando a respeito de sua relevância na constituição do Estado-Nação e intrinsecamente justificando a manutenção e a conquista de poder, pois, para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário existir um território.

Se Ratzel “pecou” pelo exagero nomotético dos seus estudos, este se eternizou na ciência e principalmente na Geografia pelos seus estudos ousados, característicos de um cientista que foi além do seu tempo, um visionário. Os estudos de Ratzel foram concebidos “como estudos sintéticos (que buscam relações entre fenômenos diversificados) e explicativos (capazes de gerar leis), que, por sua vez, subdividir-se-iam em variadas geográficas especiais” (MORAES, 1990, p.09).

Na Geografia Política Clássica, além de correlacionar território ao solo, Ratzel por vários momentos em sua obra menciona a necessidade de “deter” estes territórios (boden), cabendo ao Estado esta tarefa, Estado este que era constituído pela sociedade. O Estado possuía o poder de assegurar a garantia desses territórios. Devido a essa concepção, o ranço da geografia ratzeliana ultrapassa as décadas e o poder, nos dias atuais, ainda apresenta-se como um componente para definir o território. Desta maneira, para avançarmos conceitualmente, faz-se necessário apresentar algumas informações que fundira o poder no território e vice-versa.

1.2 Território e Poder: um discurso metonímico?

Não se pretende neste subitem elencar vários elementos que legitimem a ideia de uma relação intrínseca entre o território e o poder. Contudo, este foi elaborado na perspectiva de alertar o leitor para um fator imprescindível de conceitualização da categoria território, podendo-se afirmar que o poder foi o único “elemento” que perpassou as décadas e, conseqüentemente, as diferentes, porém, não totalmente excludentes ideias geográficas que definiram/definem o território.

Quando o território foi teorizado pela primeira vez geograficamente na concepção ratzeliana, este foi naturalizado, uma vez que era identificado como solo (boden). Entretanto, um fator que foi identificado neste período e utilizado até os dias atuais, o poder, constituiu um discurso metonímico com o território, ou seja, existe uma relação entre um termo e outro (poder – território) que, geograficamente “falando”, ao identificar um dos dois, implicaria à presença do outro.

Contudo, o grande “equivoco” ratzeliano foi apresentar o Estado como único e grandiosa fonte de poder – o que é compreensível devido ao contexto (que já foi exposto no item anterior) em que Ratzel desenvolveu-se. A Geografia Política Clássica poderia ser apresentada também como uma Geografia do Estado, pois, apesar de não fugir da cientificidade, muito menos concordar com todas as estratégias políticas bismarckianas, Ratzel colheu dados/informações para que isso ocorresse, apresentando o Estado como todo poderoso. Raffestin (1993, p.16) discorre sobre:

A partir do momento em que o Estado = ao político, a categoria do poder estatal sendo superior a todas as outras, o Estado pode vir a ser a única categoria de análise. Dizer que o Estado é a única fonte do poder é, como dissemos, uma confusão... ou o Estado detém o poder e é o único a detê-lo, ou é o poder superior e é preciso construir a hipótese de poderes inferiores que podem agir como ele.

Esse “macro”, na escala de poder - o Estado – seria, desta maneira, o único e, assim, comandaria todo o resto, o que a partir da Geografia Crítica foi desmanchando-se. Portanto, é interessante pontuar que o Estado é sim uma fonte do poder, a questão é que ele não é a única fonte de poder. Podemos identificar várias “escalas de poderes”, pois, o poder encontra-se na “parte intrínseca de toda relação”.

Destarte, Souza (2009, p.59) é enfático a discorrer sobre a relação território – poder, pois, na sua concepção “o que define o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil”. É

importante atentar para em “primeiríssimo lugar”, pois, isto não implica afirmar que não existem outras formas de conceitualização, porém, aprofundaremos o debate no item 1.4, acreditando que adentrar nesta discussão fugiria a proposta estabelecida no respectivo subitem.

O que veementemente se defendeu foi que o território possui um perfil político, no qual foi identificado desde a sua gênese, que seria constituído de uma relação de poder, ou seja, o território seria nada menos que um “campo de forças”. Desta maneira, acredita-se ser necessário discorrer sobre o poder diferenciando-o da violência, visto que estes termos são constantemente tratados como sinônimos, o que gera confusões terminológicas dentro e fora das academias, principalmente, devido à concepção do senso comum com os quais os termos sempre foram relacionados.

1.3 Definindo o poder para compreender o território

O território, enquanto categoria geográfica, necessita de dois componentes para sua existência, o espaço e o poder. Porém, na respectiva análise nos limitaremos a conceituar o poder, não correlacionando com o território, pois, acredita-se ser necessário definir e diferenciar poder e violência afim de avançarmos para uma compreensão e definição do território em qualquer escala espacial. Desta maneira, para aprofundarmos o debate e delimitar/limitar no que se pretende, será necessário “beber de outras fontes” para que possamos compreender a “essência” dos termos.

Destarte, o que é poder? Iniciaremos as reflexões com a definição de Michel Foucault (2008, p.04):

O poder não é, justamente, uma substância, um fluído, algo que decorreria disto ou daquilo, mas simplesmente na medida em que se admite que o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder. É um conjunto de procedimentos, e é assim e somente assim que se poderia entender que a análise dos mecanismos de poder dá início a algo como uma teoria do poder.

Desta maneira, compreende-se que o autor não define de forma substancial o que é poder, mas, o poder. E, para avançarmos conceitualmente, se faz necessário compreendermos estes mecanismos. Ressaltando que, ao analisar estes mecanismos não estaríamos definindo o poder, porém, compreenderíamos os caminhos que este perpassa, construindo uma teoria, como bem lembra Foucault (2008, p.03), “nessa análise, trata-se simplesmente de saber por onde isso passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, segundo

quais procedimentos e com quais efeitos”. Compreendendo estes mecanismos, estaríamos diante (a princípio) de uma definição conceitual.

Deste modo, e segundo Foucault (2008, p.04), os mecanismos que ajudam a compor uma teoria do poder, se originam nas relações sociais e podem ser constituídas das mais diferentes formas:

Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinação hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado.

Portanto, os mecanismos de poder são constituídos de um conjunto de estruturas que podem variar dependendo da relação em que estas estejam imersas. Os mecanismos do poder são cíclicos e dinâmicos, e, desta maneira, estarão sempre em constante renovação, ou seja, são modo e meio de produção das relações sociais. Entretanto, é interessante notar também que os mecanismos que forneceram essas estruturas para pensar uma teoria do poder não possuem uma temporalidade definida, fixa, podendo variar de acordo com a relação da qual esta foi desencadeada. O autor ainda acrescenta (FOUCAULT, 2007, p.160):

... eu visio a um conjunto de mecanismos que ligam os feixes de procedimentos de que se serve o poder... de fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder.

O poder não pertence só ao Estado, como foi muitas vezes referenciado por Ratzel e também não pertence ao modo de produção, muito vinculado entre as ideias de Marx. O poder pode ser compreendido em múltiplas escalas e pertencer a uma grande instituição ou a um grupo ou indivíduo, dependendo se este estiver no controle do conjunto dos mecanismos que podem variar e podem constituir-se de formas diferenciadas como, por exemplo, “vocaçãõ” para liderança, conhecimento adquirido, línguas, doutrina religiosa, dentre outros.

De acordo com Paul Claval (1979, p.11), “a análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida”. Assim, a gênese do poder é identificada pelo fato dos indivíduos buscarem dominar a natureza, para desta retirarem os elementos necessários

à sobrevivência. O poder é, a princípio, naturalizado para evoluir para outras instâncias. Claval (1979, p.23) apresenta o poder “puro” como a forma mais simples do poder social:

A relação de poder puro é, sem dúvida, a forma mais simples de exercício do poder social: é ela que se desenvolve entre um chefe capaz de impor sua vontade pela coação e os que lhe estão sujeitos. A assimetria dos participantes é total: aquele que é obrigado a executar não recebe nada em troca – nem mesmo a segurança ou o bem-estar que podem justificar, por um efeito de retorno, a dominação.

Destarte, compreende-se que há um primeiro poder que foi utilizado para que os indivíduos possam retirar do ambiente os elementos necessários a sua sobrevivência. Após este período (isso não implica que tenha sido totalmente desfeito,) há uma relação de poder puro que se constituirá de um poder social, que é identificado, por exemplo, nas relações de trabalho.

Outro geógrafo a debruçar-se sobre a análise do poder foi Claude Raffestin (1993, p.51), que já inicia suas reflexões expondo suas angústias e as dificuldades encontradas: “Se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é o poder. ‘Por quê?’ Por consistir em atos, em decisões, ele se representa mal”. O autor inicia o estudo diferenciando o “poder” que, segundo este, pode ser identificado de duas maneiras, podendo ser Poder (com letra maiúscula), que refere-se ao Estado, um poder soberano em uma escala macro; e o poder (com letra minúscula), que nas suas análises, constitui-se do nome próprio, comum.

O poder (e aqui não seguiremos a ideia proposta por Raffestin – P/p) é a parte inerente de toda relação, desta maneira, pode ser observado em qualquer lugar. Veementemente, Raffestin defende a ideia que toda relação é na verdade uma relação de poder, que acontece em um determinado lugar, então, pode-se concluir que toda relação é um lugar do poder, assim, existirá uma ligação intensa com o controle dos fluxos, que seriam justamente o controle da energia e da informação. Este ainda conclui que (op. cit., 1993, p.53):

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder.

E ainda acrescenta (op. cit., p.58), “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. E este só será identificado se existir relações sociais, onde os indivíduos estarão em “constante” processo de dominar, ser dominado e é neste espaço onde as relações se desenvolveram que o autor identifica como campo do poder.

Hannah Arendt (1985) é uma cientista social muito requisitada e citada quando o debate é em torno do poder. Esta fornece reflexões válidas para que possamos compor um campo favorável de ideias para definirmos o respectivo termo. Assim, recorreremos a uma citação da autora que é bem objetiva nas suas definições (op. cit., p.24):

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (potestas in populo, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder”, também desaparece.

Desta maneira, é notório que o poder não pertence a um indivíduo, mas sim, a um grupo que pode ser criado por diversos motivos, ou seja, indivíduos que se reúnem e compartilham das mesmas ideologias, etnias, crenças, enfim; estes indivíduos “nomeiam” um que irá representar os demais e responder pelas vontades desse grupo, no momento em que o grupo se desfaz, naturalmente, o poder também enfraquecerá, chegando a desaparecer.

Porém, e após compartilharmos das ideias desses cientistas que se dedicaram a conceitualizar o termo poder, um confronto de ideias surge de dois principais autores: Michel Foucault e Hannah Arendt. Detalharemos o que chamamos de “confronto de ideias” desses dois autores, uma vez que não são debates diretos, muito menos baseiam-se em perspectivas diferentes. Pontuaremos a seguir algumas observações.

Quando Michel Foucault debruça-se sobre o termo poder, este defende a ideia de compreendermos em um primeiro momento o conjunto de mecanismos e procedimentos que tem como objetivo manter ou deter o poder, ressaltando que este não elabora uma teoria geral do poder, mas instiga a necessidade de compreendê-lo a partir das disparidades, das heterogeneidades, e principalmente, não o entende como algo natural (formado na natureza), mas a partir de fatores históricos, pois o poder é uma prática social e, por isso, dinâmica. Contudo, ao referir-se a estes mecanismos, o cientista expõe tanto o poder em uma escala macro (e aqui refiro-me ao Estado, aos modos de produção), quanto ao poder em diversas escalas (família, trabalho, dentre outros), ou seja, não existe uma única fonte de poder (o Estado), mas sim uma rede de poderes que é constituída pela sociedade.

Segundo Machado (2007, p.XII), Foucault irá expandir suas análises em várias escalas, o poder intervirá materialmente “atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na

vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder”. Assim, concluímos que o poder pode variar de escala na concepção deste autor, variando conforme o espaço em que este é “criado”.

Entretanto, a observação que o respectivo trabalho fez questão de ressaltar é que, ao analisar o poder, Foucault enfatiza o indivíduo como (re) produção do poder. O autor vai além ao defender o poder como “produtor da individualidade”, que implicaria necessariamente a ideia do indivíduo como “um efeito do poder” e que, para analisá-lo, teríamos que partir da compreensão de continuidade histórica dos indivíduos. Contudo, fica explícito que o autor não se concentrará na análise do **grupo** para identificar o poder, ou seja, a ideia coletiva não é um pré-requisito para conquistar o poder, como podemos perceber nesta citação (FOUCAULT, 2007, p.161): “o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças”. Em várias análises desenvolvidas por Foucault, fica evidente que este analisa o sujeito como a primeira manifestação de poder, não há diferenciação entre o indivíduo ou grupo para identificar o poder, como Hannah Arendt expõe em suas obras. Contudo, uma observação se faz necessária, uma vez que Foucault não discorre sobre o poder vinculado a grupo, isso não significa que este indivíduo não controle um número X de sujeitos. O poder não é um objeto, mas uma relação, sendo assim, ele pode surgir de várias formas e em diferentes “centros”.

Diferentemente de Foucault, Hannah Arendt discorre com veemência a necessidade do poder constitui-se em um **grupo**. Para a autora, não há como separar poder – grupo, chegando o “grupo” a ser um pré-requisito para identificar e conceituar o poder e diferenciá-lo de outros termos, como a violência, a qual será subsequentemente abordada. O poder é coletivo, necessita de ser constituído em meio a um grupo, no qual será “eleito” um representante que responderá ou representará os anseios daqueles indivíduos. Ainda de acordo com a autora, o poder constitui-se em um instrumento de dominação, a sua essência principal é o domínio e necessitará de uma quantidade de indivíduos para se concretizar em um espaço.

Hannah Arendt é enfática ao diferenciar poder da violência, defendendo a ideia de coletividade e individualidade. Para a autora, a violência nada mais seria que a flagrante manifestação do poder, e discorre a respeito das diferenciações dos termos, expondo que “uma das mais óbvias distinções entre o poder e a violência é que o poder tem a necessidade de números, enquanto que a violência pode, até um certo ponto, passar sem eles por basear-se em instrumentos” (ARENDR, 1985, p.22).

O poder constitui-se todas as vezes que um grupo de indivíduos se organiza para agir e lutar a favor de interesses coletivos. A violência seria o instrumento utilizado por um indivíduo que não representa uma coletividade para e, por meio de atitudes repressivas, controlar outros indivíduos ou áreas. Assim, Arendt (1985, p.29), define a violência:

A violência, é necessário lembrar, não depende de números ou de opiniões, mas sim de formas de implementação, e as formas de implementação da violência, conforme mencionei mais acima, como todos os demais instrumentos, aumentam e multiplicam a força humana...a violência sempre é dado destruir o poder...o que jamais poderá florescer da violência é o poder.

Desta maneira, a violência sempre estará à procura de uma “justificativa” para elucidar os seus atos, diferentemente do poder. Arendt (1985, p.30) é veemente ao concluir que “o poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder”. O controle das ações dos indivíduos através da violência ganha destaque quando o poder está em vias de ser perdido, pois, para a supracitada filósofa:

Toda diminuição de poder é um convite à violência – quando pouco porque aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados, encontraram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência (op. cit., p.49).

A violência seria um instrumento emergencial para que o poder não se “desmanchasse” no ar, uma forma de controle, de repressão, que não necessitará de uma coletividade para ser implementada.

Destarte, e após definir e levantar alguns questionamentos a respeito do poder e da violência, com o intuito de defini-los e assim compreendê-los, faz-se necessário avançarmos para uma análise conceitual do território, acreditando ter exaurido as incoerências em torno das concepções que interligam os conceitos acima descritos.

1.4 Analogias e incoerências em torno do conceito de território

O território, que constitui um dos conceitos-chave da Geografia, foi teorizado por perspectivas diferenciadas que destacavam um elemento em detrimento de outro e, assim, o conceitualizavam. Deste modo, e devido a estes períodos de “incertezas conceituais” no qual a ciência geográfica perpassou, é compreensivo e necessário recorrer à gênese do termo e exaurir qualquer dúvida que decorra de tais análises, como já foi anteriormente abordado. Porém, no respectivo subitem, limitar-nos-emos a conceituar o território na contemporaneidade, abordando as principais discussões que surgem em torno do conceito e os principais cientistas que se debruçaram/debruçam-se nesta temática.

Assim, apresentaremos a princípio o fio condutor das análises para que possamos perquirir o conceito de território tão abordado na contemporaneidade. Iniciaremos as reflexões sobre o termo com a definição tão citada e polêmica de Marcelo Lopes de Souza (1995), em que este define o território como “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Para ampliarmos o campo de estudo e apresentar ao leitor as linhas no qual o estudo será desenvolvido, recorreremos a Rogério Haesbaert (2004, p.16), que apresenta a concepção do “território, visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, enfocada aqui em perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político – econômico) e/ou de apropriação (simbólico – cultural) do espaço pelos grupos humanos”.

Destarte, e como bem definiu os estudiosos acima mencionados, a análise que seguirá terá um enfoque *geográfico*, ou seja, pretende perpassar as barreiras de que o território só pode ser compreendido por uma perspectiva, unicamente política, econômica, cultural, funcional, enfim, acredita-se nas nuances do território. Porém, também é de comum acordo as dificuldades e disparidades ocasionadas pelas formas diferenciadas de abordagens, consequência das correntes geográficas e respectivamente dos estudiosos que eram “oriundos” destas, no qual estes enfatizavam mais um elemento do que outro para definir o termo, para exemplificar, recorrerá à ideia proposta por Ratzel, do território como político – estatal – boden. Sintetizando, é importante ressaltar as múltiplas dimensões do poder, que ultrapassa o caráter político e exclusivo com o qual o termo sempre foi referenciado na Geografia Tradicional.

É sabido que o território teve momentos de destaque na ciência geográfica, mas também, em outros momentos foi “esquecido” por esta. Porém, na Geografia Crítica, o termo volta ao centro dos debates, impulsionado por uma nova corrente que buscava compreender as complexidades das relações que emergiam, principalmente, do modo de produção vigente. Concordamos com Barcellos (1995, p.40) quando este discorre sobre o contexto que desencadeou um movimento de renovação das ciências e conseqüentemente do saber, “o imaginário dos anos 80 foi marcado pela constatação da crise da teoria do conhecimento. É a crise no interior de uma visão de mundo que dava unidade e sentido à realidade: o marxismo”. Esta corrente inquietou os cientistas sociais e instigou estes à compreensão das problemáticas conceituais, porém, não só conceituais. O respectivo autor ainda elucida:

Território e cotidiano podem ser dessas palavras, pois, ao contrário de noções herdadas do Iluminismo, não têm a pretensão de abarcarem todas as esferas do real. Elas podem ou não organizar visões do mundo, visto que permitem perceber a complexidade das relações existentes no campo social, permitindo ver as ambigüidades da vida dos homens. Dessa forma o pensamento contemporâneo se faz com base em um recuo ao uso de conceitos universais e estruturais, abrindo-se um espaço às diferenças (op. cit., p.41).

Assim, as compreensões em escalas macro serão constituídas a partir das visões fragmentadas dos indivíduos, pois, as análises universais, totalizantes, em escalas de grande porte, não seriam suficientes para compreender as complexidades sociais. Entretanto, e na busca de compreender as relações sociais a partir de novos paradigmas, ressalta-se que isso não significa afirmar que as análises até então desenvolvidas são descartáveis, pelo contrário, esses movimentos de renovação da ciência “aprimoraram” os conceitos já desenvolvidos.

O território, quando foi geograficamente teorizado por Ratzel, possuía uma carga naturalista que delimitava as análises à questão estatal ou política do termo, e isto já foi por muitas vezes elucidado no respectivo trabalho. Porém, alguns geógrafos, apesar de buscarem e inovarem em algumas características para conceituar o termo em estudo, não conseguiram desprender-se das entranhas historicamente delimitadas. Iremos exemplificar e apresentar as disparidades que insistiram em perpassar as correntes geográficas a partir de dois grandes colaboradores da ciência geográfica, Milton Santos e Claude Raffestin. Advertindo que, ao nomear os cientistas, não se pretendeu elencar ou pontuar as incoerências das compreensões do termo território em suas obras, porém, o que se buscou apresentar ao leitor foi como

algumas perspectivas tradicionalmente geográficas de conceitualização do termo em estudo vão aparecer de forma sutil em estudos da contemporaneidade.

Rogério Haesbaert (2004) alertará para duas concepções em que os estudiosos insistiam em identificar o território, a primeira de caráter absoluto que abordava o termo a partir de um sentido mais materialista, mecanicista, de evidência empírica, uma “coisa”; e o segundo que era analisado em uma perspectiva relacional no qual o espaço era visto “completamente dentro de relações social-históricas, de relações de poder”. Haesbaert (2004, p.80) ainda conclui:

Embora muitos materialistas, em especial os mais mecanicistas, possam simplificar, afirmando que o território se restringe à base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade, outros, notadamente muitos materialistas dialéticos, dirão que o território é, antes de tudo, um conjunto de relações sociais.

Ultrapassar esta concepção de caráter absoluto do território não foi fácil para muitos cientistas, deixando muitos transparecerem este caráter em suas obras e definições, como foi o caso de Claude Raffestin. Em 1980, o referido autor publica uma obra intitulada “*Pour une géographiedupouvoir*”, que foi traduzido para a língua portuguesa em 1993, intitulada “Por uma geografia do poder” e que foi muito utilizada entre os geógrafos brasileiros para refletirem em torno do conceito. Contudo, algumas reflexões propostas pelo autor – elucidando ideias que pretendiam ser contrárias a de Ratzel ou ir além das já propostas – parecem se confundir no transcurso do estudo. Vale lembrar que isso não significa que a obra foi um fracasso ou não conseguiu atingir uma renovação válida, o que se propõem é compreender o ranço que a Geografia Tradicional ainda insistia em apresentar.

Dessa maneira, o primeiro ponto a destacar na obra de Raffestin (1993) é a crítica que este faz à Geografia Política Clássica de Ratzel, por possuir um caráter unidimensional, onde o grande detentor do poder seria o Estado. Entretanto, quando afirma que “uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes” (Raffestin, 1993, p.17) e defini os trunfos do poder(que, dos três elementos, dois são constituintes do Estado também, que na sua perspectiva é composto pela população e o território), este vai além da geografia ratzeliana, apresentando ainda, porém, muitas características destas, pois, fica muito “preso” à ligação da geografia com o Estado, ou melhor, apesar de possuir outras formas de poder (língua, religião, circulação, fronteira, recursos, comunicação, dentre outros) é no Estado que esses elementos se concretizam ou, o Estado forma-se a partir destes elementos. Assim, nos

deteremos ao segundo elemento que compõem o Estado e o “trunfo” do poder, que é o território.

Raffestin (1993, p.60) ao definir o “território como um espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” naturaliza o termo, uma vez que apresenta este como um substrato material, fixo, onde os outros trunfos do poder (população, recursos) se desenvolvem. Essas confusões terminológicas chegam a interferir nos conceitos de espaço e território, especialmente quando este discorre da seguinte maneira (Raffestin, 1993, p.143-144):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço... o território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.

O espaço, nesta perspectiva, torna-se uma matéria-prima, base para a construção e desenvolvimento do território. O espaço é naturalizado e o território torna-se a concepção atual do espaço, entretanto, é interessante ressaltar que concordamos com a ideia proposta pelo autor do espaço anterior ao território, contudo, não nesta perspectiva naturalista, de espaço – solo – matéria-prima e sim de um espaço dinâmico, produto e reprodução das relações sociais. Souza (1995, p.97) discorre sobre:

Raffestin (1993:144) praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social. Isto empobrece o arsenal conceitual à nossa disposição... Raffestin não chega a romper com a velha identificação do território com o seu substrato material... a diferença é que Raffestin não se restringe ao ‘solo pátrio’, ao *Bodenratzeliano*... ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.

O espaço como a prisão original do homem nos conduz a pensar em uma perspectiva determinista e naturalista, já a ideia exposta pelo território como uma prisão criada, nos remete a compreensão que nos dias atuais temos sobre o espaço, que é social, de uma abordagem relacional que seria um processo contínuo de relações complexas sócio-históricas. De forma sintética, Raffestin (2009, p.17) discorre sobre o tema concluindo que “o ambiente

constitui à matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação, ‘em uma paisagem’”.

Ao pontuar os trunfos do poder, estes se interligam com algo superior, o Estado, que é uma instituição e, como tal, canalizam e bloqueiam as ações. Haesbaert (2004, p.85) arrazoa que:

Raffestin considera então como ‘trunfos’ do poder a população, os recursos e o território. Aqui é melhor, retomando a crítica de Souza, adotar ‘materialidade do espaço’ ao invés de ‘território’, já que não há território sem recursos e, muito menos, sem ‘população’. As ‘organizações’, que são capazes de combinar energia e informação, pois se apropriam da ‘unidade de trabalho’, alienando o trabalhador, acabam por privilegiar a dimensão simbólica desses trunfos do poder.

Para Raffestin, todo espaço social era significado de território, porém, essa análise já foi “descartada”, uma vez que, o território necessita de um espaço social que o antecede, contudo, este necessita também de ser apropriado e dominado para que assim passe de espaço para território, pois, o território é um campo de forças. É importante abarcarmos essa ideia desenvolvida por Souza, pois retrata bem o que Raffestin propunha, que na verdade não era o território, mas uma “materialidade do espaço”, pois, é sabido que o território necessita de população e recursos para “surgir”. Assim, e sem esses elementos necessários, qual seria a relação de poder existente? Entre quais indivíduos? Raffestin (1993, p.153) acrescenta que “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”, uma delimitação que é constituída quando um determinado grupo territorializa “uma porção do espaço”, nos remetendo a ideia de superfície, de um substrato material, de uma porção territorial fixa. Outra observação decorrente das ideias propostas por Raffestindecorre do fato de ele em alguns momentos relaciona o poder a partir de uma base imaterial, porém, ao longo da sua obra percebe-se que os exemplos utilizados na sua maioria são todos de bases materiais; este não trabalha com relação de poder a partir de fatores imateriais, isso deveria ocorrer devido ao fato de propor um estudo que abarcava os trunfos do poder, que na verdade era o que sustentava o Estado.

Outro estudioso de grande renome na ciência geográfica, Milton Santos, discorre sobre o território, apresentando “formas” de conceitualização do termo. A seguir, utilizaremos duas ideias proposta por ele e assim os analisaremos (SANTOS, 2007, p.13):

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

E ainda acrescenta (op. cit., p.14):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

Podemos perceber que Santos nomeia uma forma de conceituar o território, este passa a chamá-lo de “território usado”, que seria o “chão mais identidade”. Santos é enfático ao compreender que o território não se restringe apenas ao conjunto de sistemas naturais, contudo, quando este define o “território usado”, parece-me não ultrapassar a ideia que o mesmo propôs de ir além da concepção “natural” do termo, ou pelo menos, naturalizada pelo senso comum. Na primeira citação, a ideia que perpassa é que o território seria um palco, onde estas relações se desencadeiam, nos remetendo as reflexões expostas anteriormente pensadas e desenvolvidas por Raffestin. Já na segunda citação, quando o autor trabalha a ideia de identidade, parece-me que aproxima-se de outra categoria geográfica, o lugar. A questão desenvolvida de “território usado”, que enfatiza a identidade como “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, nos direciona ao lugar, que seria compreendido a partir e não unicamente, de uma relação de afetividade. Outro ponto que merece atenção é que Santos afirma que o território, puramente, não constitui uma categoria de análise da geografia, ou seja, esta concepção estaria arraigada a uma concepção materialista do termo. Ao geógrafo, cabe analisar a ideia a partir do território mais identidade, que desta maneira seria um estudo originalmente geográfico, compreendendo as complexidades originadas desse conjunto de elementos (território – identidade). Entretanto, é importante destacar que o autor não analisa o termo de forma separada, fixo, mas de forma dinâmica, um processo que é formado a partir das ações e dos objetos. Santos (2002, p.15-16-17) acrescenta:

O território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-

moderna de transnacionalização do território... O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado... Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirma mediante um controle 'local' da parcela 'técnica' da produção e um controle remoto da parcela política da produção.

O território apresentado como forma (que não seria objeto de estudo dos geógrafos) deveria evoluir, segundo a concepção do autor, para território usado (que seria categoria de análise dos geógrafos), pois agora era composto de formas e ações. Assim, é nítida a relação de território e solo ainda presente nas análises miltonianas. Quando Santos discorre sobre o território como base material ao Estado-Nação e conclui que estaríamos na dialética em uma noção pós-moderna, de “transnacionalização” do território, este propõem uma globalização dos Estados, ou seja, essa transnacionalização decorreria das relações estabelecidas entre os territórios (Estados) que poderia ser identificada através de elementos econômicos, políticos, culturais, dentre outros. Saquet (2009, p.77), de forma perspicaz analisa o conceito de território concebido por Santos. Este conclui que “para Milton Santos, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho etc., interdependentes umas das outras”.

As ideias propostas por Santos para definir o território parece não conseguir extrapolar os limites conceituais que a Geografia Tradicional por tanto tempo “defendeu”. Desta maneira, o respectivo autor parece dividir o espaço em pedaços e a partir destes chamá-los de território e em outros momentos quando elabora o “território usado” aproxima-se de forma substancial da categoria lugar que é um dos conceitos chave da ciência geográfica.

Espaço, lugar, território, são categorias geográficas que confundiram a “cabeça” de muitos cientistas sociais que se debruçavam para compreender e identificar a partir das relações sociais o que caberia a cada um, assim, esses termos foram tratados em alguns momentos como sinônimos ou simplesmente renegados ao segundo plano. Para exemplificar o exposto, recorreremos a Ribeiro e Mattos (2002, p.93) que afirmam que “a apropriação simbólica e afetiva do espaço foi desenvolvida consistentemente por Tuan (1980), onde o lugar é muitas vezes utilizado como sinônimo de território, através da ‘topofilia’ que significa o ‘elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico’”. O território nesta concepção de Tuan torna-se sinônimo de lugar, uma vez que o autor cria uma ligação entre afetividade e o lugar – território. Porém, isso não significa concluir que uma apropriação simbólica não possa tornar-se um fator considerável para delimitar o território, o que se pretende nessa análise é compreender que só o fator de afetividade não é suficiente, pois território e lugar são duas

categorias diferenciadas. Contudo, vale ressaltar que, no momento em que se cria uma estratégia para controlar as ações dos indivíduos ou as ações espaciais, afetivas ou simbólicas, estaríamos diante de um território.

Destarte, como compreender a categoria território na ciência geográfica? Recorreremos a alguns cientistas sociais e abordaremos as discussões desenvolvidas por estes para definirmos com “exatidão” o que venha a ser território. Um desses geógrafos, que desenvolveu estudos significativos e que possuía como foco compreender na sua essência o território é Rogério Haesbaert. Autor de várias obras é enfático ao apresentar as formas diferenciadas abordadas por diferentes ciências que utilizam o território, instigando a fazer um levantamento “dessas diversas concepções” (HAESBAERT, 2007, p.45):

- a) O binômio materialismo e idealismo, desdobrado depois em duas outras perspectivas, a visão mais totalizante e a visão mais parcial de território em relação a: i) o vínculo sociedade – natureza; ii) as dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural);
- b) A historicidade do conceito, em dois sentidos: i) sua abrangência histórica – se é um componente ou condição geral de qualquer sociedade ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s) ou grupo(s) sociais; ii) seu caráter mais absoluto ou relacional: físico-concreto (como ‘coisa’, objeto), a priori (no sentido de espaço Kantiano) ou social-histórico (como relação).

O que Haesbaert propôs ao analisar estas concepções foi apresentar ao leitor as formas diferenciadas de definir o território, que estaria diretamente vinculado à “posição filosófica” que cada pesquisador escolhe para embasar seus estudos. Desta maneira, alguns aspectos seriam destacados e outros ficariam em segundo plano, como o autor mesmo propõe, um materialista iria privilegiar em suas análises a concepção material. Haesbaert também destaca a importância de uma leitura eclética do termo, pois, esta é a tendência da contemporaneidade, onde o risco de conceituá-lo de forma errônea se torna mais eminente. Contudo, a partir deste “hibridismo” conceitual/filosófico, Haesbaert (2004, p.40), de forma sintética, elenca três noções básicas de território:

- política (referidas às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalistas) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- econômico (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo.

E ainda acrescenta (op. cit., 2004, p.40):

Posteriormente, acrescentamos ainda uma interpretação natural(ista), mais antiga e pouco vinculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Essas quatro concepções desenvolvidas por Haesbaert nos direcionam a uma análise ampla do território, que, como já foi anteriormente mencionado, dependendo da corrente filosófica que o pesquisador esteja vinculado, será enfatizado mais um elemento do que outro. Sendo relacional, o território poderá ser identificado nessas concepções que Haesbaert propôs, pois, é capaz de ser identificado em relações complexas que surgem a partir da interação entre os processos sociais e o espaço material, podendo ser este último aceito, segundo o autor e recorrendo as análises de Godelier, como uma primeira natureza ou a segunda natureza, como era utilizada em Karl Marx. Mas, ao definir estas linhas de análise, Haesbaert estaria “fugindo” da concepção primeira do território? De uma relação de poder? Obviamente que não, pois, é nítida como estas linhas foram concebidas a partir dessas relações de poder, apesar de não aparecerem de forma explícita. O poder que é intrínseco as relações sociais é identificado claramente quando controla, apropria-se, separa, distingue, enfim, criando e classificando/destacando grupos ou indivíduos, criando identidades. E, como Haesbaert(2004, p.89) conclui, “todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos ou conflitos e/ou negociação”.

Para “apararmos as arestas” Haesberianas, permitirem-nos citar duas ideias desenvolvidas em duas obras distintas (HAESBAERT, 2004, p.79; 2009, p.106):

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-política ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. Considerando os dois extremos (que, se existissem, seria apenas enquanto ‘tipos ideais’), diríamos que não é possível conceber território puramente funcionais (já que sempre, por menos expressiva que seja, estará neles contida uma dimensão simbólica), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material, por alguns denominado espaço – ou território – ‘de referência identitária’, deverá estar presente).

O poder é eminente nas relações que podem ser econômicas, políticas, culturais, enfim, o poder existe e torna-se necessário para identificar o território, e essa ideia já foi bem ressaltada no estudo que segue. O território não pode ser compreendido apenas com um caráter funcional, nem restringir-se a uma concepção simbólica, o território é o híbrido desses elementos.

Outro cientista que colaborou/colabora de forma intensiva para conceitualizar (indo, além disso) o território, é Marcelo Lopes de Souza. O território foi abordado em diversas perspectivas pelo autor, porém, fica evidente o perfil político de abordagem que este implementa em suas análises, ou seja, o poder como campo de força para definir e delimitar o território. Segundo Haesbaert (2004, p.81), “Souza enfatiza este caráter relacional, tendo o cuidado de não cair no extremo oposto, o de desconsiderar o papel da espacialidade na construção das relações sociais”. O território não seria um espaço fragmentado, como alguns cientistas definiram, porém, não era um conceito a-espacial, e isso é óbvio uma vez que não estaríamos desta maneira discutindo uma categoria geográfica.

Marcelo Lopes de Souza, em 1995, junto a outros cientistas que abordavam outras temáticas geográficas, lançaram uma obra intitulada “Geografia: Conceitos e Temas”, que gerou algumas confusões em torno do que o autor propôs discutir. Segundo o pesquisador, como os estudiosos que no período debruçavam-se sobre a temática território não encontravam material suficiente ou pelo menos que abordasse de forma astuta o conceito, passaram a utilizar e citá-lo de forma a gerar algumas desordens dentro daquilo que ele tinha desenvolvido. Passados quatorze anos, Souza elabora outro artigo, no qual pretende desfazer ou trazer a “tona” as confusões que foram alvo de críticas, por serem pensados de forma errônea pelos estudiosos que utilizaram. Ressaltando que, não que no primeiro artigo Souza tenha feito confusões epistemológicas, o segundo artigo não veio para corrigir o primeiro, veio para corrigir as confusões oriundas da má interpretação dos leitores.

Destarte, duas concepções provenientes dessas “confusões” tornaram-se importantes tanto pra teorizar o termo, como para que o leitor possa compreender o fio condutor que rege o estudo em questão. Seria o território apenas um conceito político? De base exclusivamente material? Apesar de ter mencionado de forma sutil esses questionamentos, inicialmente abordaremos de forma mais incisiva as indagações que propiciaram a criação de um segundo artigo elaborado pelo autor. Para iniciarmos as nossas reflexões, recorri a um trecho da obra de Souza (2009, p.59), no qual expõem:

O que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam ‘contemplados’ ao se lidar com o conceito de território...

Quando Souza define o poder como elemento fundamental para identificar o território, isso não implica afirmar que o poder a qual o autor se direciona esteja concentrado em uma escala macro, ou, correlacionado diretamente com a dimensão política, estatal. O que este autor buscou destacar (apresentando esta ideia nas duas obras) foi “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?... uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (Souza, 1995, p.79), pois, independentemente da dimensão a qual esteja vinculado (cultural, econômica, política, simbólica), o poder de forma mais explícita ou de forma mais “discreta” estará presente, determinando e delimitando o território.

A outra questão, fruto do primeiro artigo de Souza, diz respeito à “materialidade” do território, onde algumas interpretações errôneas foram vinculadas as ideias do autor, no qual este afirmaria não ser importante a materialidade no conceito de território. Souza (2009, p.61) discorre sobre este equívoco:

O que eu disse, e que está longe de ser a mesma coisa, foi que confundir o território com o substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições ‘naturais’ etc.) equivale a ‘coisificar’ o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem.

É notória a ideia proposta por Souza, que vai além da forma clássica de teorizar o território e que muitos geógrafos contemporâneos permaneceram arraigados. Não que o autor pretende-se vincular o território a imaterialidade, este só não delimitava o conceito a um pré-requisito material, assim, as relações de poder espacialmente identificadas poderiam ou não se diferenciar independentemente do substrato material e vice e versa. Desta maneira, Souza (1995, p.97) conclui que “o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre

um substrato referencial”, e como Souza (2009) expõe, se o poder é uma relação social ou uma dimensão das relações sociais, o território é expressão geográfica disso.

2 CAMPINA GRANDE E OS “TERRITÓRIOS DOS EXCLUÍDOS”

O respectivo estudo, que possui como recorte espacial a cidade (ressaltando que, iremos considerar a cidade como um espaço urbano, não adentrando nas discussões epistemológicas que os termos nos instigam a discorrer), almeja apresentar ao leitor os “territórios dos excluídos” da cidade de Campina Grande - PB. A cidade que, segundo Silva (2002, p.28) “no momento atual do capitalismo, quando as fronteiras nacionais são cada vez mais recortadas por limites de atuação de empresas multinacionais, torna-se ponto estratégico de controle territorial ganhando mais importância”, pois é onde os serviços e as principais decisões serão tomados.

A cidade, que é formada pela “apropriação” diferenciada dos espaços, é mais que um centro político-administrativo, é onde as relações sociais se “desenrolam”, constituídas por diferentes condições sociais. Corrêa (1993, p.09/10) é veemente ao concluir o que é espaço urbano:

Eis o que espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas... O espaço urbano, como se indicou, é constituído por diferentes usos da terra. Cada um deles pode ser visto como uma forma espacial... o movimento da própria sociedade, da estrutura social, demandando funções urbanas que se materializam nas formas espaciais.

Destarte, essas maneiras de apropriação do solo urbano, que o “fragmenta e o articula”, constituirá um campo de lutas ou um campo de forças na cidade. E, a partir dessas fragmentações dos grupos que são formados (indivíduos que ensejam melhorias na saúde, educação, moradia, enfim, ou, simplesmente sobreviver), o espaço urbano subdivide-se em várias territorialidades. Ressaltando que as ideologias, crenças, dentre outras, também são formadoras de territórios nestes espaços urbanos. Silva (2002, p.29) é enfático ao analisar estas estruturas:

Os territórios urbanos que existem no interior do território da cidade formam muito mais que um mosaico, pois há superposição entre eles. Com efeito, as territorialidades urbanas são caracterizadas por superposição e mobilidade. Na cidade os territórios são fortemente demarcados, sendo constante a luta pela manutenção do controle territorial.

Devido aos múltiplos territórios que são oriundos deste espaço, há uma necessidade maior de dominação e controle para não deixar-se dominar por outros grupos territoriais. É sabido que a maioria desses territórios urbanos é constituída por indivíduos de classe social mais baixa, pois são as formas encontradas para se defenderem das “injustiças” sociais. Esses

territórios de exclusão, na sua maioria, não possuem limites físicos, muitos dos indivíduos que circulam por áreas territorializadas desconhecem tais práticas.

Entretanto, o estudo que segue irá abordar estes territórios dos excluídos, na cidade de Campina Grande – PB, apresentando ao leitor às várias territorialidades constituídas por crianças e adolescentes que vivem “perambulando/mendigando/trabalhando” em situação de risco pessoal e social. Para iniciarmos as nossas reflexões diante desta problemática, que antes de qualquer coisa é social, nos permitirem-nos apresentar a cidade em estudo (geo-histórico) para que possamos compreender o contexto do qual essa população infanto-juvenil é oriunda.

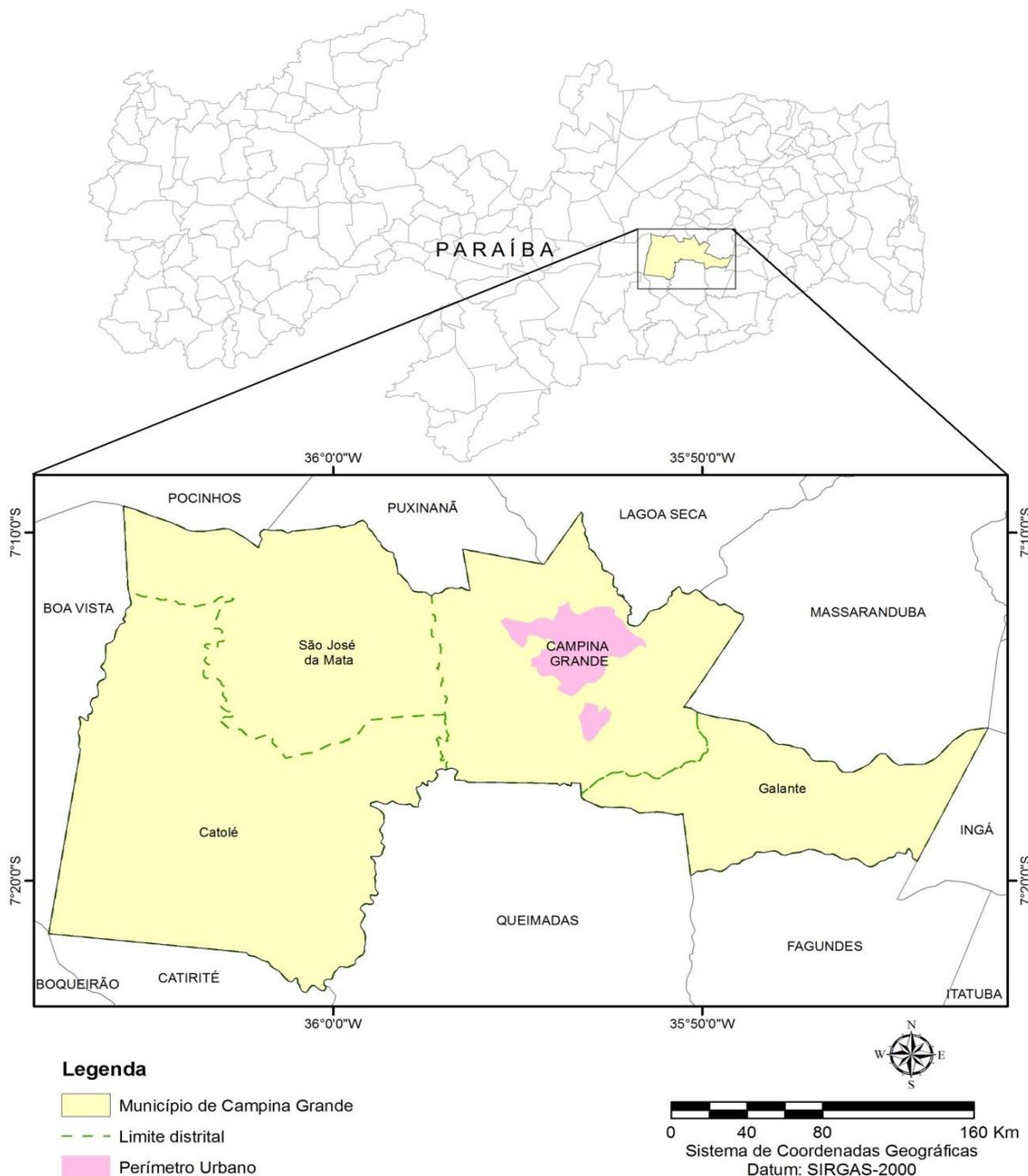
2.1 Compreendendo o espaço urbano em estudo: uma análise geo-histórica

Campina Grande é identificada como a “Rainha da Borborema” por alguns campinenses saudosistas, que foram direta ou indiretamente afetados pelo seu crescimento econômico que transformou a menina pura e inocente em uma mulher vertiginosa, como bem ressalta Cavalcanti (2000, p.66) ao discorrer sobre essas transformações, afirmando que “todo esse desapontar e desfilar campinense e seu crescimento econômico vertiginoso vão transformar essa menina ingênua em uma mulher experiente e madura”, tornando-se “muito mais atraente e sedutora aos forasteiros ávidos por relações lucrativas”. Portanto, esse desenvolvimento presenciado e sentido pelos campinenses, que perpassou décadas e resultou em uma das cidades interioranas mais importantes do Brasil, veio atrelado a alguns ciclos econômicos (complementares e não excludentes), destacando-se neste cenário, o algodão, um dos principais produtos responsáveis por tal crescimento.

Geograficamente localizada entre o litoral e o sertão, Campina Grande foi favorecida por tais coordenadas, que as fizeram destacar-se no âmbito nacional (Mapa01), tendo sido utilizada inicialmente como ponto de apoio para os transeuntes que ali pernoitavam. Sá (1986, p.189) discorre sobre algumas características físicas de Campina:

A Borborema é o elemento natural que individualiza esta área, denominada de Agreste, condicionando a climas sub-úmidos e possibilitando atividades econômicas diversificadas. Contudo, esta ocorrência não é resultado apenas da altitude, e sim da conjugação dos dois fatores – altitude e exposição. Beneficiada pela sua posição geográfica, voltada para o Litoral, encontra-se esta área sob a influência dos alísios do Sudeste, que conjugada ao fator altitude, faz desta superfície da Borborema uma das áreas de temperaturas mais amenas do Nordeste.

Mapa01 – Mapa do Estado da Paraíba. Ressaltando a localização do Município de Campina Grande – PB e sua área urbana.



Fonte: Google, 2014.

Com altitude média de 550 metros acima do mar, Campina Grande oferece aos seus moradores um clima agradável, que torna-se um atrativo para quem quer usufruir do clima mais frio. Devido a estas características, Campina passou a sediar um festival denominado “Festival de Inverno”, que acontece no período mais frio da referida cidade, com muita música, dança, arte. Com uma área de unidade territorial (km²) contabilizada em 594.182, segundo o IBGE (2010) e com a população com 385.213 habitantes, segundo a mesma fonte,

Campina Grande torna-se uma cidade de porte médio, atraente, a qual possibilita aos seus moradores melhores perspectivas de vida.

Historicamente, Campina Grande não foge as regras expansionistas que foram implementadas pela Coroa Portuguesa para dominar o território brasileiro, tendo alguns incentivos, como a carta da sesmaria que foram entregues para legitimarem tais iniciativas. Na Paraíba e na área que hoje localiza-se Campina, esta responsabilidade de impulsionar e tornar atraente esta localidade, foi gerida pelos irmãos Antônio e Custódio de Oliveira Ledo, por volta de 1663. Com bem sintetiza Silva (2000, p.14):

A origem de Campina Grande remonta à política expansionista da Coroa Portuguesa do final do século XVII, cujo objetivo precípua era o de encontrar solução para os problemas internos do Reino, incentivando a ocupação do interior do Brasil. Esta política estimulou a criação de gado e a agricultura de subsistência com base na apropriação da terra e na subordinação do braço nativo pela escravidão.

Desta maneira, algumas práticas foram instaladas e desenvolvidas neste perímetro, conjugadas pelos interesses “mercantis e pelas grandes propriedades agro-açucareiras, impulsionadores das atividades criatórias e de subsistência” (Silva, 2000, p.13). Portanto, localizada no agreste, entre o litoral e o sertão, e conjugando a agricultura às fazendas de gado, a “menina” dará início as feiras de gado e de cereais, propiciando um povoamento, mais tarde tornando-se vila e depois cidade (1864). Segundo Silva Júnior (2009), os dois principais ciclos econômicos ocorridos em Campina foram o do algodão e o processo de industrialização. Entretanto, foi a partir de 1907 que a cidade vivenciará as maiores transformações econômicas e isto foi ocasionado pela construção da Estação Great Western (Fotografia01). O “boom” econômico e moderno vinham agora nas linhas dos trens, tornando o escoamento da produção algodoeira mais rápida e facilitando a entrada de produtos manufaturados que vinham de Recife – PE. Contudo, é interessante frisar que, quando o trem adentra o espaço campinense, esta já era considerada um ponto de apoio para os transeuntes e sua feira já se destacava, bem como o “ouro branco” (algodão). Assim, o trem acelerou e modernizou esses espaços.

Fotografia01 – Estação Great Western e usuários, em seus primórdios (1910).



Fonte: Arquivo pessoal do prof^o João Damasceno

Essas relações comerciais modernas propiciadas pelo algodão foram incentivadas por alguns gestores, chegando a Campina Grande o seu discurso, como descreve Silva Júnior (2009, p.13/14):

Aos poucos a cidade foi incorporando um discurso de progresso, de modernização, totalmente vinculada ao espírito da época, sobretudo após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, quando o país inicia um processo de industrialização por substituição de importações.

Esses elementos de germinação industrial vão aos poucos viabilizando um segmento industrial na área de metalúrgica e mecânica que será a base do novo ciclo econômico que surgirá após a crise do ciclo algodoeiro, o qual começa a avançar ainda nos anos de 1930 devido a proliferação das estradas de rodagem e de caminhões que faziam o transporte do algodão para outras praças de comércio.

Os transportes utilizados para escoarem os produtos possuíam funcionalidades específicas, ou seja, a utilização de tração animal ainda era usada para o algodão sair das regiões vizinhas e chegar ao polo de Campina, onde seria transportado por trem para os demais pólos comerciais. Campina Grande transformava-se e respirava modernidade, sendo “exatamente entre as décadas de 20 e 50, que Campina irá se transformar, se desenvolver e se modernizar com mais velocidade” (CAVALCANTI, 2000, p.67). E essas transformações eram percebíveis através dos “serviços modernos como bonde, luz elétrica, escolas públicas e particulares, hospitais, calçamento, esgoto, saneamento básico e outros serviços” (op. cit., 2000, p.68).

A cidade crescia de forma “assustadora”, atraindo muito migrantes que vislumbravam naquele espaço uma oportunidade de crescer economicamente, assim, o processo de urbanização pela qual a referida cidade passou, foi veloz e impactante, uma vez que os gestores não possuíam “estratégias de controle”. Para elucidarmos o exposto, Campina Grande mais que triplicou seu número de habitantes em 20 anos, passando de 33.800 habitantes para 116.200 habitantes no período de 1940 a 1960 e as consequências desse fenômeno foram desastrosas. Com as mudanças ocorridas no espaço nacional, como a instauração do regime militar, em 1964, o foco desenvolvimentista passa a ser a industrialização, que proporcionaria um maior desenvolvimento econômico, desta maneira, os investimentos e incentivos foram direcionados ao Centro-Sul e principalmente as capitais. Assim, Campina, que já vinha “cambaleando” devido à crise “dos trilhos” (1940), diminuiu consideravelmente seu crescimento e a capital do estado, João Pessoa, começa a ganhar destaque. Silva Júnior (2009, p.11) pondera sobre, “a instauração do regime militar em 1964 atinge Campina Grande à medida que sua posição econômica estratégica foi sendo gradualmente deslocada em um sentido secundário em relação à capital do estado da Paraíba, João Pessoa”.

Muitos foram os indivíduos que abandonaram seus lugares, no espaço rural, para agarrarem novas oportunidades nos centros urbanos. O êxodo rural, assim como aconteceu nos principais centros brasileiros, foi responsável por “jogar” na cidade indivíduos oriundos de várias regiões, que adentravam nesses “novos espaços” da forma mais precária, residindo em cortiços, habitando espaços sem nenhuma infraestrutura. Assim, vivendo e convivendo nesses espaços insalubres e desenvolvendo várias epidemias, esses moradores que habitavam o centro das cidades passaram a chamar a atenção dos governantes para o aspecto “sujo e precário” que se apresentava na parte central da cidade em estudo, e chamando a atenção também, da aristocracia que “assistiu” os seus espaços sendo dominados por outros grupos. Destarte, e não fugindo a regra, os governantes em Campina Grande apresentaram preocupação, efetivando algumas organizações do espaço urbano. Dentre algumas ocorridas, a mais violenta foi a do gestor Vergniaud Wanderley, que ocorreu em meados da década de trinta.

Vergniaud Wanderley marcou a história da cidade de Campina Grande pelo seu caráter autoritário e violento, que transpareceu de forma enfática na sua proposta de reorganização do espaço urbano, em especial, da área central. Influenciado pelos grandes centros, Wanderley propunha algumas modificações que, para ele, melhorariam a vida desses

indivíduos. Assim, e objetivando tais modificações, o referido gestor, de forma agressiva, desapropriou:

Vários imóveis em estilo colonial na Rua Maciel Pinheiro e Floriano Peixoto, destruíram espaços antigos (como a Igreja do Rosário) e construiu espaços novos (a respeito do Grande Hotel, todo em estilo Déco, hoje Prefeitura Municipal de Campina Grande). Foram demolidos vários monumentos importantes, como o Paço Municipal, o Obelisco da Independência, o cine Fox e o cine Apollo; ruas e becos foram desapropriados para a efetivação do alinhamento. (ALVES et al., 2012, p.04)

Para conseguir realizar essas modificações estruturais, o gestor não economizou nas práticas. Moradores relataram as formas violentas como isso ocorreu, quando os residentes se recusavam a deixarem suas moradias, sendo estes surpreendidos no calar da noite, por caminhões batendo nas paredes, forçando a sua saída. Entretanto, Sá (2000, p.186) discorre sobre a reorganização espacial em algumas décadas como 1960/1962-1972-1980, sendo as mudanças ocorridas nesse último período, incentivadas por alguns movimentos sociais:

A reforma urbana foi retomada com mais ênfase na década de 1980, quando se observou com mais frequência os movimentos sociais, os dos favelados, mutuários, dos sem teto que, por meio dos seus Sindicatos e Associações, reivindicam seus direitos aos serviços e equipamentos básicos, como iluminação pública, fornecimento d'água e energia elétrica, transporte coletivo, pavimentação, saneamento básico, posto de saúde, escolas, creches e outros serviços.

A população campinense, que tinha sido removida do centro, habitando agora os espaços mais longínquos, sendo segregada socioespacialmente, lutava por melhorias e por seus direitos. Assim, é notório que estas reorganizações urbanas pela qual Campina Grande passou limitaram-se a uma reconfiguração urbanística, as formas, em vez de proporcionar melhorias as seus habitantes.

O poder político e econômico de Campina Grande perpassou as décadas, intensificando-se cada vez mais, e nos dias atuais a referida cidade ainda exerce grande poder sobre as demais cidades interioranas da Paraíba e de outros estados, como Pernambuco e Rio Grande do Norte. São muitos os serviços que estas cidades de menor porte recorrem à Campina, passando de um polo extremamente econômico para também hospitalar e educacional. Soares (2010, p.13) elenca alguns serviços prestados por esta: “extração mineral; culturas agrícolas; pecuária; indústrias de transformação, de beneficiamento e de desenvolvimento de software, comércio varejista... pelo segmento de turismo de eventos... pelas instituições de ensino superior”.

Uma cidade que trás no nome a sua dimensão político-econômica que influência as demais e que, como tantas cidades brasileiras, não conseguiu diminuir as diferenças sociais que são visíveis a “olho nu”. Problemas que já eram identificados desde seu surgimento, como discorre Cabral Filho (2010, p.07), ao referir-se a assaltos cometidos aos caminhões que transportavam o “ouro branco” (algodão), em que os delinquentes foram nomeados como “roubadores de buchas”, agindo em grupos para conseguirem praticar seus atos. Entre estes adultos, já eram detectados a presença de crianças, como ressalta o autor: “daí o recrutamento de crianças miseráveis para tal serviço, fato que alarmou o bacharel Hortênsio Ribeiro, que lamentou e destacou-o como tragédia: uma nova modalidade de crime sendo praticada pela infância abandonada”. A mais de um século este problema, que serve de embasamento para a pesquisa que segue, apresentava-se de forma efetiva, destacando-se dentre tantos outros crimes.

2.2 O território na perspectiva contemporânea: multiescalar e multitemporal

É sabida a evolução conceitual que a categoria território percorreu ao longo da Ciência Geográfica, muitos destes conceitos foram vinculados a pensamentos filosóficos que permitiram uma abrangência maior de formas “diferenciadas” de análise da categoria no espaço. Discussões eminentes a este novo período foram direcionadas as concepções multiescalar e multitemporal que o território passou/passa a englobar. Ou seja, o ranço deixado pela Geografia Tradicional, na qual vários estudiosos recorreram ao longo das suas pesquisas, de um território em escalas grandiosas, estatais, e notavelmente demarcado, passou a instigar os pesquisadores para estas discussões “macros”, inovando e apresentando vários territórios em escalas e tempos bem diferenciados.

O fio condutor de análise nesta perspectiva é que, se o poder é inerente a toda relação, e um elemento fundamental para conceitualizar o território é o poder, então, de forma consciente ou não, os indivíduos que estiverem atuando de forma a controlar/dominar o espaço estarão em processo de territorialização. Saquet (2007, p.56) é veemente ao concluir que “o processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na interseção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar)”. Esses movimentos da vida real que se imprimem no espaço (i) materialmente são delimitados em diferentes escalas e em diferentes tempos.

Souza (1995, p.81) é enfático ao discorrer sobre a noção grandiosa de escala ou a delimitação fixa para definir o território. Para conseguirmos evoluir conceitualmente, se fazia necessário ultrapassarmos as ideias com as quais o termo em estudo sempre foi “adornado”:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o ‘território nacional’.

O território não necessita de ingredientes volumosos para se constituir, este pode ser identificado em várias escalas espaciais e temporais, que serão ou não constituídos por indivíduos no seu cotidiano ou por grandes Instituições, bem como pelo Estado. O que é interessante observar é que o território não só necessita do Estado ou só se forma a partir do Estado, ressaltando que este também constitui um território, só que em escala nacional.

No respectivo estudo, ao direcionarmos a análise às crianças e aos adolescentes que vivem/sobrevivem em situação de risco nas ruas, praças, parques e nos semáforos de Campina Grande, buscou-se identificar os territórios que são construídos e desconstruídos diariamente por essa população infanto-juvenil. Em um primeiro momento, ao projetar e desenvolver o estudo que segue, alguns questionamentos frequentemente comuns entre os estudiosos que se deparavam com essa proposta eram exatamente direcionados à questão da escala espacial e temporal, sendo que para muitos geógrafos que não debruçaram-se nesta categoria, os indivíduos nos quais delimitamos não permitiriam identificar territórios nestes ambientes que foram propostos pelo estudo. Ou seja, um grupo de crianças e adolescentes que vivem nas praças do centro da referida cidade, por exemplo, não forneceria “dados” suficientes para identificarmos neste espaço um território.

Porém, Haesbaert (2005, p.6790) é veemente ao concluir que “o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade”. Para o autor, as escalas territoriais são múltiplas e o fato de não possuírem limites definidos não impedem de serem considerados comoterritório. O importante é considerar na perspectiva do autor as multiplicidades destes territórios, ou seja, as multiterritorialidades que um único espaço é capaz de compor. Desta

maneira, ao utilizarmos como recorte espacial de estudo a cidade de Campina Grande, se faz necessário delimitarmos exatamente o que pretendemos apresentar visto que, e como o autor bem explanou, em um espaço podem identificar-se múltiplos territórios que são construídos/desconstruídos de forma rápida e diversificada.

As crianças e os adolescentes, ao apropriarem e dominarem um espaço, que no estudo se limita as praças, as lanchonetes, as ruas, ao parque e aos semáforos do centro e do seu entorno, estarão construindo os seus territórios, nos quais o que irá conceituar e identificar estes espaços como território não vai ser a sua dimensão espacial, se é bem delimitado ou não, e sim a relação de poder existente entre os sujeitos que compõem este grupo e destes grupos com os demais, quem irá dominar quem e como, como já foi bem ressaltado em Souza. Para reforçarmos esta ideia, já bastante nítida entre os geógrafos, recorreremos às análises de Saquet (2009, p.82), que elucida os questionamentos oriundos do estudo em desenvolvimento:

Os processos sociais são multiescalares e multitemporais e isso ocorre em todas as atividades de nossa vida cotidiana. A construção de uma ponte ou de um edifício é multiescalar e multitemporal bem como o ato (material-imaterial) de compra de um par de sapatos ou a realização de uma celebração/missa por um padre ou por um pastor da IECLB. Ambas as situações significam movimento histórico e relacional a um só tempo, com continuidades (permanências) e descontinuidades (rupturas, mudanças). O tempo significa, nesta compreensão, um movimento contínuo. O tempo presente, passado e futuro indicaprocessualidade e, também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm traços/características dos velhos territórios e territorialidades.

O tempo é tido como o processo que estaria em contínuo movimento e que aconteceria em diferenciadas escalas e em diferentes espaços, ou vários processos acontecendo em um único espaço. Para acabarmos com quaisquer dúvidas e evoluirmos conceitualmente, citaremos Candiotto e Santos (2009, p.319) apud Saquet, concluindo que “o território é produzido pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social e efetivamente em diferentes escalas, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o ‘território nacional’ sobre gestão do Estado-nação”. Ou seja, em um espaço urbano podemos encontrar território que trazem traços característicos daquele espaço ou espaços com vários territórios construídos em um mesmo momento.

Assim, e após explanarmos sobre os limites conceituais que perduraram na categoria território, podemos evoluir enfatizando que os territórios são construídos e desconstruídos em escalas e tempos das mais variadas. Destarte, as crianças e os adolescentes que se encontram

em situação de risco, que já foram anteriormente mencionadas, estarão através das relações estabelecidas entre estes e os demais grupos em constante processo de territorialização. E este fato torna-se mais evidente quando o processo pelos quais os territórios são construídos se dá através da dominação. Não que outras formas como, por exemplo, a apropriação, não seja legítima para identificar o território, pelo contrário, o que destacamos é que o fato de dominação implicará a necessidade de terem que dominarem aquele espaço diariamente, constantemente dominar aquelas áreas, a presença corporal tornar-se uma das ferramentas de dominação.

Haesbaert já expôs que os territórios podem ser diferenciados ou analisados a partir de dois “tipos ideais” que seriam um de caráter funcional e outro de caráter simbólico. O que é importante destacar é que um modo não anula o outro, ou seja, isso não implica afirmar que por ser compreendido como funcional o território não traga consigo uma carga de simbolismo ou vice-versa. Para exemplificarmos tal afirmativa, destaca-se a necessidade de um indivíduo de passar diariamente por uma rua, que para outro morador pode ser considerada uma rua qualquer, mas, para o indivíduo que necessita dela para ir ao seu local de trabalho (por exemplo), diariamente, torna-se fundamental. Podemos concluir que este indivíduo territorializa aquele espaço (rua) por minutos através da dominação, possuindo um caráter puramente funcional.

Desta maneira, podemos afirmar que as crianças e os adolescentes, ao dominarem as praças, os parques, as calçadas das lanchonetes, os semáforos e as ruas do centro e do seu entorno, estariam construindo territórios de caráter funcional, uma vez que, o processo é constituído através da dominação e necessita ser mantido enquanto o grupo estiver ocupando aquele espaço, ou seja, a relação de poder de um grupo em detrimento a outro; territórios que possuem como fator à sobrevivência dessa população infanto-juvenil ou pelo menos, onde esses indivíduos procuram sobreviver em meio a tantas desigualdades. Esses espaços são vistos por essas crianças e adolescentes como possuidores de uma função que se concretiza quando estes retiram desses espaços alimentos, dinheiro, ou são utilizados também como moradia, enfim.

2.3 A construção dos territórios nessas áreas de risco: territorialidades da exclusão

Os territórios, que são construídos/desconstruídos nessas áreas de risco: praças, ruas, semáforos, parques, calçadas das lanchonetes do centro e do seu entorno, são dominados e por isso necessitam diariamente, constantemente, serem mantidos através do poder adquirido por essas crianças e adolescentes. Para compreendermos esta problemática, faz-se necessário

expor algumas características dessa população infanto-juvenil para ampliarmos o nosso universo de pesquisa, permitindo-nos identificar as territorialidades de exclusão que são oriundas dessas áreas de risco.

As crianças e os adolescentes encontrados em situação de risco na cidade de Campina Grande são identificados na prática de várias atividades como, por exemplo, mendigando (às vezes acompanhados da mãe), coletando material reciclável (esses indivíduos geralmente encontram-se acompanhados dos pais), limpando pára-brisas, fazendo malabares, comercializando (nos semáforos e no centro da cidade), enfim; alguns retornando para casa no fim do dia, outros voltando para casa depois de dois, três dias nas ruas e outros como moradores efetivos. O que nos propormos apresentar são as condições sociais (englobando as econômicas, políticas, culturais, familiares) que estes indivíduos encontram-se imergidos e como estes constroem esses territórios que nos permitiremos chamar de “territórios de exclusão”.

É sabido que a sociedade é constituída por classes sociais e seus agrupamentos ou fragmentos, observando a cada dia uma desigualdade que permeia todas as dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas, dentre outras. A partir destas desigualdades, a cidade vai segregando e excluindo algumas parcelas da sociedade que não conseguem adquirir o status ou condição necessária para manter um padrão de vida que uma minoria possui. Ao analisarmos este aspecto “residencial” (que não se limita apenas a moradia, indo além), buscaremos aprofundar o debate, uma vez que concordamos com Souza (2011) para o risco de uma “visão de sobrevôo”, que seria uma análise do alto à distância, sem aprofundamento, tanto teórico, como prático da pesquisa.

A partir da pesquisa realizada em campo, pode-se constatar que as populações que se encontram nos semáforos são provenientes de bairros considerados de classe baixa e de alguns “aglomerados” que se formaram nos bairros de classe média. Segundo os dados do relatório anual do Programa Ruanda (2012), os principais bairros identificados são: José Pinheiro, Monte Santo, Nova Brasília, Centenário, Santa Terezinha, Catolé, Pedregal, Monte Castelo, Glória II, Araxá, Santo Antônio, além dos Municípios de João Pessoa (capital do Estado da Paraíba) e Queimadas (que faz parte da região metropolitana de Campina Grande).

Porém, desses Municípios e bairros acima mencionados, três apresentaram índices mais expressivos de crianças e adolescentes frequentadores dessas áreas do centro e do seu entorno, são os bairros do José Pinheiro, Pedregal e o Glória II. Poderíamos elencar alguns elementos responsáveis por estas *idas e vindas* aos semáforos, as praças, ao centro; contudo, iniciaremos as reflexões partindo do pressuposto de encontrarem-se esses bairros próximos ao

centro da cidade em estudo. Os bairros de onde a maioria dessa população infanto-juvenil é proveniente estão localizados em áreas próximas ao centro da cidade, local de maior fluxo, ou seja, de movimento intenso. Por não necessitarem de transporte para conseguir chegar a estes locais, as crianças e os adolescentes encontram um campo favorável para adentrarem estas áreas quando acharem necessário. Com o propósito de “conseguir” dinheiro ou pelo fato de acharem esses espaços atraentes (liberdade), as crianças e os adolescentes que marcam presença diariamente ou de forma esporádica nesses espaços, ao agirem em grupo e ao delimitarem suas áreas de atuação, estarão construindo territórios, e por estes serem formados nessas áreas consideradas de risco (visto que esses indivíduos ao adentrarem essas áreas estarão em situação de risco pessoal e social), denominaremos “territórios ‘dos’ excluídos”. Vale ressaltar que este termo utilizado parte do pressuposto de encontrarem-se essa população infanto-juvenil “esquecida” pela sociedade.

É notória a precariedade em que a maioria dessa população encontra-se imergida, geralmente vinda de famílias desestruturadas (aprofundaremos o debate no subitem 4.1). Ao se deparar com as possibilidades que a rua pode oferecer, tanto positivamente (pelo fato de conseguir dinheiro), quanto negativamente (maior contato com drogas, violências, abusos), essa população infanto-juvenil influenciada por primos, amigos, ou pelos próprios familiares mais próximos (destacando-se o pai, mãe, avó), encontram nestes espaços, de forma emergencial, o que necessitam para “sobreviver”, como por exemplo, alimentos, dinheiro, dentre outros.

É interessante ponderar para as pequenas, porém nítidas modificações que destes espaços advêm, o território em uma perspectiva relacional, em um constante processo de construção/desconstrução. Em estudos realizados por Barbosa (2011), os bairros de “destaque”, onde se detectaram a origem da maior quantidade de crianças e adolescentes, eram o José Pinheiro e a Estação Velha. Nas pesquisas realizadas posteriormente, o primeiro bairro continua no topo e o segundo bairro praticamente não aparece mais nos dados estatísticos, o que nos instiga a discorrer sobre os motivos pelos quais a população do bairro da Estação Velha não se faz mais presente nos semáforos (pois era onde encontrávamos) que ficam localizados no entorno do centro. Contudo, retornaremos esse debate nos “territórios dos semáforos”, aprofundando as análises.

Outro dado importante que Barbosa (2011) aborda na sua pesquisa é a predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino nos semáforos (da Avenida Canal – campo da pesquisa). Nas observações realizadas “*in loco*” e utilizando de alguns dados identificados no relatório anual do Programa Ruanda (2012), pode-se observar algumas curiosidades

relacionadas às territorialidades por sexo. Como Barbosa (2011) bem mencionou nas suas análises, a presença da população infanto-juvenil do sexo masculino nos semáforos é unânime, não encontramos a presença do sexo feminino nessas áreas de risco (semáforos). Entretanto, na coleta de material reciclável, os indivíduos encontrados são, na sua maioria, do sexo feminino. Já nas praças e nas calçadas das lanchonetes, a predominância também é do sexo masculino. Desta maneira, poderíamos analisar a construção dos territórios a partir do gênero dessas crianças e adolescentes. Assim, são notórias as divisões territoriais do trabalho, onde o território será dominado/controlado por atividades e indivíduos destinados a realizar um tipo específico de prática.

Para elucidarmos outro dado é importante ressaltar para a probabilidade de identificarmos de forma igualitária, tanto crianças como adolescentes nestas áreas de risco. Desta maneira, e a partir da pesquisa realizada em campo (que acompanhou em média uma quantidade de oitenta indivíduos – entre crianças e adolescentes), bem como o acesso aos dados do relatório do Programa Ruanda (2012), nota-se que encontramos nos semáforos, praças, calçadas das lanchonetes e nas ruas, tanto crianças como adolescentes, de forma que o primeiro constitui 52% e o último 48% dos indivíduos encontrados nas “ruas”, sendo a grande maioria, como já mencionado no parágrafo anterior, do sexo masculino.

Outro fator importante refere-se aos auxílios que o Governo Federal disponibiliza para atender esta população de baixa renda que os indivíduos em estudo encontram-se inseridos. Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo Programa Ruanda (2012), de trinta e seis famílias atendidas no ano de 2012, dezoito estão sendo beneficiadas pela Bolsa Família, quatro destas estão com o benefício suspenso e duas estão aguardando serem incluídas no Programa. Segundo o relatório do Programa Ruanda (2012):

Destas famílias, 04 recebem o benefício de Prestação Continuada (BPC), 02 estão inseridas no Programa Pró-jovem e 20 no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). De acordo com estes dados observa-se que, 22 dessas famílias apresentam renda mensal, mesmo assim, pratica a mendicância e coleta material reciclável, as outras 08 famílias, não tem renda formal. Quanto aos reintegrados registramos 29 famílias, das quais 23 são beneficiadas com a Bolsa Família, 04 estão inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. E 01 no Programa Pró-jovem.

Após elucidarmos algumas características provenientes dessa população infanto-juvenil, faz-se necessário compreendermos como esses indivíduos sobrevivem nesses campos de força, nos territórios. Silva (2002, p.33) é enfático ao ponderar sobre as construções das territorialidades urbanas:

As diversas territorialidades urbanas são, de certa forma, uma maneira dos diferentes grupos urbanos se imporem como grupo no contexto de fragmentação da cidade moderna. O território, ao mesmo tempo em que dá identidade ao grupo, é base para a afirmação do seu poder, sendo o controle do território fonte de poder. Desta forma, os diferentes grupos urbanos, ao territorializarem certo espaço, estão demarcando os seus territórios de sobrevivência e convivência, além de estarem delimitando fronteiras que vão definir suas posturas sociais tomadas no interior do espaço urbano.

Esses territórios, que são construídos a partir do agrupamento de crianças e de adolescentes que se identificam (por algum fator), serão denominados no respectivo estudo como territórios dos excluídos, uma vez que o espaço do qual se oriunda os territórios são considerados como um risco, pessoal e social, para essa população infanto-juvenil. Essas territorialidades dos excluídos irão compor um mosaico de várias territorialidades que são identificadas em um mesmo espaço urbano. Seus limites, muitas vezes inexistentes para os demais indivíduos, é quem irão permitir uma “convivência” saudável (no limite) com os demais territórios. Essas territorialidades estarão imprimindo no espaço as características daquele grupo, que utilizam dessas ferramentas para construir esses campos de força, os seus territórios. A territorialidade dos excluídos seria, em um primeiro momento, uma estratégia de controle das ações dos indivíduos para dominar esses espaços urbanos e assim manterem uma relação de poder entre eles e entre os demais grupos.

2.4 Territórios cíclicos

Já destacamos no respectivo estudo a importância de “desmistificar” a escala grandiloquente que o território, enquanto categoria geográfica, esteve por muitas décadas intrinsecamente ligado. O território, quando compreendido em uma perspectiva relacional, apresenta-se como produto social e condição, fruto das relações de poder estabelecidas entre os indivíduos e seus grupos. Desta maneira, e partindo do pressuposto que os territórios podem ser identificados nas mais variadas escalas, que vão do Estado-nação a uma rua, praça, a uma esquina (por exemplo), e em tempos os mais variados, dias, meses, anos, horas, enfim, alguns territórios passam a caracterizar-se por sua “mobilidade”, sendo considerados como um processo de “territorialidade cíclica”, expressão utilizada e desenvolvida por Souza (2009, p.67).

Robert Sack, em meados de 1986, já direcionava alguns estudos nesta perspectiva, que veio denominá-lo de “territórios móveis” e que, posteriormente, Souza também desenvolve pesquisa partindo do mesmo pressuposto (mobilidade), porém, nomeia de “territorialidade

cíclica”, “territorialidades flexíveis”, ou seja, o que Souza (1995, p.88) pretende enfatizar é o caráter móbil desses limites e desses espaços dominados, como se pode perceber nesta citação:

Os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva. O que não significa, em absoluto, que ‘pontos’ não sejam às vezes intensamente disputados, podendo a disputa desembocar em choques entre grupos rivais.

Como já mencionado, o que permitirá considerar o território móvel, cíclico, flexível, dentre tantas nomenclaturas existentes, é o fato destes territórios serem constituídos por tempos variados, onde os limites não possuem um caráter fixo e muitas vezes não são perceptíveis aos olhos da sociedade como um todo. Por constituírem em um processo, dois fatores, tempo e escala, poderão ser identificados nas mais variadas formas, “o caráter cíclico deste tipo de territorialização apresenta alternância habitual dos usos (conteúdos) diurno e/ou noturno dos mesmos espaços”, como bem ressalta Ribeiro e Mattos (2002, p.95). Assim, um único espaço pode apresentar territorialidades distintas uma das outras, e em um espaço podemos identificar vários tipos de territorialidades, no qual cada uma apresentará diferentes características, absorvendo daquele espaço conteúdos diferenciados.

Portanto, e após explanar sobre os “territórios cíclicos” e os demais que trazem na sua essência a necessidade de destacar o processo de constante movimento que muitos territórios imprimem (em variados: tempo – escala, e funções), permitíramo-nos elucidar os territórios cíclicos das crianças e dos adolescentes no espaço urbano, em Campina Grande. Essas populações infanto-juvenis, ao dominarem os espaços das praças, dos semáforos, das ruas, estarão através das relações de poder estabelecidas entre eles, territorializando estes espaços. Esses territórios, que são formados por essa população, possuirão características que evidenciam o seu caráter cíclico, flexível. Nos itens subsequentes, nos debruçaremos nas análises desses territórios constituídos por essas crianças e adolescentes nas áreas de risco, que no respectivo estudo delimitamos nos semáforos, nas praças, no “açude novo” (Parque Evaldo Cruz) e nas calçadas das lanchonetes, espaços esses que são localizados no centro e em seu entorno da cidade de Campina Grande – PB.

2.4.1 Os territórios dos semáforos

Antes de adentrarmos nos aspectos territorializantes que são desenvolvidos nos semáforos, faz-se necessário compreendermos um pouco da dinâmica estabelecida nestas áreas de risco. As cidades brasileiras consideradas médias e grandes veem passando por problemas referentes às diferenciações de classe, consequentemente e implicitamente de renda, saúde, educação, lazer, enfim, problemas oriundos da fragmentação econômica – social. A cidade de Campina Grande não conseguiu “fugir” dos problemas que assola a sociedade como um todo, em especial o espaço urbano, onde os fatos parecem ser mais visíveis ou mais concentrados. Um dos problemas mais comuns nos dias atuais nos grandes/médios centros urbanos diz respeito à presença de crianças e adolescentes nos semáforos, nos quais procuram as práticas mais variadas de “conseguir” dinheiro (Fotografias 02 e 03).

Fotografias 02 e 03: Crianças e adolescentes na prática dos malabares e vendendo chicletes. Problemática que é frequente nos principais centros urbanos do Brasil. Belo Horizonte e Recife.



Fonte: Blog: Eis nosso Tempo, 2010.

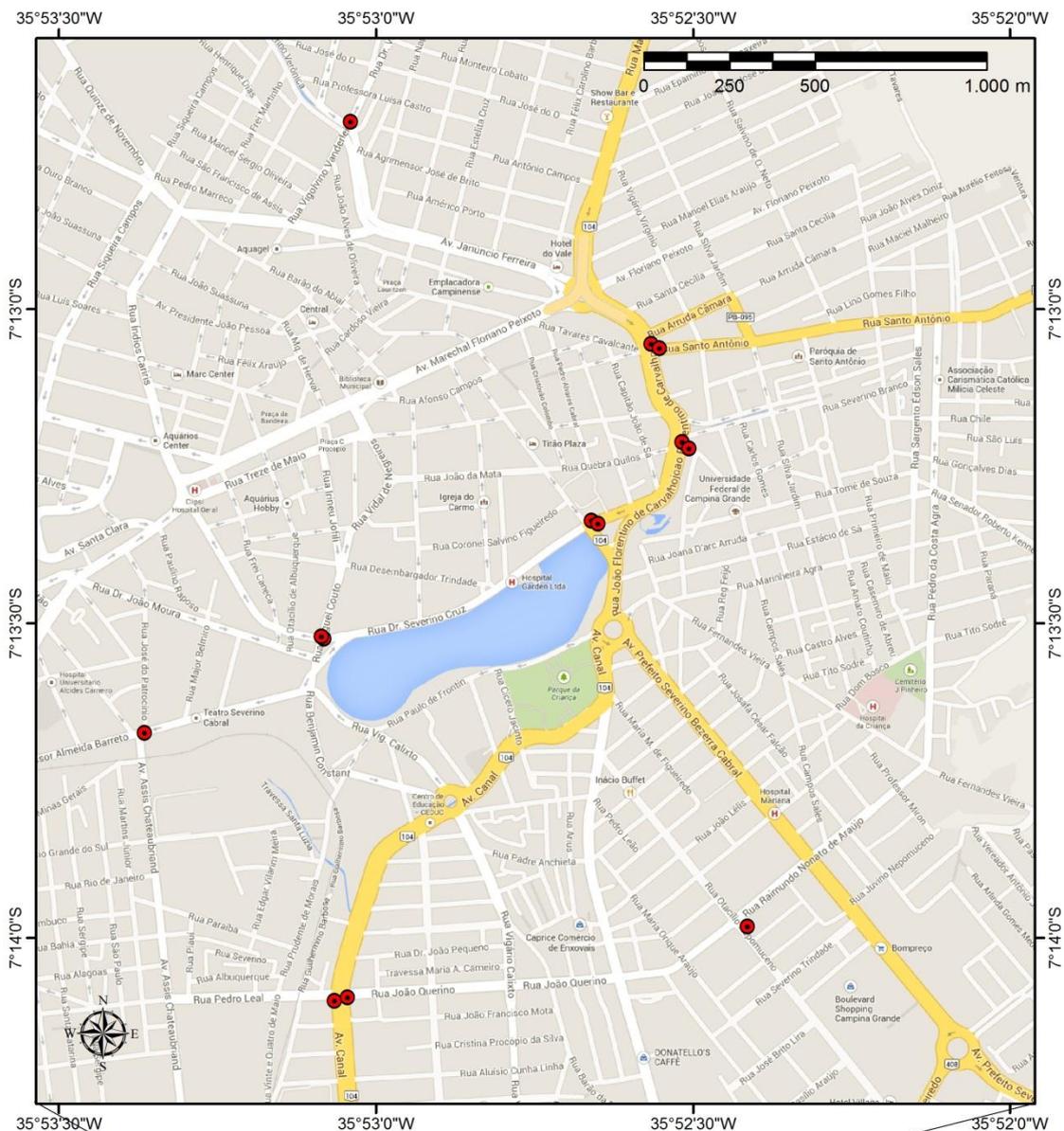
Nos semáforos em estudo, podemos identificar algumas práticas utilizadas por essa população infanto-juvenil para conseguir “sensibilizar” a sociedade e desta retirar o dinheiro necessário para suas necessidades, as quais se podem destacar alimentação, vestimentas e as drogas (não de forma generalizante, porém, as drogas são um fator constante na vida de muitos desses indivíduos). Para muitos desses, os semáforos tornam-se a única possibilidade de adquirir os elementos necessários para suas vidas, e na ânsia de conquistar dinheiro para usufruir desses elementos (alguns mencionados anteriormente), as crianças e os adolescentes que se encontram nessas áreas de risco realizam algumas atividades, como malabares e

limpadores de para-brisa, bem como, o ato da mendicância, que são as práticas comumente identificadas entre esta população.

É interessante elucidarmos como essas atividades desenvolvidas por essa população infanto-juvenil modificam a paisagem urbana e como o indivíduo desta agrega duas ou mais atividades. Uma informação relevante do estudo desenvolvido por Barbosa (2011), no qual o seu recorte espacial limita-se aos semáforos da Avenida Canal (como é popularmente conhecida), da cidade em estudo, refere-se à constatação do início dessas atividades (malabares e limpadores de para-brisa) nos semáforos de Campina Grande. Segundo esta, no qual a informação foi concedida pelo Programa Ruanda (explanaremos sobre o Programa no subitem 3.3), “essas atividades (limpadores de para-brisas de carros) foi trazida por dois jovens, menores (sexo masculino), que as tinham como práticas, na cidade do Rio de Janeiro”; “já a presença do malabarismo nos semáforos de Campina Grande é perceptível, porém, há quatro anos... adolescentes, sexo masculino... que vieram da cidade de Maceió” (p.35). Desta maneira, podemos concluir que essas práticas são as mais recentes, visto que o recorte temporal de presença é em média de sete anos.

Os principais semáforos utilizados por essa população ficam localizados no centro e em no seu entorno, assim o referido estudo delimita-se as respectivas confluências: Avenida Cajazeiras com a Rua Vigolvin Wanderley (centro – periferia); Rua Tavares Cavalcante com a Avenida Canal (centro – periferia); Avenida Canal com a Rua Santo Antonio (Periferia – centro); Rua Dr. Severino Ribeiro Cruz com a Rua Sebastião Donato (Açude Velho – Parque do Povo); Rua Miguel Couto com a Rua Dr. Severino Ribeiro Cruz (centro – periferia); Avenida Professor Almeida Barreto com a Avenida Assis Chateaubriand (centro – periferia); Rua Pedro Leal com a Rod. BR – 104 (Bairro: Tambor – Catolé), Rua IremasVilarim Meira com a Rua João Quirino (periferia – centro), Rua João Quirino com a Rua IremasVilarimMeira (Bairro: Catolé – Tambor) (esses três semáforos são conhecidos, popularmente como Instituto dos Cegos); Rua Otacílio Nepomuceno com a Rua Severino Trindade (periferia – centro) (Mapa 02).

Mapa 02: Confluência das Ruas e Avenidas em estudo.



Legenda
 ● Semáforos do estudo

Fonte: Google, 2014.

Após a pesquisa de campo, pode-se constatar que essa população infanto-juvenil que se encontra nestas áreas de risco é proveniente dos bairros vizinhos, José Pinheiro e Estação Velha. Porém, como já foi anteriormente mencionado, o segundo bairro (que no estudo de Barbosa (2011) apresentava-se como um dos principais bairros da onde a maioria das crianças e dos adolescentes que se encontravam nos semáforos era proveniente), no estudo que segue, não aparece no centro da cidade, entretanto, isso não significa afirmar que esses indivíduos abandonaram essas áreas. O que se pode constatar é que houve “mudanças” ao escolher os semáforos. Essas crianças e adolescentes agora encontram-se nos semáforos que ficam localizados ao lado da Estação Velha, mais precisamente nos semáforos do Instituto dos Cegos (como é popularmente conhecido) (Fotografia04), e vale ressaltar a dificuldade de realizar a pesquisa nesta área, visto que é uma espaço dominado pelo tráfico de drogas, onde algumas vezes necessita de intervenções policiais para desvendar ou controlar as violências/crimes que são cometidos.

Fotografia04: Ao lado direito fica uma das entradas do Bairro Estação Velha.

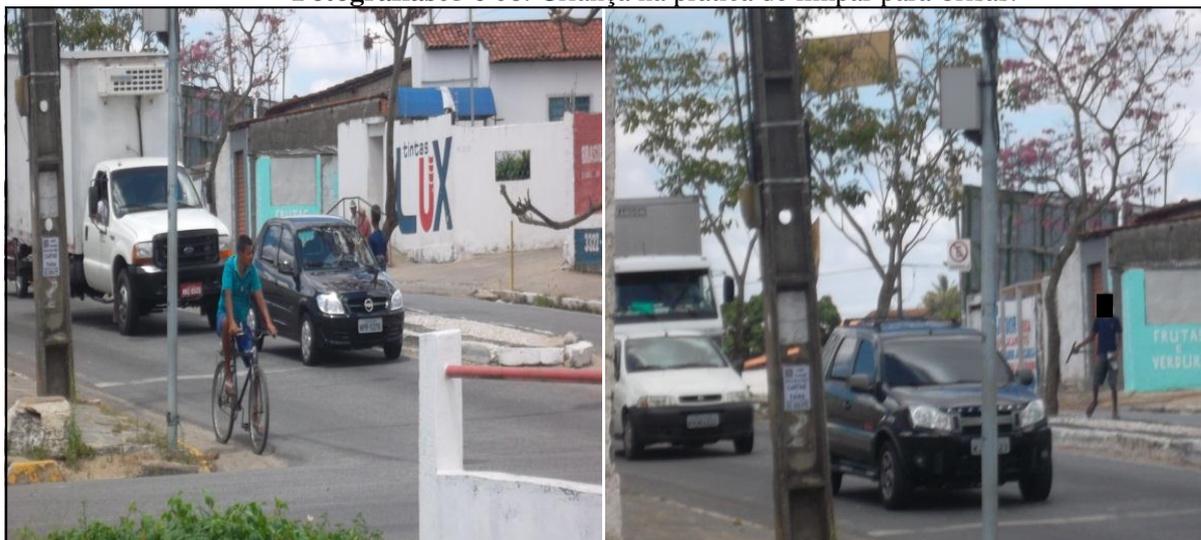


Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Há uma relação de poder veemente entre as crianças e os adolescentes que se encontram nessa área. Os horários de permanência desses indivíduos nestes semáforos são bastante variados. Durante a pesquisa, encontramos esses sujeitos nas mais variadas práticas (limpadores de para-brisas, malabares, mendicância) e em tempos mais distintos, manhã,

tarde, noite (fotografias05 e 06). Um fator relevante durante as observações é que nestes semáforos a presença de crianças ou adolescentes nunca passava de um indivíduo por semáforo, diferentemente das outras áreas. Entretanto, a permanência no semáforo é menos demorada, surgindo outro indivíduo após um determinado tempo que aquele outro partiu. Seriam esses “territórios cíclicos”? Ou, “nanoterritórios”? (expressões desenvolvidas por Souza).

Fotografias05 e 06: Criança na prática de limpar para-brisas.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Partindo do pressuposto que já explanamos, a respeito dos “territórios cíclicos”, avançaremos para os “nanoterritórios”. Estas são algumas expressões utilizadas e defendidas por Marcelo Lopes de Souza, que debruçou-se/debruça-se para a compreensão dos territórios e suas variadas escalas. Desta maneira, discorre Souza (2006, p.317/318) sobre os nanoterritórios:

“Nanoterritórios” são territórios extremamente pequenos, diminutos; situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal... Nos “nanoterritórios”, as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença... Os grupos, aqui, são do tipo primário, como a família, mas também agrupamentos de indivíduos que nem ou mal se conhecem.

Se os territórios são identificados nas mais variadas escalas, os “nanoterritórios” assim definidos, imprimem uma escala e delimitam-se por uma área ainda menor que a microlocal. Parece-me que ao definir este termo, Souza enfatizou a necessidade de compreendermos os territórios nas múltiplas escalas, uma vez que é definido (também) por relação de poder que é necessária a qualquer território. Porém, este é constituído “face a face” (como geralmente é

constituído os territórios urbanos) e a formação desses grupos são identificadas nas mais distintas conjunturas, da família que se constitui a partir dos vínculos de afetividade (não se limitando ao afeto, mas a laços naturalmente constituídos) e de grupos que se formam. Entretanto, quanto aos últimos, estes não possuem laços, apenas compartilham da mesma necessidade (aqui, refiro-me a necessidade de conseguir dinheiro para a alimentação, vestimentas, drogas, dentre outros).

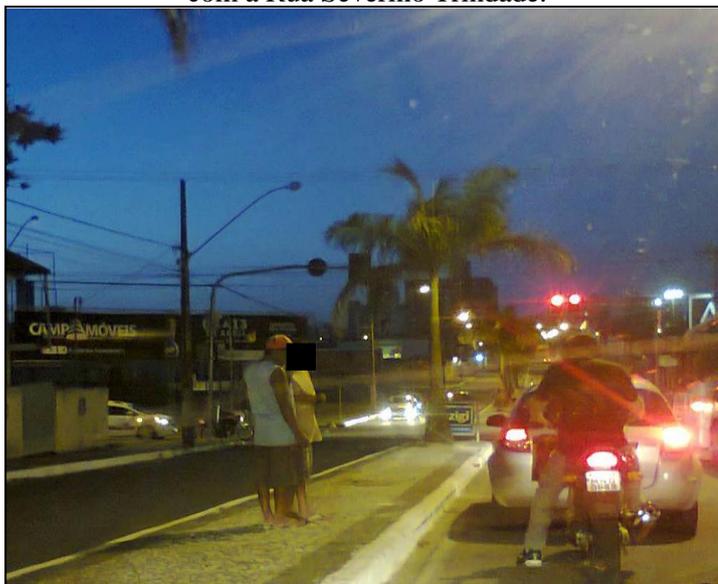
Destarte, podemos concluir que esses territórios constituídos nos semáforos (englobando todos em estudo) podem ser identificados como “nanoterritórios”, uma vez que implica a compreensão de uma escala (micro) e as relações de poder que são constituídas através dos grupos. E podem ser identificados também por “territórios cíclicos”, uma vez que as permanências nestas áreas são as mais variadas, o caráter atribuído a esses espaços é, funcional muito mais que afetiva, e os limites não possuem uma demarcação visível ou claramente definida.

Voltando as análises dos semáforos do Instituto dos Cegos (que constituem três semáforos), podemos concluir que os territórios constituídos nesta área possuem uma relação de poder mais fortemente perceptível, uma vez que a relação com os usuários/traficantes de drogas são mais visíveis, e, pode-se concretizar tal afirmativa na pesquisa de campo, uma vez que a pesquisadora presenciou os indivíduos que territorializam os semáforos no meio de um grupo, fazendo uso de substâncias psicoativas. E a partir desta concepção, pode-se concluir que essas crianças e adolescentes do Bairro Estação Velha saíram dos semáforos do centro devido à “rixa” de grupos que possuem como principal “renda” a comercialização de produtos ilícitos, esta prática não é claramente desenvolvida nos semáforos, no entanto, está nos bairros de onde provem essa população infanto-juvenil.

Já a realidade identificada em outros três semáforos (Avenida Cajazeiras com a Rua Vigolvino Wanderley (centro – periferia)); Rua Otacílio Nepomuceno com a Rua Severino Trindade (periferia – centro); e a Avenida Professor Almeida Barreto com a Avenida Assis Chateaubriand (centro – periferia) da cidade de Campina Grande difere dos semáforos anteriormente expostos (fotografia 07). A principal diferença é que são crianças que atuam na prática da mendicância sendo aliciadas pelos próprios pais, ou seja, os pais dos referidos indivíduos ficam com estes ou próximo a estes e não só os incentivam a coabitar estes espaços como ficam auxiliando-os. Porém, é interessante ressaltar que isso não implica afirmar que nos demais semáforos as crianças e os adolescentes não sejam aliciados por adultos (familiares ou não), o diferencial aqui é que a presença do adulto é visível e o poder pode ser constado de duas formas, de pai/mãe/avó para filho (como autoridade) e destes adultos para

com os demais que tentarem adentrar estes espaços. Neste contexto, as análises ultrapassam o caráter territorial e nos instigam a discorrer sobre uma problemática social mais estarrecedora, que são os familiares aliciando e incentivando esta população, porém, nos debruçaremos sobre isso no subitem 4.1.

Fotografia 07: Adolescentesendo aliciado por adulto. Confluência: Rua Otacílo Nepomuceno com a Rua Severino Trindade.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Nos estudos realizados por Barbosa (2011), que se delimitaram aos semáforos da Avenida Canal, identificou-se os territórios que eram constituídos por uma população infanto-juvenil que, e a partir de “trabalhos” realizados (malabares, limpadores de para-brisas) nestes espaços, constituíam as relações de poder que definiam as áreas que seriam dominadas por cada grupo; esses indivíduos territorializavam esses espaços. Contudo, passados alguns anos, algumas alterações dessas áreas são eminentes(não muito), o que reforça a ideia de *processo* constituído nesses espaços.

A principal modificação nesses semáforos direciona-se as atividades praticadas por essas crianças e adolescentes e que, durante a pesquisa de campo pode-se constatar alguns fatores responsáveis por tais mudanças. Se os territórios são espaços mediados pelo poder, constituindo campos de forças, os semáforos, assim utilizados por esses indivíduos, constituíram esses campos onde alguns grupos iriam destacar-se em detrimento de outros. Se os semáforos eram considerados por essa população infanto-juvenil como o meio para adquirir os elementos necessários a sua sobrevivência, parece-me que alguns adultos também passam a ver estes espaços da mesma forma. É importante ressaltar, a princípio, que isso não significa afirmar que a presença desses adultos nos semáforos é algo recente, o que se

pretende destacar é que com o aumento significativo de adultos nos semáforos a presença dessas crianças e adolescentes fazendo malabares ou limpando para-brisas diminui.

Para exemplificarmos o exposto, faz-se necessário analisarmos todos os semáforos da Avenida Canal até a Cavesa (como são identificados pelos campinenses), pois, é onde a presença de adultos é mais significativa. No primeiro semáforo dessa avenida, sentido centro – periferia, que se localiza abaixo do viaduto da cidade em estudo, pode-se identificar adultos vendendo os mais variados produtos e também na prática da mendicância. Esse semáforo, que após a inauguração do viaduto, passa a concentrar um número expressivo de crianças e adolescentes, como discorre Barbosa (2011), “logo após a inauguração, em 2007, notou-se uma concentração expressiva de crianças e de adolescentes”, nos dias atuais foi dominado por adultos (fotografias 08 e 09). Assim, e partindo do pressuposto que esses adultos estabelecem poder diante das crianças e dos adolescentes que iram ser identificados em outros semáforos da respectiva avenida (pois estes sempre estarão em processos cíclicos, buscando os semáforos onde, territorializá-lo, seja mais “fácil”), fica evidente que essa população infanto-juvenil dificilmente adentrará nestes espaços dominados pelos adultos e quando conseguem territorializar os mesmo espaços esses indivíduos não mais trabalham como limpadores de para-brisas ou malabaristas, mas como pedintes.

Fotografias 08 e 09: Adultos comercializando na Avenida Canal.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

A relação de poder que se oriunda dessas relações grupais torna-se evidente quando a presença, principalmente de crianças nos semáforos, só será efetivada quando os adultos não estiverem presentes, ou seja, os domínios destes espaços só ocorreram por essas crianças

durante o horário noturno, uma vez que os adultos só se fazem presentes nos horários diurnos. Essas relações sociais, quando projetadas no espaço de forma que o poder torna-se a “ferramenta” que irá conceder que um grupo domine aquela área, no caso os semáforos, a relação estabelecida entre essas crianças e adolescentes e entre os adultos torna-se uma relação de “quem irá dominar quem e como?” O grupo que conseguir ser superior terá obviamente mais regalias e dominará e praticará naquele espaço as atividades que acharem interessante.

Contudo, uma ressalva é válida. Esses grupos não serão constituídos só por crianças, adolescentes ou adultos de forma homogênea. Esses grupos, na maioria dos casos, se caracterizam por uma variedade etária, sendo os maiores (não limitando só ao aspecto físico, mas também mental) responsáveis não só por assegurar que outros grupos não adentrem aqueles espaços, mas para arrecadar e garantir que o dinheiro chegue ao seu destino de forma segura. Para exemplificarmos o descrito, analisaremos um grupo que também atua nos semáforos, em especial da Rua Vila Nova da Rainha com a Rua Drº Ribeiro Severino Cruz (popularmente conhecida como ISEA). Este se constitui por um grupo primário (como ressalta Souza), ou seja, familiar. Segundo informações concedidas pelo Programa Ruanda, a base incentivadora da presença desses indivíduos nos semáforos é a sua avó que produz buchas automotivas e coloca seus netos para comercializarem nestas áreas de risco. Durante a pesquisa “*in loco*”, registrou-se que os territórios desse grupo que é composto em média por quatro crianças e um adolescente que não vende esse produto, porém, permanece sentado ao lado do semáforo durante todo tempo, ou seja, este adolescente é responsável por levar e trazer essas crianças, bem como assegurar que o dinheiro chegará às mãos de sua responsável de forma segura (fotografias 10 e 11).

Fotografias 10 e 11: Crianças comercializando buchas automotivas. Confluência: Rua Vila Nova da Rainha com a Drº Ribeiro Severino Cruz.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Outro aspecto identificado nesses espaços, nos semáforos, é o fato da não presença de crianças ou adolescentes territorializando os semáforos do centro da cidade, elucidaremos a afirmação. Nos principais semáforos do centro da cidade, no burburinho comercial, não detectamos durante a pesquisa crianças ou adolescentes. Neste espaço central, a presença de adultos é maciça, encontrando-se estes, nas práticas, principalmente, do malabares. Dois principais fatores são responsáveis por essa população infanto-juvenil não territorializarem esses espaços, o primeiro e principal caracteriza-se pelo fato dos grupos predominantes nestas áreas serem só e unicamente adultos, o que restringe o domínio por essas crianças e adolescentes, que se encontram “acuados”; outro fator refere-se a maior visibilidade que esses indivíduos teriam, uma vez que os Programas Municipais, bem como o Conselho Tutelar estaria mais focado nestas áreas.

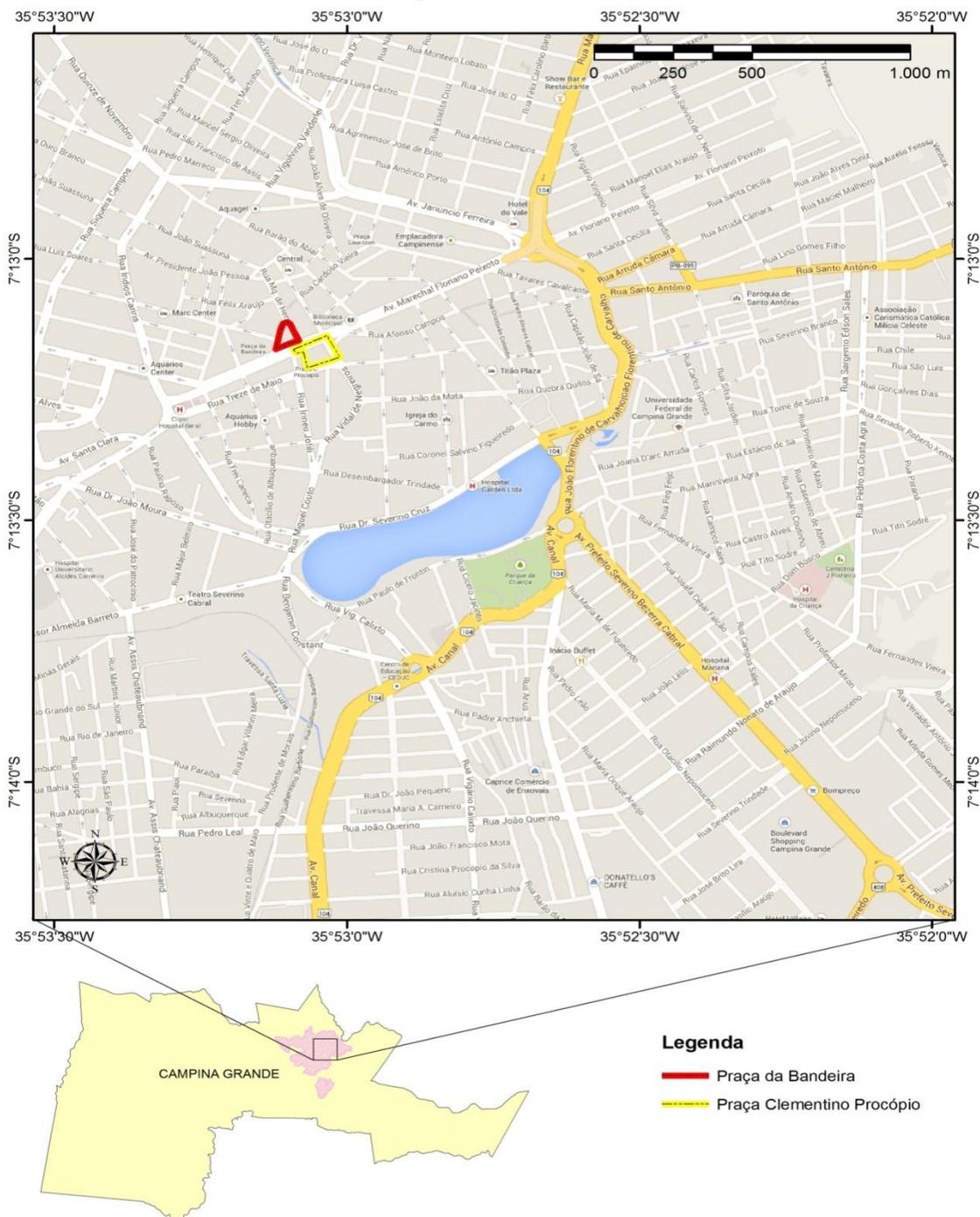
Ao analisarmos a presença dessas crianças e dos adolescentes nestas áreas de risco, nos semáforos, podemos concluir que a construção dos territórios se dá efetivamente pela dominação, ou seja, estes espaços se transformaram em territórios, uma vez que estes possuem funcionalidades e necessitam ser dominados. Poderíamos classifica-los como “nanoterritórios”, visto que os campos de força são extremamente pequenos e os grupos que territorializam estes espaços necessitam ser diariamente/constantemente dominados, ou seja, necessitam da presença. Os limites destes territórios não são definidos, muito menos visíveis a sociedade como um todo; esses limites caracterizam-se por serem instáveis. A temporalidade desses territórios é indefinida, mantendo-se enquanto os indivíduos o dominarem.

2.4.2 Os territórios das praças (centro)

Quando os adultos adentram os espaços dos semáforos e assim os territorializam, a quantidade de crianças e adolescentes que se encontravam nessas áreas de risco diminuem consideravelmente. Porém, ao serem “expulsos” de suas áreas (os semáforos), esses indivíduos buscam novos espaços e novas práticas para conseguirem dinheiro. O centro torna-se/tornou-se assim, o principal ponto de atuação. Sem os semáforos e, conseqüentemente, sem as práticas utilizadas por estes nestes espaços, como por exemplo, o malabares e os limpadores de para-brisas, essa população se restringirá a prática da mendicância, bem como a comercialização de alguns produtos como, chicletes, pano de prato, balões coloridos, dentre outros.

Os “territórios das praças” que o estudo menciona possuem como recorte espacial as Praças Clementino Procópio e a Praça da Bandeira, que ficam localizadas na parte central da cidade de Campina Grande (Mapa 03). Esses territórios possuem um diferencial quando relacionado com os territórios dos semáforos, uma vez que os primeiros servem de “ponto de apoio” (moradia, esconderijo, “lazer”, enfim) dessa população infanto-juvenil. Esses territórios da praça possuem uma funcionalidade que é notória, contudo, pode-se perceber também que mais que funcional esta é também afetiva. As crianças e os adolescentes que se encontram nesses espaços, territorializam a partir da apropriação, ou seja, esses indivíduos conseguem criar um laço de afetividade e assim transformam o espaço em território, entretanto é importante ressaltar que isso não significa afirmar que nos semáforos não exista “afetividade”, o que se pretendeu destacar é que nas praças esse fator é um diferenciador e por isso apresenta-se de forma bem visível.

Mapa 03: Praça da Bandeira e Praça Clementino Procópio, localizadas na área comercial de Campina Grande – PB.



Fonte: Google, 2014.

Na pesquisa realizada “*in loco*”, é notório que essas crianças, ao utilizarem as praças, territorializam a partir da apropriação, encontrando um espaço onde as conversas (tanto para planejar as próximas estratégias de conseguir dinheiro, como para dividir os acontecimentos), bem como as brincadeiras, e muitas vezes, o uso das drogas, acontecem de forma tranquila, onde essa população infanto-juvenil acompanha as movimentações da cidade, do ver sem ser

visto, pois como a sociedade evita esses espaços (abordaremos esse aspecto no subitem 4.3.2), ela não observa os acontecimentos que dali emergem. As relações grupais são mais incisivas, tanto dos indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, como de um grupo com o outro, uma vez que nesta área e principalmente na Praça Clementino Procópio, nota-se a presença de vários grupos, pois, não só essas crianças e adolescentes utilizam essas áreas como “abrigo”, mas adultos também compartilham do mesmo espaço. Esses espaços, que são apropriados por essa população infanto-juvenil necessitarão de mais impetuosidade ao territorializarem, visto que o risco é mais evidente, uma vez que esses adultos são usuários de vários tipos de drogas e alguns são ex-presidiários que cometeram alguns crimes como, latrocínio, assassinatos, roubos, enfim, utilizando essas praças para “fugirem” dos seus bairros onde foram ameaçados. Diferentemente dos territórios dos semáforos, nas praças podemos identificar a presença do sexo feminino, entretanto, não são crianças ou adolescentes, mas mulheres com faixa etária variando entre 25 a 35 anos, com os mesmos antecedentes que os adultos do sexo masculino.

Os territórios das praças, bem como os territórios dos semáforos, possuem caráter móbil, entretanto, na respectiva análise, a mobilidade não se refere à apropriação de várias praças, mas sim, de vários pontos na mesma praça. Pode-se classificá-los como “microterritorialidades”, expressão desenvolvida por Heidrich (2009, p.275/276) no qual discorre:

A microterritorialidade, bastante comum no espaço social das grandes cidades, é aquele que frequentemente se expressa na efemeridade, em que o domínio depende do corpo, da presença e se confunde com a ocupação. Participar do microterritório é conceber-se pertencido. Com a ausência do usuário tudo se desfaz porque não se materializaram as marcas e os sentidos só reaparecem com o retorno da ocupação. Por isso, a microterritorialidade é essencialmente um território que se apóia na identidade dos que dela participam, no vínculo que se estabelece entre ocupação e representação.

As crianças e os adolescentes que se apropriam desses espaços e os territorializam de forma a não só dominá-los, mas identificar naquele espaço uma área de “refúgio” estenderam as relações com aquele espaço, buscando, como já foi mencionado anteriormente, ultrapassar os limites funcionais. As microterritorialidades identificadas nas praças do centro da cidade em estudo são constituídas de escalas e tempos dos mais diversos, sendo o corpo a primeira “expressão” territorial. Ao apropriar-se desse espaço, essa população infanto-juvenil estará criando territórios, onde o poder que um grupo mantém sobre outro será determinante para assegurar aquela área, conseqüentemente os seus territórios. Desta maneira, esses indivíduos criaram um espaço de identificação, no entanto, é importante ressaltar que ao mencionar

“identificação” não estaremos direcionando para uma análise identitária (visto que identificação e identidade possuem suas disparidades) como o autor nos direciona, mas para uma perspectiva de projetar naquele espaço uma função ou identificar as funcionalidades que aquele território (pois há apropriação) pode oferecer naquele momento.

Porém, uma das práticas mais presenciadas durante a pesquisa “in loco” refere-se à prática da mendicância nas paradas de ônibus que ficam localizados nessas praças (fotografia 12). Ou seja, em alguns momentos as crianças ou adolescentes que se encontram transeuntes nesses espaços, recorrem às paradas de ônibus para conseguirem arrecadar dinheiro abordando os indivíduos que aguardam os seus transportes. Alguns desses, quando não conseguem o que “pediram”, agem de forma violenta, gerando medo aos que necessitam do transporte público.

Fotografia 12: Crianças e adolescentes na prática da mendicância, na Praça Clementino Procópio.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Contudo, se o território é construído a partir de relações de poder que delimita/limita o espaço a ser dominado ou apropriado, são nessas áreas de risco que essas crianças e adolescentes vivem/sobrevivem que estas relações aparecem de forma veemente. Os grupos que são formados de forma aleatória, ousaria afirmar natural, que territorializam as praças localizadas na área central de Campina Grande, para conseguir tal feito, necessitam de um poder grandiloquente para impor-se a outros grupos que, como já foi exposto em parágrafos anteriores, são constituídos de indivíduos os mais variados, com histórias complexas de vida/crime/violência, enfim. Durante a pesquisa de campo observou-se que, assim como nos territórios dos semáforos, a formação desses grupos possui uma faixa etária bem distinta,

porém, essa relação criança – adolescente – adulto, diferentemente do primeiro território, não ficou visível, não se podendo afirmar ser o adulto o “cabeça” do grupo. Essa dificuldade de compreender a relação entre os adultos e essa população infanto-juvenil, bem como as “tarefas destinadas a cada um”, nas praças em estudo, ocorreu devido a estes (crianças/adolescentes – adultos) evitarem se comunicar diante dos indivíduos que circulavam pela aquela área, sendo presenciadas em alguns momentos conversas em ambientes mais “discretos”.

2.4.3 Os territórios do Açude Novo

O Parque Evaldo Cruz, mais conhecido como Açude Novo, foi construído em meados da década de setenta e a princípio foi realmente um açude que foi planejado para abastecer o município de Campina Grande em 1830. Após perder sua funcionalidade inicial, o açude foi transformado em um Parque onde se encontra o marco zero da cidade (fotografia 13). Este espaço, que fica localizado no centro, porém, não na parte comercial (ficando ao lado), é paralelo ao Parque do Povo e ao terminal de integração, ficando por trás do Teatro Municipal Severino Cabral (Mapa 04). Como antes esse parque era um açude, sua estrutura foi mantida, ou seja, o Parque foi construído em “degraus” mais baixos, uma vez que ao passar nas ruas que os circunda não podemos observar o que se passa no parque (fotografia 14).



Legenda

- █ Integração
- █ Açude Novo

Fonte: Google, 2014.

Fotografia 13: À direita o Açude Novo, que foi construído para abastecer a cidade de Campina Grande – PB.



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande.

Fotografia 14: Parte interna atual do Açude Novo.



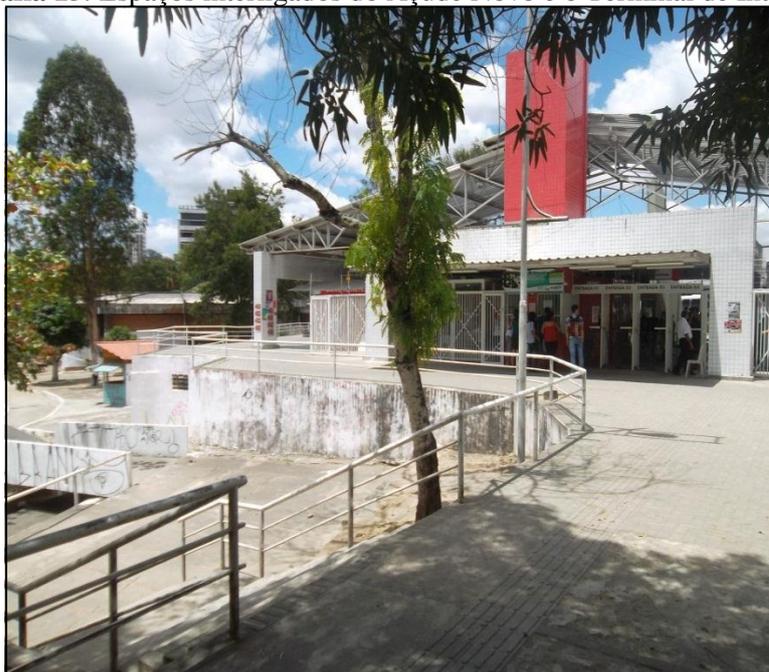
Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Por possuir esse tipo de estrutura, o Açude Novo tornou-se um espaço “ideal” para que essa população que vive/sobrevive nas ruas utilizasse-o como “abrigo/moradia”. Desta maneira, os territórios são construídos de forma intensa durante o período da noite, pois aquelas crianças e adolescentes que se encontram no período da manhã/tarde na Praça da

Bandeira ou Clementino Procópio, ao cair do dia, migram para o Açude Novo. Contudo, é importante advertir que durante o período diurno algumas crianças e adolescentes que permanecem nessas áreas não territorializam propriamente o espaço interno do Açude, uma vez que, e devido à “fama” de um espaço perigoso (abordaremos de forma incisiva no subitem 4.3.2), muitos indivíduos evitam estas áreas, ou seja, a população infanto-juvenil que se encontra nesses espaços não consegue arrecadar dinheiro para as necessidades que julgam serem importantes assim, esses indivíduos buscam se territorializar em outros espaços ao redor.

Destarte, o espaço mais movimentado e que fica ao lado do Açude Novo é o terminal de integração, assim esses espaços são dominados por essas crianças e adolescentes que praticam o ato da mendicância. Estes ficam bem próximos aos guichês, aguardando que os indivíduos comprem suas passagens para pedirem o troco, ou, ficam observando de forma direta/intimidadora os indivíduos a abrirem suas carteiras/bolsas e “exigem/persistem” para que deem algum dinheiro (fotografia 15).

Fotografia 15: Espaços interligados do Açude Novo e o Terminal de Integração.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Nesse território (dos guichês do terminal de integração), durante a pesquisa de campo, observou-se a presença de adultos do sexo feminino, porém, a ligação entre estes “aparentemente” (uma vez que muitos adultos evitam demonstrar relações com essa população infanto-juvenil, temendo ser abordados por autoridades e serem acusados por aliciar esses indivíduos) era de disputa territorial mais do que pertencentes ao mesmo grupo. As relações de poder são visíveis e se utiliza, em alguns momentos, do seu instrumento, a

violência, para que o poder seja mantido e assim os seus territórios. Entretanto, se o território é um campo de forças, nestes territórios específicos, esses “combates” apresentam-se de forma incisiva para dominar e conseqüentemente territorializar aquele espaço e garantir que o dinheiro seja direcionado para o propósito do grupo.

No período noturno, esses territórios são constituídos em outros espaços, acentuando que, isso não significa afirmar que os territórios formados em torno dos quichês do terminal de integração sejam todos desfeitos. O que se pretende elucidar é que a noite, devido o fluxo de pessoas na integração diminuir e dos quiosques que ficam do outro lado do açude novo aumentar, muitas dessas crianças e adolescentes preferem “migrar” e territorializar também na forma de pedintes estas áreas, uma vez que podem conseguir, além do dinheiro, alimentação (fotografia 16). Por esses quiosques ficarem bem próximos um dos outros, essa população infanto-juvenil que identificamos nesses espaços, parece não definir quais dos quiosques é domínio de um ou domínio do outro, diferentemente das calçadas das lanchonetes que ficam localizados no “burburinho” comercial.

Fotografia 16: Adolescente mendigando nas lanchonetes localizadas ao redor do Açude Novo.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Nestes espaços também é notório o aumento de adultos entre essas crianças e adolescentes, eles se misturam e compartilham da mesma prática para conseguir sobreviver, abordando os consumidores e pedindo dinheiro, o “resto” do lanche que aquele sujeito não quer mais, enfim, aproveitando do descuido que os donos desses estabelecimentos, assim como seus funcionários oferecem, uma vez que e para manter suas freguesias, os proprietários expulsam esses indivíduos como animais. Observou-se também que na maioria das vezes

esses indivíduos que territorializam esses espaços apresentam traços de quem fez uso de algum tipo de entorpecente.

Os territórios do Açude Novo, como intitulados no respectivo estudo, podem ser identificados como “territórios cíclicos”, uma vez que o território só existirá durante algum tempo. Esses territórios, além de temporalidades inconstantes, são caracterizados por seu constante movimento, no qual podemos identificar a partir de uma tríade: Açude Novo (parte interna), Terminal de Integração (seu entorno) e os quiosques (seu entorno); e apesar de não dominar esses espaços de forma contínua durante toda uma manhã, tarde ou noite, podemos observar que há uma sequência de espaços a serem territorializados, que seguem o aumento dos fluxos de indivíduos nesses espaços, cabendo temporalidade diferenciada a cada parte, onde a área interna do Açude seria utilizada para dormir, a integração seria territorializada durante a manhã e a tarde, e os quiosques à noite. Esses territórios aqui identificados possuem algumas características com os territórios da prostituição, sobre os quais Ribeiro e Mattos (2002, p.95) discorrem, concluindo que “os territórios da prostituição têm a propriedade de ser ‘elástico’, pois ora se expandem, ora se contraem, ocupando uma determinada porção de um espaço público”.

2.4.4 Os territórios nas principais ruas comerciais (centro)

A proposta a ser apresentada neste subitem parte da identificação dos territórios, que são construídos por crianças e adolescentes no centro da cidade de Campina Grande, em especial nas calçadas das lanchonetes, na comercialização de chicletes, pano de prato, balões coloridos, bem como os que coletam materiais recicláveis auxiliando/ajudando seus pais. Essa população infanto-juvenil, que identificamos nessas práticas divide-se em dois grupos, o primeiro que territorializa as calçadas das lanchonetes e que vendem chicletes são (na sua maioria) os mesmos indivíduos que territorializam as praças, porém, as funcionalidades estabelecidas para cada espaço são díspares; e o outro grupo, que é formado pelos indivíduos que acompanham seus pais na coleta dos materiais recicláveis e os que comercializam os panos de pratos e os balões.

Discorreremos inicialmente sobre os territórios construídos por essa população infanto-juvenil nas calçadas das lanchonetes do centro da cidade. Como já foi elucidada no parágrafo acima, a maioria desses indivíduos são os mesmos encontrados nas praças, porém, são nesses espaços e na prática da mendicância que esses conseguem adquirir dinheiro e alimentação para sobreviverem. Durante a pesquisa realizada “*in loco*”, pode-se observar

como esses indivíduos agem/reagem diante das dificuldades e das necessidades encontradas nestas áreas de risco. Entretanto, são territorializando esses espaços que esses indivíduos buscam sensibilizar a sociedade e conseguem se “fazer ver” por alguns instantes, tempo de pensar e retirar da bolsa/carteira alguma moeda e entregar a estes.

Essas crianças e adolescentes que constroem os territórios nesses espaços, além de “elaborarem” estratégias para conseguirem dinheiro, ainda têm que disputar essas áreas com adultos. Durante o período das observações, alguns fatores chamaram a atenção e suscitaram para compreendermos as relações de poder estabelecidas entre estes grupos e, conseqüentemente, a construção desses territórios. Para exemplificarmos tal afirmativa, recorreremos ao fato presenciado na calçada de uma lanchonete que fica localizada exatamente na Rua Cardoso Vieira (centro), onde, no momento, já se encontravam em frente do estabelecimento um adulto com deficiência visual e sua acompanhante, uma adolescente do sexo feminino de aproximadamente treze a quatorze anos; quando uma dupla composta de uma criança e de um adolescente, ambos do sexo masculino, se aproximaram e perceberam a presença do adulto, prontamente se afastaram e buscaram outra lanchonete. Essa dupla infanto-juvenil, quando se aproximou do estabelecimento e visualizou o adulto e a criança que o acompanhava, não procurou se aproximar destes, muito menos conversar, também não permaneceu no mesmo ambiente, só observaram, “cochicharam” entre si e se retiraram.

Poderíamos elencar algumas possibilidades que desencadeou esta atitude da dupla acima descrita, contudo, nos limitaremos a uma relação de poder que é veemente e notória para qualquer indivíduo que direcione seu olhar para estas relações, criando um campo de força nessas calçadas, onde quem se sobressair aos demais será o grupo a dominar aquele espaço e construir assim os seus territórios. Entretanto, a ferramenta utilizada para conquistar e se impor diante desses outros grupos e, assim territorializar este espaço, não é tão evidente. O que se sabe é que durante o período que este adulto permanece nesta calçada (lanchonete), nenhuma criança ou adolescente se aproxima; após este se retirar, esses indivíduos infanto-juvenis voltam e dominam aquela área, territorializando por tempos variados.

Os territórios que são construídos nas calçadas das lanchonetes do centro da cidade são funcionais, uma vez que são utilizados para um propósito, conseguir adquirir o dinheiro para suas necessidades, como alimentação, vestimentas e muitas dessas crianças e adolescentes utilizam para conseguir manter o vício em entorpecentes. São territórios cíclicos, uma vez que, além de possuírem limites instáveis e serem constituídos de forma periódica, são espaços dominados de maneira a construir uma estrutura circular, ou seja, essas crianças e adolescentes que constroem seus territórios nestas áreas de risco apresentam-se em constante

movimento, “pulando” de uma calçada da lanchonete para outra (fotografia 17). E os fatores que condicionam essas práticas de constante movimento podem ser identificados, tanto a partir de relações de poder (que seria o fator basilar) de um grupo em detrimento de outro, como dos proprietários desses estabelecimentos para com essa população infanto-juvenil, bem como a busca por ambientes com maior fluxo de indivíduos.

Fotografia 17: Criança em frente à lanchonete, praticando a mendicância.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Outra forma de territorialização constituída por crianças e adolescentes, que é evidente no centro da cidade de Campina Grande, é referente à prática de comercialização, que não se limitará a um “ponto” específico, mas englobará as principais ruas do centro da cidade. E como o território pode ser identificado nas mais variadas escalas e em tempos os mais distintos, o “ir e vir” dessa população infanto-juvenil permitirá uma análise de territórios funcionais e móveis. Dentre esses indivíduos, podemos identificar os vendedores de chicletes que se juntam aos pedintes (das calçadas das lanchonetes) nas praças, sendo responsáveis pela construção de dois territórios. E os vendedores de panos de prato e de balões coloridos que conhecem, mas não mantêm relações com esses grupos que foram citados anteriormente. Desta maneira, a principal diferenciação entre eles é o fato dos vendedores de chicletes, por mais que aleguem ajudar em casa, utilizam o dinheiro para consumir entorpecentes; já os que comercializam os outros produtos não compartilham dessas práticas e realmente parecem levar o que arrecadam para os pais, uma vez que, na maioria dos casos, são os próprios pais

que fabricam os produtos a serem comercializados ou compram e entregam para que seus filhos vendam.

O modo de agir desses dois grupos que possuem a mesma prática, a comercial, difere quanto ao comportamento. O primeiro grupo (praças e ruas) é mais arisco e ríspido, a forma de domínio das áreas em alguns momentos confundem poder e violência, ou, estes recorrem muito mais a uma ferramenta do poder, a violência, para conseguirem os seus territórios. Já o segundo grupo (só os vendedores das ruas), possui um comportamento mais ameno, fazendo com que “abra mão”, quando confrontado, dos seus espaços para os demais grupos os territorializarem.

Uma terceira forma de construção de territórios nesses espaços centrais da cidade de Campina Grande ocorre com as crianças e os adolescentes que acompanham os seus pais e os ajudam a coletar os materiais recicláveis (fotografias 18 e 19).

Fotografias 18 e 19: Crianças coletando materiais recicláveis junto aos seus pais no centro da cidade em estudo.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Estes possuem uma temporalidade mais definida, uma vez que esses grupos só adentram esses espaços no fim da tarde, entre os horários de 17h30min e 18h00min, buscandoos materiais jogados nos lixos em frente às lojas. São grupos formados por adultos, crianças e adolescentes que, como os demais, territorializam-se não de uma forma fixa, mas móvel, sempre a um líder grupal que indica os lugares a serem percorridos, bem como o que recolher, perpassando sempre as mesmas áreas.

2.5 Territorialização – desterritorialização – reterritorialização: crianças e adolescentes redefinindo os processos geográficos

Alguns debates foram iminentes à categoria território, que utilizada em uma perspectiva geográfica desembocou discussões que traziam no cerne questões relacionadas à materialidade, a política, a escala, ao tempo, enfim, assuntos constantemente mencionados nos trabalhos de quem se propuseram a analisar o território. Destarte, todos esses questionamentos acima descritos, quando direcionados a análise dos territórios no espaço urbano, nas áreas de risco, identificadas na pesquisa que se concentra no centro e no seu entorno na cidade de Campina Grande, necessitam serem respondidos de forma veemente para exaurir qualquer dúvida que venha surgir. É sabido que alguns desses questionamentos já foram tratados no respectivo estudo, porém, para elucidarmos os processos de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR) construídos/desconstruídos nessas áreas de risco, se faz necessário abordarmos novamente esses elementos constituintes.

As desigualdades sócio-espaciais, que nos espaços urbanos se apresentam de forma mais incisiva, serão responsáveis por “lançarem” essas crianças e adolescentes nessas áreas de risco (praças, ruas, parques), onde para sobreviverem necessitaram de inserir-se em grupos, e estes serviram para proteger-se dos demais, e, “organizam-se” para adquirirem os elementos que acreditam ser necessários as suas vidas. Portanto, são nesses espaços e através das relações que estes estabelecem entre si e entre os outros grupos, que essa população infanto-juvenil constrói os seus territórios, visto que isso “é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculada a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, das pessoas” (SAQUET, 2011, p.22).

É sabido que não há possibilidades de elaborarmos um estudo Geográfico que esteja desvinculado da temporalidade, uma vez que não existe sociedade sem espaço, muito menos espaço sem tempo. O que é possível é enfatizar ou não o elemento temporal (períodos, fases, dentre outros) em determinados estudos. Quando o estudo concentra-se em uma categoria geográfica como o território, o tempo parece ser imprescindível para concluir ou não se determinadas relações constituem territórios, ou seja, para que o território seja constituído em uma determinada área, é necessário que haja um tempo limite que permita tal afirmativa. O que já vem a algum tempo sendo desmistificado, mas com isso não pretende-se concluir que o território pode ser considerado uma categoria atemporal, visto que nenhuma relação pode-se desenvolver-se desta forma, buscou-se, portanto, enfatizar é que o território pode ser construído e desconstruído nos mais variados tempos, como ressalta Saquet (2011, p.62):

O tempo é uno, fluxo, relação e significado (i) materialidade *no* e *do* território e *da* e *na* territorialidade. O território significa tempo, temporalidades e territorialidades, portanto, também, (i) materialidade. Há um movimento do tempo no território e do território no tempo, simultaneamente. Ambos, o tempo e o território, são processuais e relacionais concomitantemente e estão em íntima relação com o espaço.

Destarte, são evidentes as dificuldades de compreender separadamente território e tempo, visto que estes se entrelaçam constituindo um processo que necessita das relações de poder para serem construídos. Contudo, essas relações tornam-se mais complexas com a contemporaneidade, pois os fatos ocorrem de forma mais veloz dificultando tais compreensões, chegando muitos cientistas a afirmarem o fim dos territórios (desterritorialização), porém, nos dias atuais, é sabido que tal afirmativa não procede desta forma, uma vez que, ao invés do fim, percebe-se a construção de múltiplos territórios e suas complexidades, principalmente, no espaço urbano. Os estudos geográficos compreendem a necessidade da temporalidade nas suas categorias de análise, como também compreendem que limitar-se ao tempo seria fugir da ciência que propomos estudar, entretanto, “admitir que é possível compreender o espaço e o tempo socialmente instituídos/incorporados é reconhecer a necessidade de analisar suas partes, ‘esquadrinhando’” (HAESBAERT, 2002, p.101).

Destarte, como identificar os processos de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR) no espaço urbano, em especial na cidade de Campina Grande, construídos por crianças e adolescentes? Para adentrarmos nesta problemática é necessário explanar algumas considerações a respeito da mesma. Que o território, enquanto categoria geográfica, necessita do espaço e do poder para constituir-se, parece ser de fácil compreensão, e que o tempo será o responsável por dinamizar este processo, já foi elucidado por muitos estudiosos. Contudo, para chegarmos a esta compreensão foi necessário longos debates, recorrendo à ciência geográfica a outras ciências para compreender estes fatores, e a partir de tais compreensões, algumas análises ganharam destaque, as maiores contribuições, ousaria afirmar, vieram da filosofia. Entretanto, para compreendermos estes processos (TDR), iniciaremos as reflexões respeitando a ordem estabelecida, partindo da base conceitual que permitiu este desdobramento, o território, e empiricamente, os territórios construídos por essa população infanto-juvenil que encontram-se em situação de risco pessoal e social.

Para chegarmos a uma conclusão que permeie o respectivo estudo a respeito do processo de TDR, é necessário retomarmos o que identificamos como território. Haesbaert(2007, p.46) já alertará para as influências que as variadas correntes de pensamentos

filosóficas poderiam causar na definição ou afirmação dos “fins dos territórios (desterritorialização)”, como enfatiza nesta citação:

É por isso que não basta partimos de posições filosóficas bem definidas, na medida em que diversas proposições conceituais não se enquadram com clareza em uma única grande corrente teórica, como ocorria no passado. Apesar dos riscos dos seus ecletismos, um dos legados do chamado pós-modernismo contemporâneo é justamente esta abertura para um maior cruzamento de influências teóricas, sem esquecer que se trata de um movimento multifacetado (Haesbaert, 1997), que incorpora inclusive autores que mantêm um “pé” em correntes filosóficas bem estruturadas (como é o caso do materialismo histórico [“e geográfico”] em autores como Harvey, 1989, e Soja, 1989).

“Filiando-se” as correntes de pensamentos que traziam na sua gênese maneiras diferenciadas (mas, não excludentes) de conceber os conceitos, em especial o território, alguns cientistas passam a priorizar certos elementos, ou seja, há algumas análises de territórios mais materialistas, outras destacando a dimensão natural, idealista, enfim, os modos de observar e assim identificar esses territórios passaram por algumas diferenciações. Portanto, para focarmos na proposta estabelecida para o respectivo subitem, definiremos o que entendemos por território, elucidando essas construções nos espaços urbanos, sendo os responsáveis por tais “facetas” as crianças e os adolescentes.

Sinteticamente poderíamos concluir que o território, enquanto categoria geográfica, define-se primeiramente com referência as relações sociais, que são relações de poder, ou seja, o poder mediará essas práticas sociais. O território necessita basicamente de dois “ingredientes, espaço e poder”, desta maneira, o território será um campo de forças, de dominação e apropriação dos indivíduos. Por necessitar dessas relações de poder, um caráter político torna-se perceptível, não se limitando a apenas esta análise, mas seria esta dimensão política que primeiramente definiria seu perfil, como discorre Souza (2008). O território é relacional, uma vez que, este ultrapassa os limites materiais e imateriais, funcionais e simbólicos, ou seja, o território abarca as complexas formas de relações que surgem dessas dimensões, “envolvem uma relação complexa entre processos sociais e espaço material... justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões” (HAESBAERT, 2007, p.56).

Destarte, as crianças e os adolescentes que territorializam essas áreas de risco que, no respectivo estudo, nos limitaremos as praças, ruas, semáforos e parques do centro e do seu entorno, utilizam-se desta dimensão política, o poder, que torna-senotório nas observações realizadas “*in loco*”, sendo essas relações sociais estabelecidas entre esta população infanto-

juvenil, diretamente definidas a partir dessas relações de poder. As bases materiais (ruas, semáforos, parques, praças) utilizadas por estes indivíduos para territorializarem aquele espaço não serão fundamentais para estabelecerem a forma de agir, ou seja, o que se pretende destacar no respectivo estudo é que e a partir das observações realizadas em campo, que a base material pode modificar-se, no entanto, as práticas realizadas por essas crianças e adolescentes permanecem as mesmas, não de forma generalizante, mas na maioria dos casos.

Empiricamente exemplificando, a população infanto-juvenil que se encontra no Açude Novo, migrando para as praças centrais, permanece nas mesmas práticas e modos de dominar aquele espaço. Da mesma forma, os indivíduos que territorializam as calçadas das lanchonetes, ao adentrarem nos semáforos permaneceram nas mesmas práticas, ou seja, provavelmente na prática da mendicância. O que diferencia é que alguns espaços necessitaram de uma maior influência e outros não tanto, ou melhor, para dominar ou apropriar-se de determinados espaços, esses indivíduos e seus grupos necessitaram se expor de forma mais veemente aos demais, algo que talvez em outros espaços não necessitassem.

Para exaurirmos qualquer dúvida, recorreremos a Saquet (2011, p.22), no qual discorre:

A territorialização, desse modo, significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e de comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados.

As crianças e os adolescentes ao territorializarem esses espaços urbanos, estarão dominando essas áreas e estampando nessas suas características, ou melhor, suas práticas que serão identificadas nas relações sociais estabelecidas entre eles. Nesse aspecto, os territórios nos itens anteriores denominados de territórios dos semáforos, territórios das praças, territórios do açude novo e os territórios nas principais ruas comerciais possuíram características comuns, pois, ao dominarem esses espaços, essa população infanto-juvenil, a partir de regras e normas, constituíram grupos que servirá para garantir o domínio, enquanto aquele grupo permanecer naquela área. As relações estabelecidas entre esses indivíduos são compostas pelo poder, ou seja, nessas relações identificadas nesses espaços o poder passa a ser percebível a qualquer um da sociedade que direcione seu olhar para esta população.

O território, na contemporaneidade, torna-se mais complexo, porém, o que emerge neste período não é o fim dos territórios como muitos cientistas conceberam, mas as variadas territorialidades que poderiam ser identificadas em único espaço e as formas variadas e

dinâmicas como estas eram construídas e desconstruídas, surgindo duas novas linhas de pesquisa, a desterritorialização e a reterritorialização. Haesbaert (2004, p.127) enfatiza que:

Os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce o controle.

Por constituir-se em processo dinâmico, o território, que não se restringe a escalas espaciais ou temporais definidas, pode ser construído e desconstruído das mais variadas formas e em espaços distintos. A partir das relações sociais e, conseqüentemente, do poder, os indivíduos desenvolvem estratégias de controle para apropriar ou dominar os espaços; ao realizarem tais feitos, estarão territorializando aquele espaço. Desta maneira, o território, como já foi ressaltado na citação, permitirá que este seja desfeito (geograficamente, desterritorializados), uma vez que não haverá mais a dominação daquele espaço e no momento seguinte seja novamente dominada, pelo mesmo grupo ou outro, reterritorializando aquele espaço.

Na realidade da população infanto-juvenil que se encontra nessas áreas em estudo, esses processos de TDR parecem ser mais dinâmicos, uma vez que esses grupos migram de um espaço a outro na busca de encontrarem os espaços que possam suprir seus “desejos” e quando isso ocorre, estes entram em conflito com os demais indivíduos que já estejam naquele espaço e, se conseguirem impor-se, dominam e se apropriam, territorializando. Inseridos na maioria das vezes em grupos, esses indivíduos, a partir de suas práticas sociais, constroem territórios que permaneceram até o momento que estes encontrarem presentes naquelas áreas, uma vez que é através da presença que estes mantêm seus espaços garantidos.

Para compreendermos melhor esses processos oriundos dessa categoria geográfica, o território, faz-se necessário debruçarmos sobre a gênese que permitiu debates entorno do termo. Desta forma e como Haesbaert (2004, p.99) afirma, “falar em desterritorialização leva obrigatoriamente à obra dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari”. No entanto, não se pretende, no respectivo estudo, adentrar de forma profunda em tais análises, porém, explanar algumas considerações a respeito do mesmo. As obras desses dois filósofos foram fundamentais para o desenvolvimento e compreensão do que entendemos nos dias atuais por desterritorialização e reterritorialização. Se muitos geógrafos temiam na era da contemporaneidade o “fim do território”, estes filósofos apresentaram uma perspectiva que elucidará exatamente o contrário. Assim, para iniciarmos as reflexões, segundo Haesbaert

(2004, p.101) “devemos antes de tudo pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas”.

Segundo Haesbaert (2004, p.121), a visãodeleuze-guattariana ultrapassa o limite psicológico em que muitos cientistas limitaram suas análises; esses vão além, apresentando várias possibilidades que mudariam de acordo com as escalas a serem estudadas. Guattari apud Haesbaert (2004, p.121/122) afirma que:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia [e a Geografia, deveríamos acrescentar]... O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechado sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (Guattari e Rolnik, 1986:323)

O território nesta perspectiva apresenta-se de forma simbólica, aproximando de uma afetividade que poderia nos remeter a outra categoria geográfica, o lugar, porém, uma vez que esses autores apresentam a intrínseca relação entre território – apropriação, estes nos direcionam a um fator de controle, domínio, ou seja, ao território. As crianças e os adolescentes que dominam esses espaços, e aqui nos restringiremos às praças e parques, classificam essas áreas como local onde possam proteger-se da sociedade como um todo, uma área onde possam dormir, usar os entorpecentes de forma “tranquila”, um ponto de apoio, essa população infanto-juvenil estabelece laços com aquelas áreas, entretanto, para conseguirem realizar essas atividades, esses necessitam controlar, dominar e apropriar esses espaços, visto que no espaço de uma praça, por exemplo, podemos identificar os mais variados grupos.

Ao observarmos essa população infanto-juvenil que se encontra nessas áreas de risco, buscando sobreviver em meio aos contrastes que o espaço urbano evidência, concordamos com Haesbaert (2005, p.6776), uma vez que os processos de dominação/apropriação do território/territorializaçãodevem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, requerendo uma análise mais profunda, para que possamos captar as complexidades que emergem das mesmas. Desta maneira,Haesbaert (2005) propõe que ao realizarmos uma análise territorial é importante, inicialmente, delimitar os grupos ou indivíduos, assim, compreenderemos os “tipos” de poder estabelecidos entre eles, uma vez que as formas de dominação daquele espaço poderão apresentar variáveis. Para Sack (1986 apud HAESBAERT, 2005), “as razões de controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma área

geográfica, ou seja, o ‘território’, visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos”. Ao compreendermos essas diferenciações territoriais, que são múltiplas, porém, necessitam ser definidas, e no respectivo estudo nos limitaremos aos respectivos sujeitos (crianças e os adolescentes) e espaços (praças, parques, semáforos e principais ruas do centro comercial), as análises territoriais que daí decorrem serão analisadas na sua complexidade.

Como já foi exaustivamente mencionado, o território não necessita de escalas e tempos definidos ou duradouros para identificarmos este em um espaço. Por isso, a quantidade de territórios construídos e desconstruídos em um mesmo espaço, ou um mesmo território construído e desconstruído em espaços diferenciados, podem ser variados e múltiplos. O território é um processo e como tal apresenta-se em constante mudança, é dinâmico, e o que vai caracterizá-lo são as relações de poder estabelecidas entre os grupos/indivíduos e destes com os demais grupos e a sociedade no seu todo. Esse processo ininterrupto irá constituir-se no que Haesbaert (2004, p.127) nos propõe:

Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento da construção do território (Deleuze e Guattari, 1997b:224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação.

Destarte, e a “grosso modo”, na necessidade de encontrar no espaço urbano formas de sobreviverem, as crianças e os adolescentes que vivem/convivem nesses “territórios dos excluídos”, fragmentando o espaço urbano, na busca de encontrarem nesses espaços o que necessitam, estarão em constante movimento.

Empiricamente exemplificando, as crianças e os adolescentes que se encontram nos semáforos que ficam localizados em torno do centro da cidade de Campina Grande, quando conseguem territorializar aquele espaço e começam a praticar suas atividades (limpar parabrisas, fazer malabares, pedir, comercializar), na busca de conseguir arrecadar algum dinheiro, a partir das relações de poder, irão imprimir enquanto permanecerem na área, suas características e formas de influenciar e controlar os demais indivíduos. Quando essa população permanece naquela área por algum tempo e percebem que não está dando a quantidade de dinheiro ou nenhum dinheiro, estes tendem a buscar novos semáforos para territorializarem, e esse processo permanece até encontrarem o que necessitam ou arrecadarem a quantidade de dinheiro que tinham programado. Essa forma dinâmica de se

comportarem é constante e diária, assim, podemos perceber esses processos de forma habitual entre essas crianças e adolescentes.

Identificar os territórios no espaço urbano, bem como o processo de TDR é algo que requer do pesquisador “sensibilidade” para reconhecer nesses espaços as complexidades territoriais. Haesbaert (2004, p.143) alerta os pesquisadores para esta “árdua” tarefa:

Trabalhamos aqui com a ideia de que o que denominamos hoje de desterritorialização, muito mais do que representar a extinção do território, relaciona-se com uma recusa em reconhecer ou uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo.

Como bem já ressaltará o autor, a complexidade de analisar as desterritorializações parte do pressuposto que isto explicará a captação de novos territórios, bem como o caráter móbil destes. Desta maneira, podemos afirmar ser a desterritorialização “um mito”, como já trabalhado em várias obras do respectivo autor, propondo uma multiterritorialização. Para exaurirmos qualquer dúvida e compreendermos as “multiterritorialidade” que emergem nesses espaços, apresentaremos a ideia desenvolvida por Haesbaert (2005, p.74):

Assim, a desterritorialização seria uma espécie de “mito”, incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi) territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, afirmamos que, “mais do que a desterritorialização desenraizada, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (Haesbaert, 1994:2004). Estes processos de (multi) territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam.

A multiterritorialidade está diretamente vinculada à mobilidade, e as relações sociais de poder necessitam apresentar-se cada vez mais veemente. Ou seja, “poderíamos dizer que o próprio poder, hoje, está vinculado diretamente a quem detém o controle da mobilidade, dos fluxos, e pode desencadeá-los, vivenciando assim sua multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2009, p.112). Portanto, é diante dessas mudanças que as crianças e os adolescentes que se encontram em situação de risco, praticando várias atividades, criam suas multiterritorialidades. A multiterritorialidade apresenta-se de forma mais móvel e as riquezas práticas/teóricas que emergem dela devem ser detectadas, pois, estas não buscam fazer as distinções entre dominação (material) e apropriação (simbólica), requerendo dos estudiosos análises mais perspicazes.

No respectivo subitem, buscamos compreender este processo de TRD que irá desembocar nas multiterritorialidades, construídas por crianças e adolescentes que encontram-

se nas áreas centrais de Campina Grande. Destarte, é notório que essa população infanto-juvenil, na busca constante de conseguir sobreviver e através dos grupos no qual estes emergem, havendo regras de controle para afetar e dominar certas áreas consegue dinamizar os territórios e construir as multiterritorialidades, visto que a dominação pode-se dar de forma esporádica e em ritmos cada vez mais acelerados.

Porém, e após compreender esta dinâmica (TDR – (multi) territórios), pus a questionar-me se essa população infanto-juvenil estaria impondo-se *somentediante* dos seus “iguais”, ou, diante de toda a sociedade. Uma vez que, e utilizando os territórios do açude novo, por exemplo, ao usufruírem esses territórios como recurso para conseguirem retirarem dinheiro e protegesse dos outros grupos, essa população infanto-juvenil, ao controlarem esse espaço (açude novo), através de medidas muitas vezes violentas, estarão afastando desse espaço indivíduos que o utilizariam, talvez, para o seu lazer e de sua família, ou seja, haveria uma exclusão territorial, que difere dos territórios dos excluídos, sendo esta parcela da sociedade desterritorializada.

3 ORGANIZAÇÕES TERRITORIALIZANTES: o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e seus agentes

Promulgada no dia 13 de julho de 1990, a Lei Federal nº 8.069, intitulado Estatuto da Criança e do Adolescente, é um marco na história do Brasil, em um momento em que o país acabava de passar por um período atroz que foi marcado pela ditadura militar. Ainda em meio às cicatrizes deste período, o país buscava perpassar essa fase, avançando de forma significativa em meio social e promulgando aquela que seria um diferencial, a Constituição Federal de 1988. Como ressalta Mondaini (2009, p.97):

Com a Constituição de 1988, foram abertas as portas legais para que, no Brasil, fosse efetuada a passagem de um “Estado liberal-democrático” para um “Estado social-democrático”, que não nega, mas incorpora, o patrimônio universal legado pelo primeiro no que diz respeito à defesa e garantia das liberdades individuais.

O Brasil buscava reparar os danos causados por décadas de injustiças e grandes disparidades sociais. E, em meio a esses artigos e incisos que compunha a Constituição de 1988, tem um artigo em especial que foi importantíssimo para chegarmos ao Estatuto da forma que nos dias atuais nos é apresentado. O artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As garantias destinadas as crianças e aos adolescentes difere “em partes” das encontradas no “Código de Menores”, que foi promulgado pela primeira vez no ano de 1927 (Decreto nº 17943-A, de outubro de 1927) e tiveram várias outras edições, a última datada de 1979. Mas, como funcionava o “Código de Menores”? Sinteticamente, este se direcionava para “menores em situação irregular”, que eram aqueles indivíduos que se encontravam em situação de abandono ou em atos infracionais.

Poderíamos elencar vários elementos que diferenciam as políticas desenvolvidas nessas Leis, contudo, nos limitaremos aos mais relevantes na nossa perspectiva. O primeiro direciona-se ao público que tanto o Estatuto como o “Código de Menores” buscam atingir, que se refere à criança e aos adolescentes, entretanto, o segundo atendia a população infanto-juvenil que se encontrava a margem da sociedade, os abandonados e infratores; já o ECA não direciona-se aos “diminuídos sociais”, este destina-se a todas as classes, o requisito é ser

criança ou adolescente. A este segmento da população infanto-juvenil, que entrava nos pré-requisitos para serem atendidos pelo “Código de Menores”, a política era direcionada para a proteção e vigilância, como foi anteriormente citado, a proteção para os abandonados e a vigilância para os infratores, o lema basicamente se restringia ao “vigiar e punir”, um modelo assistencialista e repressivo. Destarte, o Estatuto da Criança e do Adolescente será regido pela “lei” para o desenvolvimento pessoal e social, articulando direitos e deveres.

Após explanarmos sobre as duas principais Leis que foram elaboradas com o propósito de “proteger” as crianças e adolescentes do Brasil, adentraremos de forma mais aprofundada no Estatuto da Criança e do Adolescente visto que é a Lei incumbida nos dias atuais à proteção desses indivíduos. A doutrina que rege o ECA é exposta no seu artigo 1º, “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”; desta maneira cabe a família, a comunidade, a sociedade em geral, bem como ao poder público a efetivação dos seus direitos. Dos 267 artigos que são encontrados no ECA, os primeiros apresentam de forma perspicaz ao que este pretende:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Por apresentarem-se em condição de desenvolvimento, visto que, não são indivíduos mentalmente e fisicamente formados, essa população infanto-juvenil vai requerer proteção integral, sendo o Estado, junto com a família e a sociedade, os responsáveis diante destes, garantindo-lhes meios para que possam desenvolver-se. Devido a essa proteção ser claramente e exhaustivamente pronunciada, muitos criticam esta Lei, acreditando que haja uma “superproteção” as crianças e adolescentes, entretanto, não compreendem que há uma proteção que é veemente, visto encontrar-se esses indivíduos em desenvolvimento, como já anteriormente mencionado. Contudo, esta Lei também garante os deveres que são incumbidos aos mesmos.

O ECA é taxativo ao estabelecer as idades que correspondem as crianças e aos adolescentes, trazendo no seu Art. 2º (p.07):

Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoas até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade.
Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte um anos de idade.

Destarte, a Lei considera até doze anos incompletos, criança, e dos doze anos aos dezoito anos, adolescente, portanto, em seguida, este acrescenta que em casos excepcionais o Estatuto estende esta proteção passando de dezoito anos para vinte e um anos, contudo é interessante ressaltar que, estes casos excepcionais são direcionados para aplicação de medidas socioeducativas que serão efetuadas quando, ainda adolescentes, estes indivíduos praticarem atos infracionais.

É importante ressaltarmos também as diferenciações entre criança e adolescente quando estas são sujeitos de ato infracional. É sabido que o próprio ECA traz algumas diferenciações entre crianças e adolescentes em alguns aspectos, como por exemplo, o ato infracional, a inserção em família substituta e autorização para viagens. Entretanto, nos limitaremos aos atos infracionais, visto que, nas áreas de risco onde se encontram as crianças e adolescentes em estudo, essa questão é mais evidente.

O ato infracional pode ser atribuído tanto para criança quanto para o adolescente, portanto, as responsabilidades para “reparar” esses danos serão diferenciadas. Ou seja, para as crianças haverá “medidas de proteção” e para os adolescentes serão “medidas socioeducativas”. Contudo, o que caberá a cada um destas? Para compreendermos, se faz necessário citar o Art. 100 (p.40), que discorre sobre as “medidas de proteção”: “Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. Em seguida, vários são os princípios que regem a aplicação desta lei, entretanto, é notório que as “medidas de proteção” são direcionadas mais para ações de reintegração familiar e social, do que necessariamente à determinação de obrigações a serem cumpridas por estes, partindo do pressuposto que, como são crianças, estes não respondem por si.

Já para os adolescentes que são identificados em ato infracional, são direcionadas algumas medidas socioeducativas que o Art. 112 (p.47) da mesma Lei classifica:

Verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – Advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a IV.

Desta maneira, podemos compreender que as medidas socioeducativas são direcionadas apenas para os adolescentes; e às crianças que podem ser também autuadas em

práticas infracionais, caberão às medidas de proteção. E, uma vez autuado os adolescentes, caberá ao Juiz da Vara da Infância e Juventude a aplicação e determinação das medidas a serem cumpridas.

É válido ressaltar que o ECA que foi constituído ainda enquanto o Brasil encontrava-se em um processo de reestruturação democrática, foi um grande avanço, visto que, apresentou uma lei completa que garantiria a proteção integral às crianças e aos adolescentes. De forma sintetizada, poderíamos formar uma tríade que corresponde ao ECA que seria a garantia à sobrevivência, ao desenvolvimento pessoal e social e ao respeito a integridade física e moral. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante os principais direitos à vida, à educação, à convivência familiar e comunitária, porém, é sabido que algumas batalhas têm que ser vencidas quanto a implementação e efetivação desta lei. Poderíamos elencar algumas dificuldades, entretanto, concordamos com o professor Antonio Carlos Gomes da Costa (entrevista – Roda Viva, 10/07/2000), quando este identifica três principais dificuldades, a primeira corresponde ao fato de “vencer a falta de compromisso ético”, que seria direcionado aos principais órgãos responsáveis por implementar esta lei; o segundo seria de “traduzir o compromisso ético em vontade política”; e o terceiro “desenvolver competência técnica” dos profissionais que trabalham diretamente ou indiretamente garantindo a proteção e efetivação desta lei.

3.1 Conselho Tutelar

O conselho Tutelar, que foi criado como um órgão vinculado ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), possui suas diretrizes no título V da mesma Lei Federal, no qual se define como: “O conselho tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei”. Portanto, é obrigatório que cada município tenha um conselho tutelar, sendo a equipe composta de cinco membros, eleitos pela comunidade, permanecendo no mandato por três anos. Contudo, o processo de escolha dos conselheiros pode variar dependendo da forma com que o município irá direcionar, pois, apesar de ser um órgão autônomo, o regimento interno do conselho, como por exemplo, horário de funcionamento, local de funcionamento, bem como a verba que irá fomentar as ações, são do Município. Não há também um valor estipulado para remuneração dos conselheiros, estes podem ou não receber algum salário para efetuar seus serviços, e dependerá do regimento

interno e das verbas dos municípios. Entretanto, cabe ao Conselho de Direito definir esses regimentos internos que irão direcionar as atividades.

No Conselho Tutelar da cidade de Campina Grande – PB, o processo de escolha dos conselheiros é feita não com toda a sociedade, mas, com os funcionários municipais de outras instituições sociais, como por exemplo, o Programa Ruanda, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), dentre outros. O Conselho é subdividido na referida cidade em quatro regiões, nas quais cada uma será responsável por determinados bairros, como podemos perceber a seguir. O Conselho da Região Sul abrange: Catolé, Cruzeiro, Acácio Figuerêdo, Rosa Cruz, Distrito Industrial, Catolé de Boa Vista, Catolé de Zé Ferreira, Jardim Verdejante, Sítio Lucas, Sítio Paus Brancos, Itararé, Bairro das Cidades, Rocha Cavalcante, Zona Rural, Velame, Sandra Cavalcante, São José, Cinza, Liberdade, Tambor, Três Irmãs, Novo Horizonte, Estação Velha, Sítio Salgadinho, Jardim Paulistano, Presidente Médice, Ligeiro/Conj. do IPEP, Ressurreição e Jardim Borborema.

Já o Conselho da Região Norte abrange: Bairro das Nações, Alto Branco, Araxá, Jardim Meneses, Centro, Conceição, Cuités, Palmeira, Jardim Continental, Jardim Tavares, Jeremias, Lauritzen, Monte Santo, Capim Grande, Sítio Bosque, Novo Bodocongó, Catirina, Capim Verde, São José da Mata, Rosa Mística, Morro do Urubú, Morro do Pinto, São Januário, Lagoa de Dentro, Campo de Angola I e II, Serra I e II, Sítio Joaquim Vieira, Santo Izídrio e Riacho dos Porcos. O da Região Leste é responsável pelas respectivas áreas: Santo Antônio, Castelo Branco, Nova Brasília, Monte Castelo, José Pinheiro, Mirante, Santa Terezinha, Galante, Glória I e II, Jardim Europa, Jardim Atalaia, Jardim América, Vila Cabral, Marinho, Belo Monte, Cachoeira, Sítio Massapê, Sítio Chan do Marinho, Porteira de Pedra, Vila Parque Maria da Luz, Avenida Brasília, Sítio Pau-Dentro, Sítio Caridade, Sítio São Jorge e Sítio Laranjeira. E por fim, a Região Oeste que abrange as respectivas áreas: Malvinas, Bodocongó, Bela Vista, Ramadinha I e II, Quarenta, Conjunto Mastruz, Dinamérica, Conjunto Universitário, Conjunto Sonho Meu, Pedregal, Prata, Centenário, Santa Cruz, Loteamento G. Campina, Jardim Quarenta, Mutirão, Vila Cabral de Santa Rosa e Conj. dos Professores.

O Conselho Tutelar, por ser um órgão ativo, é um dos responsáveis por garantir que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam efetivados, bem como a fiscalização objetivando a seguridade social. Antes da criação dos conselhos, ou seja, no Código de Menores, tudo que era referente à criança e ao adolescente era decido a partir do Juiz da Vara da Infância e da Juventude. Contudo, para não sobrecarregar essa instância com problemas, às vezes fáceis de solucionar, foi direcionado para o Conselho a responsabilidade de resolver

impasses, ressaltando que, o Conselho Tutelar não é um órgão judicial, desta maneira, os casos que são direcionados para eles não possuem processos judiciais; só nos casos extremos que é direcionado para a própria Vara da Infância e da Juventude. Por não possuir caráter de decisão, sendo os conselheiros responsáveis por deliberar, através do colegiado, este órgão torna-se bastante democrático, podendo auxiliar, também, na elaboração de políticas públicas.

3.2 Secretária de Assistência Social – SEMAS

A Secretária de Assistência Social ou a SEMAS, como é habitualmente identificada pela sociedade campinense, é uma secretária da Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB que está direcionada para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para área social. Atualmente possui como Secretário, João Dantas e como Secretário Adjunto, Rubens Nascimento. Desta maneira, para compreendermos as competências direcionadas a esta secretaria, recorreremos à própria definição encontrada no site da Prefeitura:

A Secretaria de Assistência Social tem a função de desenvolver políticas públicas voltadas para a área social com famílias, sobretudo aquelas que estejam em situação de vulnerabilidade com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (site: www.campinagrandepb.com.br)

Destarte, a SEMAS desenvolve e trabalha com indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade social, direcionando-se para reintegração familiar ou trabalhando para fortalecimento desses vínculos. Portanto, há uma repartição interna na Secretária, constituindo-se de duas redes: uma de assistência básica e a outra de assistência especial. A segunda rede integra alguns programas e dentre eles encontra-se o Programa Ruanda, que trabalha diretamente com crianças e adolescentes em áreas de risco. Para compreendermos qual a proposta de trabalho do Programa Ruanda, direcionaremos o subitem subsequente para aprofundarmos a discussão e compreendermos qual o público alvo, quais os objetivos do programa, e quais as ações desenvolvidas para assegurar a proteção a essas crianças e adolescentes. Abordando também os principais problemas identificados pela pesquisadora, que dificultam a “retirada” dessa população infanto-juvenil das áreas de risco, bem como o desenvolvimento das atividades planejadas para este propósito.

3.3 Programa Ruanda

O Programa Ruanda foi criado no ano de 2001, pelo atual senador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, que no respectivo ano encontrava-se como Prefeito de Campina Grande – PB, renunciando o cargo para candidatar-se a Governador do Estado, assumindo o cargo a vice-prefeita, Cozete Barbosa, em 2002. Segundo alguns relatos, o Programa surge através do notório crescimento de crianças e adolescentes no centro da cidade em estudo. A princípio, os trabalhos realizados pelo Programa eram direcionados apenas às praças localizadas no centro, porém, com a presença crescente destes, houve a necessidade de expandir suas áreas de atuação.

O Programa Ruanda possui um regimento interno, no qual possui como aporte basilar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), que foi desenvolvido para garantir as diretrizes da LOAS. É válido ressaltar que todas essas políticas desenvolvidas para a seguridade social é fruto da Constituição de 1988, como podemos perceber nas palavras de Pranke (2001, p.95):

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 203, que a “Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Isso indica de maneira clara que assistência social deixou de ser “favor de quem tem” para ser direito do cidadão. Isso é reforçado no artigo 204, que estabelece que as ações governamentais nessa área “serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previsto no artigo 195 da mesma Lei magna, além de outras fontes”.

Destarte, a assistência social é garantida na forma da Lei e não um assistencialismo descomprometido. Entretanto, o que norteia as práticas dos ruandeiros e, como bem ressalta a atual coordenadora adjunta do Programa, a “bússola” é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em folder informativo destinado a sociedade para conhecer o Programa, este define como: “O Ruanda é um programa destinado às crianças e adolescentes que vivem nas ruas em situação de risco pessoal e social, onde, através da Educação Social, busca-se assegurar os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90)”. No mesmo material, podemos identificar também os objetivos do Ruanda, os quais são elencados da seguinte forma:

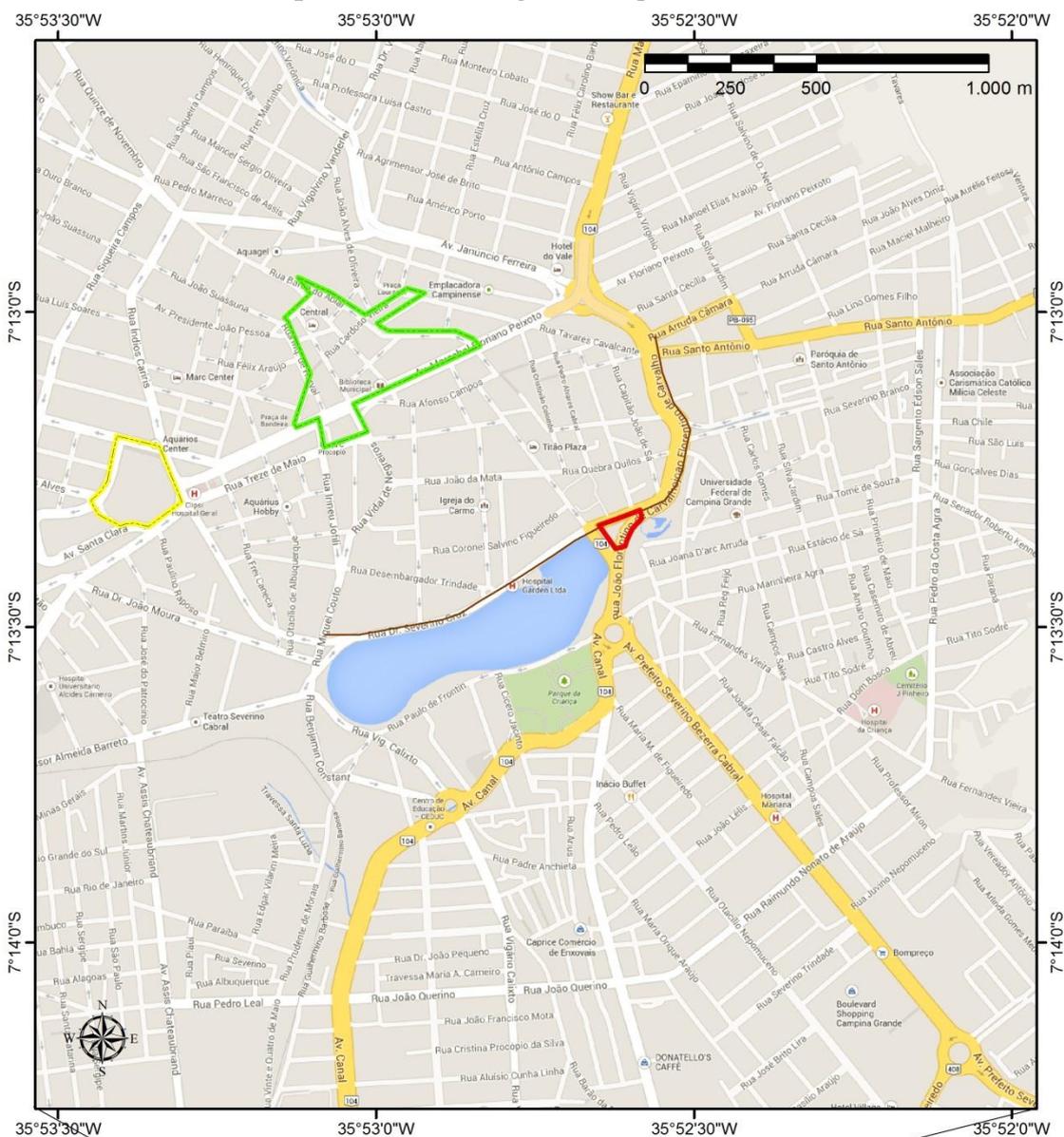
- Atender os meninos e meninas que vivem nas ruas de Campina Grande;

- Propiciar a inclusão familiar e comunitária dessas crianças, assegurando-lhes a utilização dos serviços públicos adequados;
- Oferecer atividades sócio-culturais, educativas e de lazer nas ruas e praças da cidade;
- Realizar encaminhamentos de meninos e meninas as famílias e programas de atendimento no município;
- Realizar acompanhamento familiar através de visitas domiciliares.

Para alcançar esses objetivos, algumas atividades são desenvolvidas pelo Ruanda, a princípio, cada equipe busca quantificar e identificar essa população infanto-juvenil. Cada equipe é composta por uma multiplicidade de profissionais (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, educadores físicos e educadores de nível médio); relatórios diários especificam quem encontrou, aonde e como; no fim de cada mês, há uma reunião com toda equipe, visando estabelecer as atividades para o mês subsequente; além das visitas domiciliares os membros do Programa buscam acompanhar as crianças e adolescentes já reintegradas à família, bem como orientar os responsáveis para medidas preventivas, fazendo com que essa população infanto-juvenil não volte para as áreas de risco. Portanto, os sujeitos “alvos” dos “ruandeiros” são as crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco.

Ainda de acordo com o folder, as principais áreas de atendimento são: “ruas centrais, Avenida Canal, Parque Açude Velho, Açude Velho, Parque do Povo, Parque da Criança e Centro” (Mapa 05). Entretanto, essas áreas de atuação não correspondem integralmente às áreas identificadas na pesquisa “*in loco*”, no qual, no período de dois meses foi acompanhado pela pesquisadora. Portanto, para compreendermos a estrutura atual do Programa, se fez necessário uma entrevista com a coordenadora adjunta no dia 06 de setembro de 2013.

Mapa 05: Área de atuação do Programa Ruanda.



- Legenda**
- Área 1 do Projeto Ruanda
 - Área 2 do Projeto Ruanda
 - Área 3 do Projeto Ruanda
 - Avenida da área 3 do Ruanda

Fonte: Google, 2014.

Atualmente, o Programa Ruanda é coordenado por Francisco Miguel da Silva Filho, com formação em teologia e possui como coordenadora adjunta Janeuza Santos Alves, com formação em Assistência Social. E, como já foi mencionado anteriormente, a entrevista foi

realizada com a coordenadora adjunta, na qual sua formação contribuiu para a escolha, uma vez que correspondeu ao perfil estabelecido ao estudo.

Desta maneira, houve a necessidade de elaborar um esquema que norteou a entrevista, contudo, a mesma não se restringiu apenas a questões estruturais do Programa. Segundo o regimento interno do Programa, este deveria compor-se de 22 membros nos quais seriam constituídos de 03 pedagogos, 03 psicólogos, 06 assistentes sociais, 08 educadores de nível médio e 02 educadores físicos. Contudo, nos dias atuais, este encontra-se composto dos respectivos membros, segundo a coordenadora adjunta: 03 pedagogos, 06 assistentes sociais, 18 educadores de nível médio e a ausência de psicólogos e educadores físicos; 27 membros no total, números que diferem do que rege o programa (teoria) e a realidade (prática), porém, discorreremos subsequentemente sobre esta problemática.

Dentro das dificuldades estruturais que garantiriam uma prática mais efetiva desses educadores sociais, poderiam ser elencados, segundo Janeuza Alves, a falta de um espaço mais amplo que permitisse um maior conforto e, assim, os ruandeiros poderiam discorrer e repassar as informações daquele período (trabalho nas áreas de abrangência do Ruanda) aos que estariam substituindo-os em outro horário, enfatizando que, não que essas trocas de informação não ocorram, porém, seria mais “adequado”; a falta de um transporte destinado exclusivamente ao programa também torna-se um empecilho para as atividades que este se propõe, uma vez que dificulta as visitas domiciliares e o acompanhamento de forma veemente dessas crianças e adolescentes. Outra dificuldade mencionada pela coordenadora adjunta refere-se à falta de uma linha telefônica, sendo este primordial para a sociedade campinense entrar em contato com esses ruandeiros, bem como a comunicação destes com os demais programas municipais, que também atendem a população infanto-juvenil. Como não possuem essa ferramenta, os telefones utilizados são os dos próprios educadores sociais.

Quando questionada sobre a multiplicidade de profissionais que compõem o Programa e sobre a função de cada um, exemplificando, se seria competência só dos assistentes sociais a elaboração dos relatórios diários, Janeuza Alves discorre afirmando que não há trabalho específico para cada categoria, entretanto, algumas atividades, para serem realizadas, necessitam da presença de alguns profissionais, para exemplificarmos, a visita domiciliar pode ser feita por vários profissionais, porém, há obrigatoriedade de compor esse grupo pelo menos um assistente social. Segundo a coordenadora adjunta, a um olhar diferenciado do ruandeiro enquanto nível médio e o superior. Quando questionada sobre as principais parcerias do Programa Ruanda, a coordenadora adjunta menciona o CRAS, CREAS, Projovem, PETI, Conselho Tutelar, e ressalta as modificações datadas nesse segundo

semestre, uma vez que, antes todos os encaminhamentos eram direcionados para o Conselho Tutelar, após algumas modificações, o Conselho passou a ser o último órgão (porém, não menos importante) ao qual é encaminhada essa população infanto-juvenil, utilizando-se de programas que porventura corresponderão mais às necessidades destes.

Como já descrito anteriormente, há reuniões mensais que são realizadas, segundo a coordenadora adjunta, com o objetivo de planejar as ações que serão desenvolvidas ao longo do mês subsequente. Esses planos de ações são elaborados pelos profissionais de nível superior, entretanto, a presença dos ruandeiros de nível médio também é importante, tanto para construção (através dos debates em torno das atividades), como para compartilhar as situações que decorreram no mês anterior. Ainda de acordo com a coordenadora, esses planos de ações são pensados a partir dos indicadores, no qual, não determinam quais indicadores esta direciona-se. As atividades que são oriundas dessas reuniões objetivam despertar as crianças e os adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, conscientizando-os dos perigos que as ruas podem oferecer, bem como instigar essa população infanto-juvenil a pensar suas próprias práticas. Porém, serão essas atividades psicopedagógicas ou essas oficinais (como mencionada pelos membros do programa) suficientes para estimular essas crianças e adolescentes para pensarem suas práticas e riscos? Após acompanhar o Programa Ruanda, algumas conclusões foram determinantes para compreendermos que necessitamos de uma integração maior entre os programas, bem como repensar, enquanto programa, suas próprias ações.

Entretanto, para adentrarmos nesta problemática, se faz necessário voltarmos à estrutura física do programa (e aqui não nos restringiremos à forma do espaço), mas aos profissionais que o compõe. Como descrito em parágrafos anteriores, pelo regimento do Programa, este era pra ser composto de 22 membros, com formações variadas, contudo, nos dias atuais o Ruanda é formado de 27 membros e possui uma alta concentração de indivíduos de nível médio. Essa formação poderia ser interessante se todas as categorias de formação tivessem aumentado, entretanto, enquanto há superlotação de nível médio, uma vez que, era para ter 08 e encontram-se 18, por outro lado há falta completa de psicólogos e educadores físicos. Contudo, para aprofundarmos nossas análises, é interessante ressaltar que o período de inserção da pesquisadora no programa ocorreu na fase de mudança de gestão do Município de Campina Grande, o que nos direciona a uma explicação a respeito do alto grau de indivíduos de nível médio. Ressaltando também que, de acordo com o relatório anual do Ruanda (2012), a equipe técnica do Programa era composta no mesmo ano por 20 profissionais, sendo estes:

06 assistentes sociais, 02 educadores físicos, 03 pedagogos, 02 psicólogos e 07 educadores de nível médio.

Para tornar-se um “educador social”, ou seja, para compor o quadro do Programa Ruanda, os indivíduos não necessitam passar por um processo seletivo, muito menos fazer parte efetivamente da Prefeitura. Estes, na grande maioria dos casos, são indicados por alguns indivíduos que possuem algum “poder” dentro da Secretaria de Assistência Social ou em outros cargos, ou seja, indivíduos que, através de pessoas conhecidas, conseguem indicar “os seus”. Devido a essas regalias, o quadro que compõe o Ruanda é formado completamente por indivíduos contratados, desta maneira, muitos ruandeiros se sentem intimidados para exporem suas opiniões e discordâncias, apesar do discurso que anulam todas essas intimidações.

Portanto é válido ressaltar que, no primeiro ano de formação do Programa, a equipe foi formada a partir de um processo seletivo que não os efetivaram, mas selecionaram as pessoas que acharam mais capacitadas para adentrarem ao Programa. Desta primeira formação, ainda continuam duas assistentes sociais. Dentro do atual processo de formação, é nítido que o Programa transformou-se em um instrumento de “troca de favores”, uma vez que são direcionados indivíduos que não possuem nenhuma experiência com a educação de rua, mas, por fazer parte daquele partido ou se encaixar na situação descrita anteriormente (dos conhecidos), são “jogados” para fazerem parte do Programa; e, devido à falta de conhecimento, tanto do programa, como das atividades desenvolvidas por este, coloca em risco a qualidade e os objetivos que este se propõe a realizar. É importantíssimo ressaltar que não são todos os indivíduos que entram no Ruanda que não possuem a capacidade de conhecer, estudar as ações desenvolvidas, bem como as diretrizes basilares que norteiam as práticas, contudo, é uma minoria que possui esta preocupação.

Para agravar ainda mais a situação dos profissionais que adentram no programa, há falta de um planejamento que se direcione para a formação de cursos de capacitação, tanto para os novatos como para os que já compõem a equipe do programa, dificultando as práticas e deixando estes educadores sem um conhecimento teórico que seria fundamental tanto para o planejamento, quanto para o desenvolvimento destas atividades nas áreas de risco. Contudo, é importante ressaltar que, devido à mudança de gestão municipal e a necessidade de “mostrar serviços”, a SEMAS vem exigindo cada vez mais resultados do programa e para tentar amenizar a situação (referindo-me, especificamente, aos cursos de capacitação), no período em que a pesquisadora encontrava-se inserida no Ruanda, foi oferecido um minicurso que abordou o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi ministrado por uma assistente social que faz parte do quadro atual da Secretaria de Assistência Social do município. Também

houve a entrega do Estatuto da Criança e do Adolescente, que constitui-se em um livro impresso, com o qual, os mais interessados e compromissados com o Programa poderão ficar a “par” da Lei, que irá assegurar a estes maior autonomia para lidar com as causalidades das ruas, praças, parques, semáforos. Portanto, e apesar de reconhecermos o avanço, sabemos que isso foi um avanço pontual, pois, a quanto tempo esses profissionais não tinham um curso direcionado para o ECA, o que é importantíssimo, visto que, e como a coordenadora adjunta enfatizou na entrevista, “é a bússola do ruandeiro”.

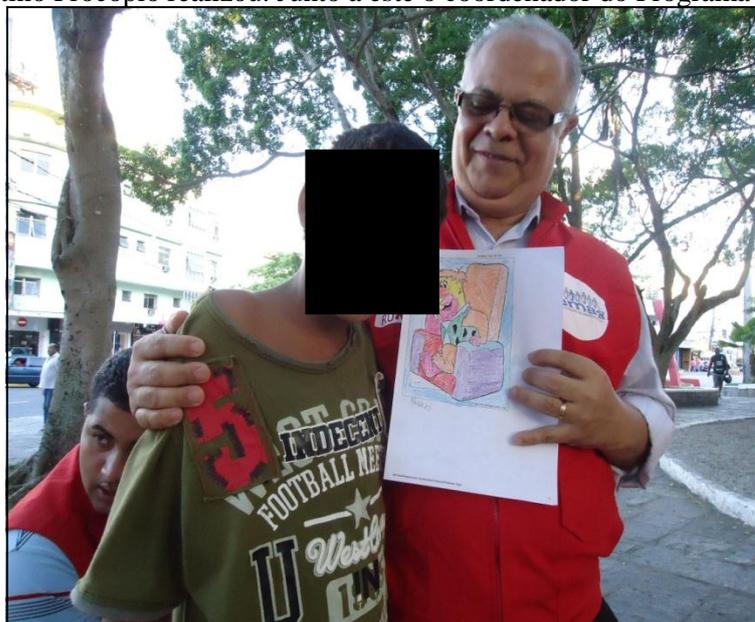
É sabido também que um dos grandes problemas nos dias atuais e que afeta várias sociedades no mundo, é o uso de substâncias psicoativas e a presença dessas substâncias nestas áreas de risco é frequente (abordaremos a temática minuciosamente no subitem 4.3.1), sendo determinante para as relações sociais estabelecidas entre essas crianças e adolescentes e entre estes e a sociedade campinense. Porém, apesar dessa população infanto-juvenil acompanhada pelo Programa, pois são identificadas nas áreas de atuação do mesmo, serem usuários dessas substâncias (não todos, vale ressaltar, mas, a grande maioria), os ruandeiros não possuem treinamento para lidar com essas crianças e adolescentes, muito menos, cursos de capacitação que os coloquem a “par” das reações desses indivíduos após o uso dessas substâncias. Desta maneira, como determinar as práticas a serem desenvolvidas nestes espaços se não possuem conhecimento teórico para realizá-los? É importante mencionar que, quando referimo-nos a teoria, estamos sugerindo que devemos avançar sobre o senso comum.

Como já descrito anteriormente, o Programa Ruanda efetua uma reunião mensal que possui como uma das funcionalidades pensar/repensar as práticas que estão sendo aplicadas. E a esta tarefa cabe, em especial, as pedagogas que junto com as assistentes sociais e as psicólogas, desenvolvem as atividades que serão oferecidas em oficinas a esta população infanto-juvenil que se encontra nessas áreas de risco, exaustivamente já delimitadas. Entretanto, parece-me que os territórios no qual esses indivíduos encontram-se emersos não são levados em conta, ou melhor, as peculiaridades dos espaços atendidos por esses educadores sociais, não são consideradas; apresentarei o porquê desta conclusão. Nos territórios identificados nessas áreas de risco, que são construídos e desconstruídos por essa população infanto-juvenil, a partir das relações sociais estabelecidas entre eles, que são fundadas no poder (sendo notório), podemos retratar duas realidades díspares, observáveis nestes espaços. Uma que refere-se aos “territórios das praças”, no qual a maioria das crianças e adolescentes que encontram-se neste território fazem uso de substâncias psicoativas; e os

vendedores de panos de prato e balões coloridos, que são responsáveis pela construção dos “territórios das ruas centrais” e que não fazem uso de substâncias psicoativas.

A problemática é a mesma, crianças e adolescentes em situação de risco, ou seja, público alvo do Ruanda, entretanto, territorializando esses espaços de forma diferenciada ou apropriando-se desses espaços com fins diferenciados. Contudo, ao planejar as atividades que serão desenvolvidas em oficinas nas ruas, esses educadores não levam em conta estas peculiaridades. Como instigar, no caso específico, as crianças ou os adolescentes que são usuários de drogas, com aplicação de atividades direcionadas para pintura? Ou melhor, como estas oficinas (Fotografia 20) ajudam esses indivíduos a despertarem sobre seus direitos? O que faz com que este planejamento seja descartável em algumas situações, visto que não atende a necessidade ou não serve de atrativo para estes indivíduos. Destarte, há a necessidade de pensar a prática, e Paulo Freire (1989, p.21) já alertara discorrendo que “a experiência de pensar a prática e a realidade que ela se dá, como objeto de nossa reflexão crítica, termina por nos revelar obviedades que, porém, não suspeitávamos”.

Fotografia 20: Registro de uma oficina na qual um adolescente que encontrava-se na Praça Clementino Procópio realizou. Junto a este o coordenador do Programa Ruanda.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Desta maneira, as ações desenvolvidas nas áreas de risco não apresentam-se de forma instigante para que possam despertar a consciência desses meninos e meninas para pensarem suas práticas, algo que Paulo Freire defende como sendo importantíssimo para retirada/apoio a essa população que se encontra nas áreas de risco. O autor ainda discorre sobre como deveria se dar as práticas desses educadores sociais:

Como se colocar diante da criança?

Colocar-se como pessoa, como agente, respeitando a individualidade da criança, seus valores e suas expectativas. Com autenticidade e verdade, coerência. O importante é saber por quem estamos fazendo *opção* e *aliança*. É o oprimido e não o opressor. Estamos do lado do menino, do explorado, do oprimido. Há uma identificação com os interesses das classes populares. É preciso ter cuidado para não invadir o mundo do menor, caso ele não queria ser abordado. Não ultrapassar o espaço vital do menino, que é real, sem que o menino queira, sem que ele permita. Seria violentá-lo. Esperar o “momento mágico” quando o menino se desarmar. Ter paciência histórica para iniciar o processo, para aguarda a plenitude desse momento – o momento em que se descobre o mistério existencial do menino. (grifo original do autor) (FREIRE, 1989, p.13)

Desta maneira, recuar em alguns momentos não seria tratado como insucesso, mas estratégico, uma vez que estaria aguardando o momento ideal para esta primeira aproximação ou para a realização das atividades. Perceber os territórios que são construídos por essa população infanto-juvenil nas áreas de risco de Campina Grande e, a partir desta compreensão, pensar as atividades “ideais” para serem implementadas e instigar esses indivíduos a pensarem o contexto no qual estão inseridos, direcionando-os para os riscos e a violação dos seus direitos, tornar-se-ia o principal objetivo desses educadores de rua. Devido a essa necessidade, há a explicação da multiplicidade de profissionais que compõem a grade do Ruanda. Entretanto, para que estes possam trabalhar de forma a apresentar resultados satisfatórios, é importante que haja uma estrutura física/administrativa que corrobore para estes resultados.

No regimento do Programa Ruanda, e especificamente na parte que determina quais os profissionais e a quantidade, há duas vagas destinadas a educadores físicos, cabendo a estes desenvolverem atividades físicas nessas áreas de risco, bem como nos eventos que a Prefeitura Municipal de Campina Grande organiza (as que são direcionados para essa população infanto-juvenil). Portanto, no dia a dia, os educadores físicos não possuem nenhum material que possibilite o desenvolvimento de atividades, muito menos há estrutura destinada para este fim. Ponho-me a questionar, qual a funcionalidade de um educador físico, se o próprio programa não fornece condições básicas para que este profissional possa implementar atividades nesses espaços e atender essa população infanto-juvenil?

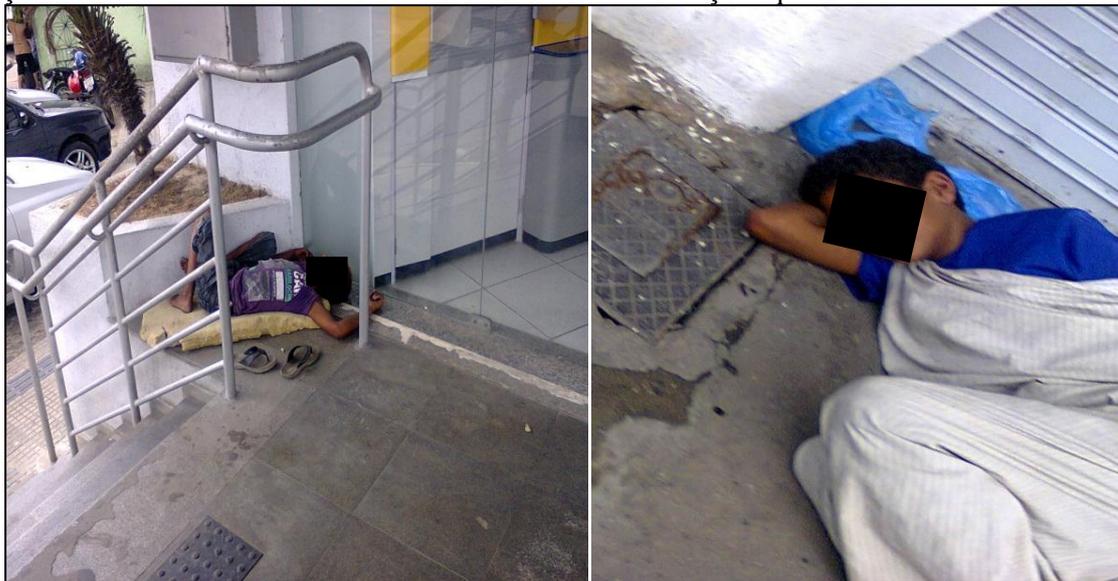
Destarte, a estes problemas descritos, o Ruanda enfrenta dificuldades para desenvolver nas áreas de risco ações que diminuam as disparidades entre o regimento interno do programa e as práticas desenvolvidas. Devido a isso, há um crescente número de crianças e adolescentes perambulando, morando, nas praças, parques, semáforos e ruas do centro e do seu entorno. É

importante ressaltar também que, não se pretende aqui desvalorizar ou ridicularizar o trabalho desenvolvido por esta equipe que compõe o Programa Ruanda, o que se enfatiza neste subitem é que as ações não estão correspondendo às propostas, devido a problemas administrativos e de planejamento que irão resvalar no aumento dessa população infanto-juvenil nessas áreas de risco. E esta afirmativa do aumento das crianças e adolescentes nessas áreas de risco vem embasada na comparação de estudos desenvolvidos na área (BARBOSA, 2011), pelo relatório anual do Programa (2012), e pelos próprios relatórios mensais, nos quais, a própria equipe contabilizava o crescente aumento desses indivíduos praticando as mais diversas atividades, e também pela “inquietação” (provocada devido a essas crianças e adolescente estarem causando prejuízos aos comerciantes do centro da cidade em estudo, mas, aprofundaremos o debate no subitem 4.3.3) da sociedade, sendo por algumas vezes capa dos principais jornais impressos do Estado, bem como matérias em telejornais, também do Estado da Paraíba.

No estudo realizado por Barbosa (2011), no qual o objeto constituía-se em identificar as crianças e os adolescentes nos semáforos da Avenida Canal (como é popularmente conhecida e área de atuação do Programa Ruanda), na prática do malabarismo, limpadores de para-brisas e pedintes/perambulando, estes construindo e desconstruindo os seus territórios, através de relações mediadas pelo poder, não foram identificados nenhuma criança ou adolescente como moradores de rua. Desta maneira, esses indivíduos foram identificados como “meninos/as na rua” (conceito desenvolvido por FERREIRA, 2001), ou seja, permaneciam naqueles espaços até conseguiram o que necessitavam. Neste estudo, portanto, há um agravante na situação, identificado nas primeiras observações que foram realizadas, pois, nos dias atuais é possível encontrar crianças ou adolescentes habitando não só as áreas próximas aos semáforos, como também as praças e parques.

Entretanto, podemos concluir que aquela população infanto-juvenil que frequentava aquelas áreas de risco, que no estudo de Barbosa (2011) limita-se aos semáforos, passa a utilizar as marquises dos Bancos que ficam localizados nesta mesma avenida, como moradia (fotografias 21 e 22). Desta maneira, há uma intensificação da problemática, no qual, com o passar do tempo, só vem se acentuando, uma vez que estes começam frequentando por determinados períodos aqueles espaços, depois vão prolongando o tempo, até transformarem essas áreas de risco em suas moradias, e o Ruanda parece-me não ter elaborado estratégias para inibir/impedir que esta situação (de rua) consiga piorar.

Fotografias 21 e 22: Adolescentes em situação de risco, dormindo. O do lado esquerdo na calçada em frente ao Banco do Brasil e o do lado direito na calçada que fica ao lado do mesmo Banco



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

O aumento de crianças e adolescentes nas principais áreas de Campina Grande também foi “captado” pelo Correio da Paraíba (jornal impresso, 05/04/2013), um dos principais jornais do Estado. A notícia foi intitulada, “Crianças que mendigam em CG precisam ‘bater metas’”, como o título bem sugere, a reportagem foi direcionada para essa população infanto-juvenil que encontram-se na prática da mendicância. Segundo dados do Ruanda, que são enfatizados na reportagem, a “meta” diária estabelecida por alguns chega a ser cem reais, permanecendo nos locais até conseguirem a quantidade de dinheiro que estabelecem. Para conscientizar a sociedade campinense a não dar dinheiro a essas crianças e adolescentes, uma campanha foi pensada para ser implementada no segundo semestre desse ano, portanto, até o exato momento não foi concebida. A campanha intitulada, a princípio, “Campina sem esmola e com dignidade”, apresenta-se como um primeiro passo para retirada dessa população das ruas, visto que, se não tem quem der esmola, estes não permanecerão nas ruas. Portanto, duas considerações são importantes para analisar esta “estratégia” do Ruanda; primeiro, que ela pode ser importante para aqueles que estão adentrando nessas áreas de risco, recentemente ou para quem está pretendendo frequentar esses espaços, contudo, para aqueles indivíduos que já utilizam esses espaços para prática da mendicância e retornam para suas residências quando atingem suas “metas”, que já possuem um vínculo afetivo com aquele espaço, o fato de não dar “esmolas” não seria fundamental para que estes saíssem dessas áreas de risco.

Outro fator para qual chama a nossa atenção, direciona-se para as crianças e adolescentes que fazem uso de substâncias psicoativas, pois, o fato de não receberem da

sociedade campinense “esmolas”, não os fará saírem desses espaços, mas, provavelmente e necessitando de dinheiro, os direcionarão para práticas de outras atividades. Porém, não se pretende no respectivo estudo acentuar aquele jargão que “é melhor pedir, que roubar”, entretanto, acredita-se piamente que só a implementação desta campanha não irá surtir resultados importantes na proteção integral das crianças e dos adolescentes, existem um conjunto de fatores que devem ser desenvolvidos para dar aporte a essa população, pois, o que necessitamos não é toques/retoques de maquiagem, retirando esses indivíduos do campo visual dos campinenses, necessitamos de ações efetivas que forneçam possibilidades para essa população infanto-juvenil.

4 OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AÇÕES SOCIAIS NA CONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS CÍCLICOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO NO ESPAÇO URBANO

Não se pretende analisar as problemáticas do espaço urbano através da corrente determinista fundada nos princípios da influência da natureza sobre os seres humanos, no qual se acreditava que os seres humanos estariam condicionados por esta. Porém, no respectivo estudo, considerar o meio da onde essa população infanto-juvenil é oriunda, torna-se o fio condutor para compreendermos a complexidade da situação, contudo, há necessidade de expandirmos as análises, visto que poderíamos pecar pelo reducionismo e pelo simplismo. Os seres humanos são condicionados por vários fatores, e Hannah Arendt (1981, p, 17) já alertara sobre a condição humana que “compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência”. Destarte, os semáforos, praças, parques, e principais ruas e avenidas do centro da Campina Grande – PB tornaram-se, para muitas crianças e adolescentes, espaços essenciais para sua sobrevivência, possuindo muitos destes, os familiares como principais incentivadores desta ida a essas áreas de risco, ou, em alguns casos, também há influência de amigos que já frequentam esses espaços, visto que, há uma concentração residencial da onde esses sujeitos são oriundos.

A possibilidade de conseguir retirar dessas áreas de risco o dinheiro suficiente para adquirirem o que necessitam ou pelo menos acreditam que necessitam, tornou-se um dos grandes motivos para que essa população infanto-juvenil passe a utilizar esses espaços com maior frequência, dificultando o trabalho dos programas e políticas que buscam garantir os seus direitos. Há uma precariedade nos espaços de moradia desses indivíduos, excluídos socialmente, esses buscam qualquer forma de sobrevivência. Contudo, direcionar essa ida dessas crianças e adolescentes as áreas de risco unicamente devido a esses problemas socioeconômicos seria anular outras possibilidades que também influenciam estes. A seguir, abordaremos alguns fatores nos quais acreditamos serem determinantes para que essa população infanto-juvenil passe a frequentar estes espaços nas áreas centrais de Campina Grande – PB. Vale ressaltar que não aprofundaremos nas complexidades que as temáticas referentes à família e a sociedade nos instigam a discorrer, nos limitaremos nestes subitens mais a uma caracterização.

4.1 Família: uma instituição em “decadência”

A modernidade sabia onde estava indo e estava determinada a lá chegar. A mente moderna sabia onde queria chegar e o que precisava fazer para descobrir como alcançar seu objetivo. Se a modernidade estava obcecada com a legislação e a mente moderna era legislativa, não era por avareza ou por apetites imperiais, mas por arrogância e autoconfiança... a lei posicionou-se entre a ordem e os caos, a existência humana e o vale-tudo animal, o mundo habitável e o inabitável, o sentido e a falta de sentido. (BAUMAN, 2011, p.52/54)

Leis, ética, moral, bons costumes, indivíduos perdidos dentro desses elementos, uma lógica direcionada, antes de tudo, ao capital, ao mercado, ao consumo, uma crise, uma “desmoralização social”. No meio desses questionamentos, há família e sua “nova” estrutura ou uma sociedade e sua “nova” estrutura? Mas, o que é sociedade? Segundo Hannah Arendt (1981, p.38), “o que chamamos de <<sociedade>> é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada <<nação>>”. Há uma organização política denominada nação, que é constituída por famílias, e a esse conjunto de famílias, chama-se sociedade. Desta maneira, a família apresenta-se como a primeira referência dos sujeitos, na qual, sua organização é política, com normas e regras estabelecidas.

Portanto, estaríamos diante de uma falência familiar? É sabido dos riscos e equívocos que corremos ao generalizar alguns fatores sociais, contudo, o que pretende-se neste subitem é alertar os leitores para um problema estrutural, no qual as famílias vem passando a algumas décadas. Pois, esta desestruturação corrobora para uma marginalização de crianças e adolescentes (principalmente), em que estes buscam a rua como local de acolhimento. Problematizaremos esta situação, a partir da citação de Ferreira (2001, p.58):

Então, o que leva um sujeito a romper com tudo, todos os laços sociais e viver na rua? Esta questão não deixa de nos inquietar, embora saibamos que a resposta não é simples ou fácil. Comumente atribui-se à causa dessa contingência ao modo de organização da família, à sua configuração ou desestruturação. A razão desse enunciado se apoia, não raro, numa concepção bem precisa do modelo da “família nuclear completa”, tida como ideal.

Destarte, como a autora bem enfatiza, responder essa questão dos motivos pelos quais essa população infanto-juvenil adentra nessas áreas de risco não é algo fácil ou simples, contudo, um dos caminhos a serem percorridos para compreendermos esta problemática social pode ser a família. A autora defende que há uma desestruturação das famílias tidas como “ideais”, que seriam aquelas constituídas por pai, mãe, filhos. Assim, essa

desestruturação corresponde, também, a maioria das famílias dessas crianças e adolescentes que se encontram em áreas de risco, não possuindo esse modelo estrutural, ocasionando esta problemática urbana. Portanto, ainda de acordo com a autora (FERREIRA, 2001, p.58):

As chamadas famílias “incompletas” – onde a ausência de um par parental ou a substituição de um deles pelo padrasto ou madrasta – são geralmente apontados como a causa de fenômeno “meninos de rua”. As razões dessa “incompletude” são atribuídas comumente à situação de miséria em que vivem tais famílias.

Ressaltamos que isso é uma posição da autora, no qual, no respectivo estudo, não concordaremos integralmente com estas ideias desenvolvidas por Ferreira (2001). A de se concordar com autora quando esta enfatiza a questão da “decadência” da estrutura familiar, no entanto, o fato dessas famílias serem matriarcais, por exemplo, não implicará na marginalização desses indivíduos. O que pode ocorrer é uma crescente responsabilidade com essas crianças e adolescentes, que possuíram como referência apenas um membro da família. Concorda-se com Ferreira (2001), quando esta expõe que a substituição por padrastos ou madrastas, nem sempre ocorre de forma “saudável”, fazendo com que alguns problemas internos na família venham surgir, optando esses indivíduos por buscarem outros espaços onde serão melhores acolhidos, na concepção deles. Desta maneira, a rua torna-se um atraiante, uma possibilidade de fugir daquela situação (familiar), onde, essas populações infanto-juvenis acabam por habitar semáforos, ruas, praças, parques, enfim. A realidade das crianças e dos adolescentes que vivem em áreas de risco na cidade de Campina Grande – PB, também se caracteriza pela desestruturação de suas famílias. Para compreendermos melhor esta problemática, discorreremos sobre a experiência vivenciada no Programa Ruanda, no qual acompanhamos a equipe em visitas domiciliares.

A princípio, discorreremos sobre essa atividade desenvolvida pelo Programa Ruanda que se destina exatamente a “visitas domiciliares”. Há a elaboração da equipe, que é composta por alguns profissionais, na qual a única obrigatoriedade é a presença de um assistente social, chegando após reuniões mensais, à conclusão de quais famílias necessitam serem visitadas com maior urgência. Nas visitas, os ruandeiros buscam informações sobre essas crianças e adolescentes, como por exemplo, os nomes dos responsáveis por estes, nome da escola que estão “frequentando”, quantas pessoas vivem naquela residência e alertam os responsáveis para os perigos que a rua oferece, como drogas, violência, levando-os muitas vezes a prática de pequenos furtos. De acordo com o relatório anual do Ruanda (2012), foram atendidas, no mesmo ano, 36 famílias reincidentes, portanto, o relatório não especifica quantas “novas”

famílias foram e vem sendo atendidas mensalmente. Desta maneira, todas as famílias visitadas possuem crianças e adolescentes frequentando algumas áreas de risco. Durante o período de inserção da pesquisadora no programa, esta acompanhou as visitas, visto que foram quatro visitas domiciliares e uma visita a escola onde alguns desses sujeitos estudam. Os bairros onde localizam-se as respectivas famílias, que foram escolhidas para a realização das visitas, são o José Pinheiro e Glória I e II.

Antes se faz necessário explanarmos algumas considerações sobre os bairros, especificamente, os bairros das visitas realizadas e acompanhadas pela pesquisadora, visto que a presença de crianças e adolescentes nestas áreas de risco são oriundas, também de outros bairros, que segundo o relatório do Ruanda (2012) tem como os principais: José Pinheiro, Monte Santo, Nova Brasília, Centenário, Santa Terezinha, Catolé, Pedregal, Monte Castelo, Glória I e II, Araxá, Santo Antônio, além dos Municípios de João Pessoa (capital do Estado da Paraíba) e Queimadas (que faz parte da região metropolitana de Campina Grande). Esses bairros são considerados de classe baixa, a exceção do bairro do Catolé, que é de classe média alta. Entretanto, neste último bairro, há um contraste que se configura pela presença de uma comunidade de classe baixa no centro. Podemos identificar na maioria desses bairros a concentração de uma população pauperizada, sendo os trabalhos direcionados na sua grande maioria, para a mão-de-obra desqualificada, ou seja, um “trabalho braçal”. No centro da cidade, os catadores de materiais recicláveis identificados são provenientes desses bairros, incentivando algumas crianças e adolescentes a praticarem, também, essas atividades. Com a exceção do Pedregal, os outros bairros acima mencionados ficam localizados próximos ao centro da cidade, facilitando a locomoção desses indivíduos.

Após as visitas domiciliares, alguns aspectos foram elucidados, visto que, adentrar nos bairros e adentrar nas famílias que residem nesses espaços e da onde as crianças e adolescentes são oriundos, permitiu-nos destrinchar algumas complexidades eminentes desta problemática. Porém, antes de minuciar sobre as visitas domiciliares, acredita-se ser interessante discorrer sobre a extensão das suas casas, a escola. Na visita realizada a escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Zuleide Cavalcante Porto, que fica localizada no bairro Glória II, onde alguns desses infanto-juvenis identificados nas áreas de risco estudam, alguns problemas foram relatados pela assistente social da respectiva escola, ocasionados por estes mesmos sujeitos. As situações relatadas direcionam-se tanto para uso de substâncias psicoativas no espaço escolar, como para o ato sexual e violências entre eles, ressaltando que, a escola só funciona no período diurno, devido, em primeiro lugar, ao público alvo, uma vez que oferece ensino até o nono ano, ou seja, a maioria dos alunos possui idade inferior a 15

anos, não podendo estudar a noite; e, em segundo lugar, devido a esses problemas acima mencionados, que, segundo a assistente social, no período noturno tende a se intensificar. Contudo, e ainda de acordo com a assistente social da referida escola, o grande problema direciona-se a irregularidade da frequência escolar, uma vez que essas crianças e adolescentes passam às vezes, dias e dias sem aparecerem, pois estas se encontram nas áreas de risco da cidade, principalmente, no centro e no seu entorno. A escola parece, também, não saber lidar com esses indivíduos, visto que, não oferecem atrativos mais interessantes que a rua, contudo, é importante ressaltar que isso não é um problema só dessa escola, mas de um sistema escolar que encontra dificuldades para acompanhar as mudanças da sociedade.

Ao visitar as famílias, algo que se evidencia é a precarização social que se encontram. Se os bairros são identificados como classe baixa, as residências dessas crianças e adolescentes “conseguem” localizar-se nas áreas mais vulneráveis, em becos, ruelas, com infraestrutura das mais precárias, onde, para conseguirmos chegar nessas moradias que encontram-se nesses espaços, faz-se necessário possuir um equilíbrio corporal, para ultrapassar as barreiras que são “comuns”, como, os esgotos que correm a céu aberto. A estrutura física das residências dessa população infanto-juvenil é mínima, casas pequenas, que tornam-se menores ainda devido a quantidade de indivíduos morando no mesmo espaço. Devido a isso, a sala torna-se, também, quartos, camas e colchões por todo lado, indivíduos por todos os espaços. A higiene domiciliar, ou a faltadela, também desperta a atenção, evidenciando a falta de cuidados em torno deste ambiente que deveria fornecer o aconchego para que essas crianças e adolescentes não necessitassem buscar novos espaços.

Portanto, é na estrutura familiar que a problemática tende a se intensificar. Há uma desestruturação familiar que ultrapassa o caráter econômico (sendo este influente, também), que não se constitui na “estrutura ideal”, desenvolvida por Ferreira (2001). Acreditando-se piamente que esse “novo modelo familiar” não implicará de forma incisiva nesse desarranjo, mas o que torna-se fator fundamental para inserção dessas crianças e adolescentes nessas áreas de risco é a falta de interesse dos adultos familiares em proteger, cuidar desses jovens. Há uma desestruturação familiar dessa população infanto-juvenil que se encontra nesses espaços, estando mais direcionada com drogas, práticas ilícitas dos pais, ausência destes, abandono dos parentes, dentre outros, do que pela estrutura tida como “ideal”. Explanaremos a seguir sobre alguns desses aspectos.

As drogas, uma epidemia que há décadas vem ocasionando destruição em vários âmbitos, tem na família o seu primeiro foco de destruição, seja por essa população infanto-juvenil que passa a usar essas substâncias (causando discordâncias entre pais e filhos), seja

pelos pais (alto nível de destruição) que são usuários. E, há uma constante no uso dessa substância por pais e responsáveis desses indivíduos. De todas as famílias visitadas e da maioria atendida pelo Ruanda, às drogas são algo presente, direcionando para outras problemáticas, como as práticas ilícitas. A grande maioria dessa população infanto-juvenil possui nas suas famílias algum caso relacionado a práticas ilícitas dos pais, sendo muitas vezes deixados aos cuidados dos avós ou parentes próximos. Ressaltando que, alguns só possuem como referência a mãe, visto que a grande quantidade de pais não assume os seus filhos. Quando são as mães as praticantes desses atos, os filhos são “jogados” para serem criados pelos avós, tios, tias, ocasionando conflitos, na maioria dos casos, fazendo com que essa população busque as ruas como forma de libertar-se desses conflitos.

Sendo considerados incapazes, os pais que perdem a guarda de seus filhos ou abandona-os, “simplesmente”, estão implicando na inserção de crianças e adolescentes em outros espaços familiares, com regras e hábitos muitas vezes distintos dos que estavam habituados, gerando conflitos, que ocasionam a fuga (muitas vezes, consentidas) para espaços onde, aparentemente, denota-se liberdade. Esses espaços são os espaços públicos das áreas centrais da cidade, no caso, de Campina Grande, onde, indivíduos que anseiam pelas mesmas necessidades, formam grupos e, a partir desses “laços”, criam maneiras de viverem/sobreviverem. A rua torna-se a “válvula de escape”, como bem discorre Giustina (2001, p.39):

Nessa viagem pelas ruas da cidade nossos pensamentos voam para as casas, os apartamentos, os barracos... E a pergunta recai sobre a família. A família e sua estruturação, cujas relações têm ligação direta com o equilíbrio emocional de seus membros. Quando existem relações afetivas com os pais, o espaço da rua não é o fim, talvez um meio de sustento familiar, mas voltar para casa sempre vai valer a pena. Outras vezes, quando a rua aparenta ser a solução, como resposta de fuga à violência doméstica, essa mesma rua coloca um “pare”. Ela é uma segunda, terceira, quarta... rejeição.

As ruas, praças, parques, local dos transeuntes, de encontros e desencontros, tornam-se a moradia e o território de (sobre)vivência da maioria das crianças e dos adolescentes, tornam-se a liberdade e a possibilidade de fugir dessas violências domésticas.

4.2 Sociedade: como os campinenses “encaram” esta problemática social

Existe um problema social que ocorre no espaço urbano, das médias e grandes cidades, que se refere à presença constante de crianças e adolescentes em áreas de risco, e isso já foi exaustivamente mencionado ao longo do estudo. Portanto, ao elaborarmos este

subitem, direcionar-nos-emos para uma análise dos cidadãos campinenses, frente a essas frequentes presenças, as quais se podem identificar em várias áreas da cidade. Questionamos desta maneira: até que ponto precisamos nos insensibilizarmos diante de tais fatos? Um dos grandes teóricos brasileiros, Paulo Freire (1989, p.26), discorre sobre a necessidade de objetivarmos o objeto, para compreendermos a realidade e a problemática referente à presença dessas crianças e adolescentes em situação de risco, em especial, ao afirmar que:

Por isso, precisamente, por causa disso é que há uma diferença fundamental entre dar-mos conta e procurar conhecer os fatos, as coisas. Quando se procura conhecê-los, se toma distância dos fatos e das coisas, se pergunta sobre eles. E isso que, em linguagem mais técnica se chama de OBJETIVAR O OBJETO. Isto é, a pessoa se detém diante dele e diz: o que é a caneta? Nesse momento, a mente muda de atitude, muda de postura, muda de posição com relação ao comportamento da mente no normal, no cotidiano. Quer dizer, a mente se enquadra numa posição de quem quer conhecer. A mente se prepara toda na “curiosidade” diante do objeto. Ela “se arrepia”, se “emociona” diante do objeto. Ela pergunta. Ela indaga. Esta não é a posição normal da mente na cotidianidade. Se o fosse não tinha quem aguentasse.

Destarte, ao objetivarmos o objeto, ou seja, ao direcionarmos os olhos para esta população infanto-juvenil que encontra-se marginalizada por um sistema que garante os direitos a uma minoria, estaríamos dando o primeiro passo para transformarmos esta situação. Transformaríamos a insensibilidade dos fatos em sensibilidade e, através desta sensibilidade, elaboraríamos ações que poderiam ser efetivadas e, se não solucionassem os fatos, poderiam amenizá-los. Portanto, direcionar o olhar para esses indivíduos como sujeitos que estão sendo vitimados por um sistema seletivo/excludente, e não como “merecedores” desta situação, dar-se-ia um passo decisivo, para, por exemplo, elaborações de políticas públicas objetivando solucionar esta problemática (fotografias 23 e 24). Estaríamos, portanto, diante de uma sociedade humanista, ou seja, que busca melhorias para o mundo, e não diante de uma sociedade humanitarista, que realiza algum “benefício”, pois será beneficiado, também, pelo Estado ou pela sociedade, como ressalta Freire (1989).

Fotografias 23 e 24: Adultos “ignoram” a presença dessas crianças e adolescentes, que frequentam e fazem uso de substâncias psicoativas nas praças.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

Na pesquisa realizada “*in loco*”, onde foram aplicados 440 questionários, alguns questionamentos foram direcionados para a percepção desta problemática. E o resultado obtido foi algo surpreendente de modo positivo, visto que, se partimos da análise de Freire (1989), no qual o primeiro passo seria objetivar o objeto, a sociedade campinense, “parece” já ter consciência deste problema social, pois 59% evidenciaram que a mais de três anos têm percebido a presença dessas crianças em áreas de risco, 18% corresponde aos que acreditam que faz em média dois a três anos que tem notado constantemente a presença desses e 23% dos entrevistados tem notado a menos de um ano a presença dessas crianças e adolescentes em situação de risco. Podemos, a partir dessas informações, desenvolver duas linhas de raciocínio, que poderão esclarecer esta crescente percepção dos cidadãos de Campina Grande diante desta problemática.

Uma primeira linha de investigação direciona-se para uma preocupação, seguida de uma informação que a sociedade possui, na qual essas crianças e adolescentes que encontram-se nas ruas, praças, parques e semáforos da referida cidade são sujeitos de direitos. Destarte, encontrar esses indivíduos nessas áreas de risco, vai de encontro à política-legislativa, elaborada até então, para proteção integral dessa população infanto-juvenil. Há uma conscientização que esses espaços não são apropriados para esses indivíduos, estando estes em constante risco social e pessoal. Desta maneira, e corroborando para a ideia acima

descrita, no último ponto do questionário, no qual são instigados a pensarem sobre de quem a responsabilidade da retirada dessa população dessas áreas de risco, 72% da população, que participou de forma aleatória da pesquisa, evidenciou que cabe a família, a sociedade e aos Governantes elaborarem políticas públicas que garantam efetivamente os direitos desses indivíduos que encontram-se a margem da sociedade.

Uma segunda linha de investigação que correlaciona para os resultados obtidos, parte do pressuposto dos riscos que essa população infanto-juvenil pode oferecer para a sociedade como um todo. O Jornal da Paraíba, um dos maiores meios de comunicação do Estado (impresso), de forma agressiva, explana sobre esta problemática, tendo trazido como matéria de capa (02/06/2013), o seguinte título: “Adolescentes ameaçam população em Campina: grupos assaltam quem está com veículo parado nos semáforos ou nos pontos de ônibus”. Na matéria, são relatados alguns atos infracionais referentes a essa população infanto-juvenil que encontra-se em situação de risco, ressaltando a preocupação dos comerciantes, já que muitos desses menores praticam pequenos furtos. Desta maneira, a preocupação da sociedade campinense não se direciona ao bem-estar desses indivíduos marginalizados ou a uma preocupação de garantir os seus direitos, mas aos problemas, medos e violência que essas crianças e adolescentes podem causar. Essa situação descrita, infelizmente, não se restringe apenas a Campina Grande, porém, temos um aparato político-legislativo que materializa-se em programas, que podem amenizar essas situações de descaso social.

4.3 Fatores favoráveis à fixação dos sujeitos nas áreas de risco:

Essas crianças e adolescentes, ao avistarem nas ruas, praças, parques e semáforos a possibilidade de vivenciarem novas aventuras, “usufruírem” de “bens” (visto que terão como conseguir dinheiro), de escaparem das regras, limites, violências, que muitas famílias tendem a cometer, de poderem usufruir dessa “liberdade”, encontram nesses espaços um campo favorável para que possam ter poder de decisão sobre o que fazer, como fazer e a que horas fazer. Controlando as próprias escolhas de suas vidas e iludidos com todos esses atrativos que essas áreas de risco podem oferecer, sentindo-se “dono de si”, essa população infanto-juvenil que recebe influências dos adultos que compartilham dos mesmos espaços, é direcionada para caminhos mais cruéis e violentos dos que estavam inseridos. As ruas, parques, praças e semáforos possuem um “ar” de liberdade, no entanto, uma liberdade vigiada com a qual muitas crianças e adolescentes se iludem. Se a princípio a rua significa liberdade, como anteriormente mencionado, esta irá oferecer também a essa população infanto-juvenil, os

atrativos direcionados as drogas, as práticas ilícitas, a violência, aos abusos, ao medo, enfim. A seguir, discorreremos sobre três fatores presentes, constantemente, na vida desses indivíduos juvenis que vivem/sobrevivem nessas áreas de risco.

4.3.1 Drogas

Fotografia 25: Crianças e adolescentes consumindo substâncias psicoativas na Praça Clementino Procópio.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

É sabido que, para adentrarmos nesta problemática, se faz necessário elucidarmos sobre algumas características dessas substâncias psicotrópicas, que se tornaram problema de saúde no Brasil, como em demais países, causando inúmeros desarranjos sociais. Na realidade das crianças e dos adolescentes que encontram-se em situação de risco na área urbana de Campina Grande, em especial, nos semáforos, praças, parques, e principais ruas comerciais do centro, a presença dessas substâncias torna-se algo frequente e de fácil aquisição, induzindo muitos destes ao consumo. Mas, que substâncias psicotrópicas são essas? Como são adquiridas? Qual a frequência de uso? Para compreendermos essas substâncias, seus efeitos e consequências de um uso exacerbado, por essa população infanto-juvenil, recorreremos ao Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), do Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo, onde existe uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, biólogos, farmácia-bioquímica e medicina, sendo esses profissionais responsáveis por elaborarem materiais direcionados a problemática das drogas, constituindo o público alvo os estudantes, os meninos de rua, o consumo domiciliar, enfim, direcionando-os para elaboração e publicação de materiais que apresentam, além de dados

estatísticos, as causas e efeitos dessas substâncias, e algumas publicações direcionadas especificamente para o consumo por parte das crianças e adolescentes nas capitais brasileiras que encontram-se em situação de rua.

Destarte, a CEBRID define as drogas psicotrópicas como sendo “aquelas que atuam sobre nosso cérebro, alterando de alguma maneira nosso psiquismo” (livreto informativo – CEBRID). Dentre estas, e ainda de acordo com o Centro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas, há uma subdivisão, sendo: as Depressoras (álcool, soníferos, ansiolíticos, opiáceos, inalantes ou solventes); as Estimulantes (anorexígenos e a cocaína); e os Perturbadores (mescalina, maconha, psilocibina e o lírio). Desta maneira, e voltando à realidade das crianças e dos adolescentes que se encontram em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande, dentre as drogas mencionadas anteriormente, as do grupo Depressoras são as constantemente usadas por essa população, em especial os inalantes ou solventes, com destaque para o “thinner”. Essas substâncias “**diminuem** a atividade de nosso cérebro, ou seja, **deprimem** seu funcionamento, o que significa dizer que a pessoa que faz uso desse tipo de droga fica “desligada”, “devagar”, “desinteressada pelas coisas” (grifo originam do texto, CEBRID – folheto).

Embora não possamos afirmar com dados estatísticos a quantidade exata de crianças e adolescentes que fazem uso de drogas ilícitas, e dentre estas quais as mais usadas, a partir das observações realizadas “in loco”, a constatação não é nada animadora. Dessa população infanto-juvenil que encontra-se nas praças e parques, bem como nos semáforos, principalmente, na prática da mendicância, o uso de drogas é generalizado. As exceções correspondem às crianças e aos adolescentes que “ajudam” os pais na coleta de materiais recicláveis, bem como os vendedores de balões coloridos e panos de prato. Desta maneira, podemos concluir que os indivíduos não são só influenciados pelo contexto no qual estão inseridos, no caso, pelo contexto das ruas, mas há uma questão direcionada a família que, também, é bastante importante. Os menores que territorializam esses espaços, com a funcionalidade de comercializar, ou seja, que trazem para as ruas produtos, comprados pelos seus pais ou responsáveis, bem como os catadores de materiais recicláveis, possuem a responsabilidade de levarem para suas residências algum valor, que irá corresponder à quantidade de produtos vendidos ou a quantidade de materiais recicláveis recolhidos. “Assim, embora o tema central do levantamento seja o consumo de drogas, muitas delas ilícitas, a maior ‘ilegalidade’ constatada parece ser o contexto social que favorece a situação de rua nas capitais brasileiras”. (Levantamento Nacional do Uso de Drogas: livro, p.28).

Dentre as crianças e adolescentes que fazem uso das substâncias psicotrópicas, o “thinner” é a substância que prevalece nas praças e parques dessa pesquisa. Assim, acredita-se ser importante elucidar algumas características desta droga, visto que, desta maneira, estaremos descrevendo as atitudes/práticas dessa população infanto-juvenil, a qual o estudo se delimitou. Como já foi mencionado em parágrafos anteriores, o “thinner”, segundo estudo do CEBRID, é uma droga psicotrópica, que adentra no grupo dos depressores, caracterizando-se por ser um solvente ou inalante. Segundo CEBRID, em seu livreto informativo (2010):

A palavra **solvente** significa substância capaz de dissolver coisas, e **inalante** é toda substância que pode ser inalada, isto é, introduzida no organismo através da aspiração pelo nariz ou pela boca. Em geral, todo solvente é uma substância altamente volátil, ou seja, evapora-se muito facilmente, por esse motivo pode ser facilmente inalado. (Grifo original do texto).

Por possuírem efeito rápido, variando entre 15 a 40 minutos, os indivíduos que fazem uso dessa substância, necessitam estarem constantemente inalando, para manterem-se no efeito da droga. No caso da população infanto-juvenil que encontra-seem situação de risco no espaço urbano de Campina Grande, eles fazem uso da substância de duas formas. Uma primeira maneira e a mais usada, corresponde à utilização de embalagens plásticas, mais precisamente, a utilização de garrafas de água mineral de 500 ml. Esses indivíduos colocam nesse recipiente 100 ml (aproximadamente), o que corresponde, popularmente, a dois dedos de thinner e aproximam a abertura da garrafa à boca e passam horas e horas neste processo. Alguns deles chegam a misturar com o thinner, pastilhas e chicletes, sabor limão, para a inalação ser mais “prazerosa”. A outra forma de consumir essa substância entre estes indivíduos pode ser com buchas, essas buchas automotivas, que são mergulhadas no thinner e depois da bucha encharcada, levam à boca ou aproximam ao nariz. Nessa segunda forma de inalação, os efeitos parecem ser mais rápidos e mais agressivos, chegando alguns destes a delirarem. Ainda de acordo com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, são quatro as fases detectadas após a inalação dessa substância (Livreto Informativo, p.17):

- **Primeira fase:** a chamada **fase de excitação, que é a desejada**, pois a pessoa fica eufórica, aparentemente excitada, sentindo tonturas e tendo perturbações auditivas e visuais. Mas podem também aparecer náuseas, espirros, tosse, muita salivação e as faces podem ficar avermelhadas.
- **Segunda fase:** a **depressão** do cérebro começa a predominar, ficando a pessoa confusa, desorientada, com a voz meio pastosa, visão embaçada, perda do autocontrole, dor de cabeça, palidez; ela começa a ver ou ouvir coisas.

- **Terceira fase: a depressão aprofunda-se** com redução acentuada do estado de alerta, incoordenação ocular (a pessoa não consegue mais fixar os olhos nos objetos), incoordenação motora com marcha vacilante, fala “engrolado”, reflexos deprimidos, podendo ocorrer processos alucinatórios evidentes.
- **Quarta fase: depressão tardia**, que pode chegar à inconsciência, queda da pressão, sonhos estranhos, podendo ainda a pessoa apresentar surtos de convulsões (“ataques”). Essa fase ocorre com frequência entre aqueles cheiradores que usam saco plástico e, após um certo tempo, já não conseguem afastá-lo do nariz e, assim, a intoxicação torna-se muito perigosa, podendo mesmo levar ao coma e à morte. (Grifo original do texto).

A inalação desses solventes irá atingir principalmente o cérebro, e, com o passar do tempo, os usuários vão perdendo a capacidade de memorização, bem como de concentração, e acredita-se que esses efeitos tornam-se muito mais agressivos quando o uso da substância é feita por crianças e adolescentes, visto que encontram-se ainda na fase de desenvolvimento. Apesar de todos os males causados por essa substância, esta apresenta uma síndrome de abstinência menos agressiva do que drogas como crack, cocaína, dentre tantas outras. Devido a isso, acredita-se piamente que as políticas públicas implementadas em Campina Grande, direcionadas a essa população infanto-juvenil que encontra-se em situação de risco, deveriam atuar de forma veemente nesta fase, evitando assim que esses passassem a utilizar drogas mais agressivas e destruidoras. Contudo, o Estado procura solucionar esta problemática social, utilizando de ações truculentas que são cometidas por seus policiais, como se esta situação de rua, que corrobora, para o uso de drogas, fosse caso unicamente de polícia.

Durante a pesquisa realizada “*in loco*”, presenciou-se uma abordagem policial que, desrespeitando os educadores sociais do Programa Ruanda que se encontravam presentes, bem como ignorando a sociedade, utilizou-se da violência, não física, para reprimir esses usuários infanto-juvenis que encontravam-se na Praça Clementino Procópio, como se essa repressão fosse resultar em algo positivo. Os policiais que encontravam-se em um grupo de três, utilizando bicicletas, abordaram esses indivíduos, verbalizaram de forma agressiva, afim de reprimi-los, ou, ao menos, tentar reprimi-los, tomando suas garrafas que encontravam-se com a substância psicotrópica, o thinner, derramando-o e jogando as garrafas no lixeiro da praça. Após a saída desses policiais, antes mesmo que estes desaparecessem do campo visual, as crianças e adolescentes que se encontravam na praça foram rapidamente nas lixeiras, recuperaram as garrafas, direcionaram-se para outro espaço da praça (menos movimentado) e, em média, cinco minutos depois, retornaram com as mesmas substâncias e continuaram a fazer uso delas. Quando questionados, “quem compra o thinner?” “E onde?”, estes indivíduos

são enfáticos a não revelarem, pois sabem do risco que correm caso essa informação ultrapasse aquele território e cheguem às autoridades competentes.

Nas praças e parques do centro da cidade de Campina Grande, como podemos encontrar indivíduos de várias faixas etárias, de vários gêneros, e com histórias de vidas as mais complexas, sendo a grande maioria relacionada com práticas ilícitas, criminais, o envolvimento desses adultos com essa população infanto-juvenil tornar-se, para o primeiro grupo, interessante, visto que estes podem elaborar estratégias de sobrevivência, instigando através das drogas essas crianças e adolescentes a praticarem. Ou seja, apesar dessa população infanto-juvenil se organizar em grupos, territorializando os espaços das praças e parques, há necessidade destes, também, manterem uma relação “cordial” com os adultos que disputam áreas desses espaços, para que desta maneira possam ter como conseguir as drogas, em especial, o thinner, que usam. Há um jogo de interesse entre esses adultos e essa população infanto-juvenil, sendo os primeiros indivíduos formadores de grupos “mistos”, nos quais os jovens abaixo dos dezoito anos significam a possibilidade de conseguirem realizar alguns furtos, assaltos, de conseguirem dinheiro sem necessariamente correr algum “risco” e, por meio das drogas, conseguem aliciar essa população juvenil. E há o interesse também, desses grupos formados por crianças e adolescentes em manterem “contato” com os adultos, pois a facilidade de conseguirem o thinner que sustentam seus vícios, faz com que estes consigam lidar com as dificuldades das ruas.

Isto posto, e após as pesquisas realizadas “in loco”, observar-se que há uma necessidade do uso dessas drogas para amenizar as condições sub-humanas das ruas, das famílias, dessa sociedade excludente e cruel. Há alguns fatores sociais que podem ser considerados para compreendermos o consumo exacerbado das drogas, como bem ressalta o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (p.32):

Dentro de uma perspectiva macrossocial, o consumo de drogas entre essa população pode ser encarado como um comportamento que denuncia às condições que favorecem a situação de rua. Entram em questão todos os fatores sociais estruturais anteriormente mencionados, como a pobreza, as condições da família, da educação, entre outros.

Poderíamos elencar dois grupos, ou melhor, duas formas de chegarem às ruas, correlacionando com as drogas. O primeiro grupo, que não corresponde à realidade estudada, são crianças e adolescentes, sendo a maioria adolescentes, que possuem condições financeiras razoáveis, contudo, fazem uso de drogas, devido alguns motivos, como, curiosidade, influência, conflitos familiares, enfim, e, devido ao crescente consumo, acabam saindo das

suas casas e indo morar nas ruas. É o segundo grupo, que corresponde diretamente aos sujeitos estudados, estando essa direcionada a fatores estruturais da família, da sociedade, dentre outros, que acabam “jogando” esses indivíduos nas ruas, parques, praças, semáforos, onde, estes para (sobre)viverem veem esses espaços como saída imediata. Quando adentram esses espaços, anteriormente mencionados, encontram outros sujeitos que estão na mesma situação que este se encontra; há uma parceria que surge das similaridades sociais. Contudo, para conseguirem ultrapassar as dificuldades gritantes das ruas, essas populações infanto-juvenis buscam nas drogas a “válvula de escape” para tantas atrocidades, e acabam adentrando em um caminho do qual, poucos voltam. Entretanto, é válido ressaltar que, essa conclusão parte de uma perspectiva macro, visto que, e apesar de ser uma minoria (e que não correspondem a todos os sujeitos identificados nas praças e parques), os que enfrentam essas diversidades das ruas de “cara limpa”, sem utilizar de substâncias ilícitas.

Destarte, essas condições sociais ou a falta de condições sociais que garantam a essa população infanto-juvenil proteção integral, ou seja, alimentação, saúde, educação, lazer, enfim, não pode ser encarada como fator paralisante, autoexplicativo, e por isso, sem solução. A problemática referente às crianças e adolescentes em situação de risco, como usuários de substâncias psicotrópicas, não podem se perder em meio a essa sociedade contemporânea, imersa em competitividade e no consumismo. A sociedade, o Estado e a família, possuem responsabilidades diante dessa população, no qual foi/é garantido a partir de políticas-legislativas. Não podemos, nem devemos aceitar algumas ações pontuais que são direcionadas a esses indivíduos. A partir das observações “*in loco*”, podemos constatar que o thinner, como já mencionado em parágrafos anteriores, é a substância mais usada entre as crianças e os adolescentes que se encontram em situação de risco, e, de acordo com o CEBRID, as crises de abstinência são mais fracas do que outras drogas, assim, concluímos que o desligamento ou o não uso do thinner possa ser mais “fácil”. Contudo, na cidade de Campina Grande, não possuímos nenhum centro de referência que possa atender esses indivíduos, onde pudessem ser internados, ficando um determinado período, neste possível centro, até estarem totalmente desintoxicados, sendo “devolvidos” à sociedade. O que geralmente acontece é: a criança que se encontra em situação de rua e/ou adolescente começa fazendo uso de substâncias como thinner, cola, e, devido a não ter nenhum acompanhamento, ou uma política pública que se direciona para eles, acabam enveredando por drogas muito mais “pesadas” e que causam a destruição do indivíduo de forma mais rápida.

A cidade de Campina Grande – PB, apesar de ser uma das principais cidades interioranas do Nordeste, considerada uma cidade média, não conseguiu conciliar o

desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, repetindo as mesmas desigualdades comumente identificadas nos países periféricos. Há uma problemática veemente aos olhos de qualquer cidadão que queira “objetivar o objeto”, há um desenvolvimento político-legislativo que busca amenizar essas situações degradantes do ser humano que, no entanto, não passa de algumas soluções pontuais, que não englobam a maioria dos indivíduos. É sabido que necessitamos de maiores investimentos na área social, que, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente, garantam a proteção integral desses indivíduos.

4.3.2 Medo ou “territórios do medo”?

O que é o medo? É um sentimento complexo, no qual se distinguem claramente dois componentes: sinal de alarme e ansiedade. O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente, e a resposta instintiva do animal é enfrentar ou fugir. Por outro lado, a ansiedade é uma sensação difusa de medo e pressupõe uma habilidade de antecipação... A ansiedade é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo. (YI-FU TUAN, 2005, p.10).

A obra da qual foi retirada à citação anterior, compõe um dos clássicos da Geografia, sendo intitulada “Paisagens do Medo”, da qual o autor discorre sobre alguns medos enfrentados diariamente/constantemente por indivíduos. Contudo, e apesar de dedicar um capítulo ao “medo na cidade”, o autor “limita-se” a aspectos naturais, catástrofes que geram esse tipo de sentimento nos indivíduos. Entretanto, os dois componentes selecionados pelo autor para definir o que é o medo, pode ser facilmente identificado no espaço urbano, que é o sinal de alarme e a ansiedade da sociedade diante, muitas vezes, da presença de sujeitos em vulnerabilidade social e pessoal. Desta maneira, e diante dos elementos que compõe o medo acima citado, poderíamos fazer um link com a ideia desenvolvida por Beck (apud SOUZA, 2008, p.32), no qual este apresenta dois tipos de guerra, uma “guerra real (realerkrieg) e guerra sentida (gefühlterkrieg)”, ousando adaptar para um medo real e um medo sentido.

O medo real será constituído pelo risco diretamente apresentado, ou seja, implicará em uma ameaça de fato, diante do qual o indivíduo será instigado a ligar o “sinal de alarme”, permitindo elaborar estratégias de fuga, ou preparando-se para não reagir à ação. E, há um medo sentido, no qual o indivíduo não recebe de forma direta qualquer tipo de ameaça, contudo há um sofrimento que é gerado por uma “ansiedade”, que corresponde a um “pressentimento” de perigo. Portanto, é válido ressaltar que o medo sentido é resultado de um

medo real, que muitas vezes não foi vivenciado por aquele indivíduo, contudo, e devido, principalmente, ao terrorismo da mídia, tornar-se algo “comum”, e a qualquer momento, o indivíduo que carrega consigo este medo sentido, pode se ver como a próxima vítima.

Nos dias atuais, há uma presença constante de medo tanto nos espaços urbanos, quanto nos rurais. Pois, se antes o espaço rural era visto como bucólico lugar de paz, na contemporaneidade, perde este significado, passando a ser, também, um espaço de medo. Entretanto, o espaço urbano, sempre foi o mais afetado por este sentimento, devido, entre outros fatores, a concentração da população, bem como concentração de renda, direcionando os indivíduos a uma segregação sócio-espacial cada vez mais evidente. E, dentro do espaço urbano, os espaços públicos são os que mais simbolizam o medo dos indivíduos, uma vez que, são utilizados por sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade social e pessoal, como moradia, ponto de apoio, ponto de encontro com os demais sujeitos que se encontram na mesma situação - como é o caso das crianças e dos adolescentes que se encontram nas praças, parques, ruas e semáforos da cidade de Campina Grande, gerando medo na sociedade, que necessita utilizar essas áreas. Isto posto, acredita-se ser interessante explicar algumas considerações sobre espaço público, no qual, de acordo com Paulo César da Costa Gomes, há necessidade de compreendermos de antemão, o conceito de espaço geográfico, contudo, partiremos para definição de espaço público, recorrendo ao autor (GOMES, 2012, p.172):

Desse ponto de vista, um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais.

Destarte, o espaço público é materializado e depende das práticas e ações sociais que são desenvolvidas pelos indivíduos nessas áreas. Não havendo um controle dos indivíduos que adentram esses espaços, não possuindo (apesar de ser uma prática comum nos dias atuais, objetivando a diminuição do medo da sociedade em utilizar esses espaços) barreiras físicas que delimitem esses espaços, sendo construídos no ideário de um espaço que servira a todos da sociedade, os espaços públicos acabam servindo “exclusivamente” aos “excluídos” sociais. Esses espaços públicos constituem-se como palco das relações sociais dessas crianças e adolescentes que, a partir de relações de poder territorializam, transformando-o em abrigo/moradia, dominando-o. Ao dominar esses espaços públicos, no qual serão agregados a estes algumas funcionalidades grupais, essas crianças e adolescentes, por meio das intimidações ou, devido à “aparência”, na maioria dos casos, descalços, com roupas rasgadas e sujas, transformam esses territórios em “territórios do medo”, afastando a população

campinense dessas áreas e fazendo com que muitos destes evitem certas avenidas, em determinados horários.

Como bem alertara Sá e Cruz (2011), estaríamos diante de uma “psicoesfera do medo”? Um medo que é sentido, contudo, legítimo, que fundamenta-se nos dados estatísticos e barbáries que são cometidos diariamente, na qual a mídia tende a “marginalizar” ainda mais esses acontecimentos, surgindo telejornais que “roubam” das emissoras de TV aberta, mais popular entre os cidadãos, horas de programação, expondo esses fatos violentos e criminosos que acontecem na sua região e no país como um todo, de forma sensacionalista, acentuando um medo que já é veemente. Bauman(2008, apud SÁ e CRUZ, 2011, p.114), de forma perspicaz, define que o medo é “o que damos à nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance”. Sá e Cruz (2011, p.114) ainda acrescentam:

No entanto, segundo o supracitado autor, os humanos conhecem e agregam algo mais a esse sentimento: “uma espécie de medo de segundo grau, um medo, por assim dizer, social e culturalmente reciclado”, ou como denomina Hughes Lagrange (in Bauman, 2008:9), “um medo derivado” que guia seu comportamento depois de ter reformulado sua “percepção de mundo” e as expectativas que orientam suas opções de comportamento frente a ameaças imediatamente presentes ou não. Este medo pode ser concebido como um “resquício”, um trauma de uma experiência passada de enfrentamento “de uma ameaça direta”.

A presença constante de crianças e adolescentes em áreas de risco como praças, parques, semáforos e principais ruas do centro da cidade de Campina Grande, “desenvolvera” nos indivíduos uma “psicoesfera do medo”, que legitima-se a partir do momento que esses sujeitos utilizam-se de formas variadas de poder para territorializarem esses espaços. Há um crescente medo da sociedade em relação a essa população infanto-juvenil, em especial, quando estes passam a cometer alguns atos infracionais, que não fugindo a regra, tornam-se ligeiramente matéria de jornal. Na pesquisa realizada “in loco”, foram aplicados questionários que, dentre as perguntas, algumas foram direcionadas para o “tipo” de sentimento apresentado pela sociedade campinense quando estes avistam essas crianças e adolescentes nessas áreas de risco, discorreremos subsequentemente.

Os centros urbanos tornaram-se um “depósito” dos principais problemas sociais, visto que, são nas cidades que os maiores investimentos são direcionados, atraindo indivíduos para estes espaços, e, devido a um sistema contraditório, irá tornar as disparidades sociais mais acentuadas. Na cidade de Campina Grande, há uma constante presença de crianças e adolescentes em situação de risco, pois, encontram-se nas ruas, semáforos, praças e parques do

centro da referida cidade. Essa população que, territorializa esses espaços para (sobre)viverem afastado a sociedade campinense de algumas áreas. Essa população infanto-juvenil torna-se uma classe perigosa, corroborando para o que discorre Bauman (2009, p.22): “as novas classes perigosas são, ao contrário, aquelas consideradas incapacitadas para a reintegração e classificadas como não-assimiláveis, porque não saberiam se tornar úteis nem depois de uma ‘reabilitação’”. É desta maneira que muitos indivíduos enxergam essa população infanto-juvenil, como risco, a qual é impossível reintegrá-la a sociedade. Contudo, há evidências de disparidades quanto ao sentimento da população campinense diante desses sujeitos. E essa afirmativa é elucidada a partir do questionário aplicado, no qual, da população que participou da pesquisa, 68% foram do sexo feminino e 32% do sexo masculino, entretanto, 68% marcaram que o sentimento ao avistarem essa população em situação de risco é de “pena”, e 32% marcaram a opção “medo”. Dentro dos que sentem “pena” a maioria foi do sexo masculino (apesar destes serem minorias nos questionários), e a maioria dos indivíduos que marcaram a opção “medo”, correspondem ao sexo feminino. Portanto, é notória uma variação de gênero, quando relacionado ao sentimento diante desta problemática social, visto que a hipótese mais evidente é que as mulheres são as mais afetadas por essa população infanto-juvenil, pois, estes sentem-se mais “confortáveis” ao abordarem pessoas do sexo feminino, devido, principalmente, a estas esboçarem menos reação diante de tais práticas.

Outro questionamento feito à população campinense referiu-se a “consciência” da presença de crianças e adolescentes em áreas de risco, no qual 91% assinalaram que tem percebido a presença desses sujeitos, e 9% assinalaram que não percebem esses sujeitos nas áreas de risco. Dentro dos que percebem a presença dessa população infanto-juvenil, 59% confirmam que estes se fazem presentes a mais de três anos nessas áreas da cidade. Contudo, algumas contradições são veementes, para exemplificarmos o exposto, retomaremos os dados referentes ao sentimento da sociedade campinense diante desses sujeitos, no qual a “pena” foi o mais assinalado. Entretanto, quando questionados sobre a “necessidade” de evitarem certas áreas da cidade, devido exatamente a essa população “excluída”, os resultados são quase unânimes, sendo 72% os indivíduos que evitam essas áreas de risco. Assim sendo, o sentimento é de “pena”, contudo, a maioria dos indivíduos campinenses evitam essas áreas; isto é, no mínimo, contraditório. Constatando que o imperativo do medo termina predominando.

Essa população infanto-juvenil, ao buscar essas áreas de risco no espaço urbano, que em um primeiro momento pode aparecer de forma atraente para esses sujeitos, possui no

cerne a sua sobrevivência. Ao territorializarem esses espaços, a partir de relações de poder, que refletiram nos grupos “rivais”, que buscam, também, territorializarem esses espaços, essa população infanto-juvenil precisa, para conseguir tornar-se superior aos outros indivíduos, impor-se, mesmo que os meios para consegui-los, sejam agressivos, violentos, de medo, enfim. Como ressalta Bauman (2005, p.161) “a sobrevivência é o nome do jogo da convivência humana, e que o derradeiro propósito da sobrevivência é sobreviver aos outros”. Assim, a necessidade de tornar esses territórios, em “territórios do medo”, uma vez que, possa ser considerado como uma ferramenta a mais para manterem os espaços já conquistados, os seus territórios.

4.3.3 Violência

“Diz-se violento o rio que tudo arrasta, mas não se dizem violentas as margens que o oprimem” (BERTOLT BRECHT apud ROSA, 2005, p.15).

Segundo a mesma autora, essa frase foi adotada pela Associação Rede de Rua, a qual elucida as dificuldades e violências sofridas por segregados sociais, de várias faixas etárias e gêneros, como bem acrescenta:

Utilizada nas duas últimas décadas como expressão da dramaticidade da situação em que vivem milhares de pessoas no Brasil e, mais especificamente, na cidade de São Paulo. Ela é também expressão da luta de numerosas entidades e organizações sociais, para desnudar as construções ideológicas que buscam culpabilizar os indivíduos por situações que são de responsabilidade social, com raízes profundas no modelo econômico adotado pelo País nas últimas décadas.

O recorte espacial da análise é o Estado de São Paulo, porém, poderia estar relatando qualquer outro Estado da Federação, pois este é um problema que pode ser identificado em várias cidades. Sendo os indivíduos responsabilizados pela sociedade por sua situação de vulnerabilidade social e pessoal, refletindo no Estado, uma vez que, sem a mobilização dos cidadãos, este tende a permanecer “neutralizado”, esquivando-se de suas responsabilidades, elucidadas na Constituição Federal de 1988. Vários são os tipos de violência vivenciados por essas populações de rua. Quando as análises direcionam-se para crianças e adolescentes, há uma crescente violação dos direitos, que ultrapassam o caráter físico da violência. Temos, portanto, um Estado, uma sociedade, famílias, que são omissos diante desta população infanto-juvenil, contribuindo para que esses indivíduos sofram variados tipos de violência.

É comum relacionarmos violência a agressões físicas, a fatores que causa lesões corporais, que são visíveis a partir de hematomas, fraturas, feridas, enfim. Apesar deste tipo de violência ser comum entre essa população infanto-juvenil, há outros tipos que são comumente relegadas há segundo plano, que é a violação dos direitos, que englobam vários outros componentes. Destarte, é interessante alertarmo-nos para esses outros tipos de violência que, como a física, causa profundas feridas. Desta maneira, concorda-se com Giustina (2001, p.31) quando menciona que “a violência é covardia e as marcas ficam na sociedade”. Há uma negligência social diante desses indivíduos, que não causa “mal-estar”, visto que, a sociedade encontra-se indiferente a tais problemáticas. Portanto, visualizar crianças de sete, oito anos, como acontece no espaço urbano de Campina Grande, sendo usuários de thinner, onde localizam-se em espaços de maior fluxo, ou seja, não se escondem, transforma-se em algo “natural”, sem solução, crianças e adolescentes jogados a própria sorte. A sociedade não compreende, ou, não quer compreender que esses indivíduos estão sendo violados, pois, há um aparato político-legislativo que garante a proteção integral a estes. Portanto, não garantir os direitos a essa população infanto-juvenil constitui-se em uma das violências mais agressivas e cruéis que a sociedade pode praticar.

Quando não se prioriza de forma absoluta essa população infanto-juvenil a sociedade, bem como o Estado e a família, “comporta-se” de forma violenta com esses indivíduos, negando-lhes o direito à educação, à saúde, ao lazer, dentre outros. Desta forma, esse tipo de violência torna-se mais enfática, pois, estará implicando diretamente na formação mental e física desses indivíduos, uma vez que, são sujeitos em fase de desenvolvimento. Entretanto, os cidadãos, o Estado e a família, agravam a situação quando negam a responsabilidade diante desses sujeitos, e culpa-os por tais problemas, como se estes fossem responsáveis por todas as desigualdades sócio-econômicas, estando territorializando esses espaços por opção, escolha própria. É claro que, há exceções, ou seja, alguns sujeitos, que são levados pelo uso de substâncias psicoativas, acabam “optando” por esses espaços, contudo, isso não é a regra. Com o crescente aumento de crianças e adolescentes frequentando as praças, parques, semáforos e as principais ruas do centro da cidade de Campina Grande, são direcionados a estes sujeitos o crescente índice de violência cometidos nos referidos espaços. Ou seja, são responsabilizados pela acentuada violência desses espaços, nos quais os cidadãos acabam invertendo os papéis; as crianças e adolescentes deixam de serem vítimas e passam a serem os culpados pelo “caos” urbano.

Isto posto, é importante ressaltar que não é intenção do estudo “inocentar” essas crianças e adolescentes que encontram-se nesses espaços, tornando-os vítimas, totalmente

inocentes, sem astúcia, que não comentem nenhum tipo de ato infracional. O que se buscou elucidar é que, se essa população infanto-juvenil a partir de suas ações transformam cidadãos em vítimas, estes antes disso, são vítimas do sistema e da falta de compromisso do Estado, da sociedade e da família. E essa situação passa a ser “verdade absoluta” quando os principais meios de comunicação do Estado da Paraíba noticiam de forma violenta/agressiva esses fatos. Para exemplificarmos o exposto, recorremos a uma matéria publicada no Jornal da Paraíba (impresso) no dia 02/06/2013, trazendo este na capa uma imagem de crianças (aparentemente) e na legenda a seguinte descrição: “EM CAMPINA: Centro vira área de medo com crianças e adolescentes praticando assaltos nos pontos de ônibus. Semas nem sempre consegue resgatá-los das ruas”. Temos, portanto, meios de comunicação que não só acentua, mas tendem a generalizar essas crianças e adolescentes, apresentando-os como marginais (mesmo sabendo que o termo utilizado para esses sujeitos é pejorativo, infringindo a lei), causadores de todas as violências cometidos no centro da referida cidade.

Esta matéria tem continuidade na página direcionada à “cidade”, trazendo como subtítulo, “Adolescentes ameaçam população em Campina: Grupos assaltam quem está com veículo parado nos semáforos ou nos pontos de ônibus”. Na matéria que segue, a colunista Déborah Souza apresenta a fala de dois dos responsáveis (que estão à frente de Programas e Instituições) pela proteção das crianças e adolescentes, que seriam o promotor da Infância e da Juventude, Herbert Targino e o coordenador do Programa Ruanda, Francisco Miguel, bem como os responsáveis por “garantir” a segurança, o comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM), o tenente-coronel Souza Neto. De acordo com a colunista, o promotor Herbert Targino discorre sobre esta problemática, afirmando que:

... São grandes as reclamações de assaltos e pequenos furtos praticados por adolescentes em pontos de ônibus e praças da cidade. Sobre isso, ele informou que também conversou com representantes da Delegacia da Infância e Juventude. Na visão do promotor, o adolescente que for flagrado praticando atos infracionais precisa responder, dentro do que a legislação determina no caso dos menores de idade.

Em relação ao Ministério Público (MP), Herbert disse que o órgão continuará a cobrar e acompanhar de perto a intensificação das políticas em prol desses jovens.

Os assaltos e pequenos furtos cometidos por essa população infanto-juvenil nas principais áreas do centro da cidade de Campina Grande são algo concreto, portanto, esses sujeitos não são os únicos responsáveis (talvez, os menos responsáveis) por essas práticas violentas, como, algumas matérias tendem a direcionar esta problemática. Uma das principais

hipóteses levantadas é que, por a maioria dessas paradas de ônibus se localizarem nas praças centrais e por serem esses mesmos espaços territorializados por esses grupos de crianças e adolescentes, no qual muitos destes possuem adultos infiltrados, os atos infracionais nessas localidades tornam-se mais “fáceis” (Fotografias 26 e 27). O comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar disse que:

... A polícia tem feito a sua parte, disponibilizando uma base de apoio na Praça da Bandeira, contando com sete PMs que ficam à disposição da população nas ruas. Além disso, duas equipes da Rotam também circulam pela região central patrulhando a área.

O problema, salientou Souza Neto, é que mesmo sendo pegos em flagrante e responsabilizados pelos crimes, o que nem sempre acontece, a maioria desses jovens são menores de idade e em curto espaço de tempo estão de volta às ruas. Para o comandante, é necessário maior apoio das entidades parceiras que atuam junto a esses jovens realizando trabalhos sociais.

Fotografias 26 e 27: A imagem do lado direito corresponde a Praça da Bandeira e a imagem do lado esquerdo, à Praça Clementino Procópio.



Fonte: Renata da Silva Barbosa, 2013.

É importante e interessante à última parte da fala do comandante, visto que, este compreende que necessitamos muito mais do que um aparato policial para diminuirmos esses atos violentos que amedrontam a sociedade campinense, necessitamos de políticas sociais eficientes, necessitamos que a família, a sociedade, o Estado (na forma de Instituições, Programas, Leis) assumam suas responsabilidades diante dessa população infanto-juvenil. Contudo, vale ressaltar que os posicionamentos desses indivíduos, que garantem os direitos desses sujeitos infanto-juvenis, apresentam-se muitas vezes de forma “conformável” diante dessas situações. Para compreendermos o exposto, basta analisarmos a fala do coordenador do

Ruanda, discorrendo este sobre os assaltos, “infelizmente a gente tem que entender essa realidade e se preparar para isso” (Jornal da Paraíba, 02/06/2013).

O outro tipo de violência que comumente direciona-se para as crianças e adolescentes refere-se a atos infracionais, cometidos em semáforos, que geralmente, localizam-se em torno do centro da cidade em estudo. Contudo, há controvérsias diante destes fatos mencionados pela mídia, visto que, alguns casos pontuais foram identificados. O que ocorre com frequência nos semáforos e que causam o “medo sentido” é a presença de crianças e adolescentes territorializando esses espaços, muitas vezes, maltrapilhos, o que para sociedade que circula por esses espaços significam uma constante ameaça. Outro fato intimidador é que, como essa população infanto-juvenil, que constrói os seus territórios nesses espaços, utiliza-se de práticas como, limpadores de para-brisas, malabaristas, pedintes, no qual, esperam/pedem desses indivíduos dinheiro, causam frisson na população quando estes optam por não contribuírem.

Por fim, é interessante elucidar que os atos de violência identificados durante o período de observação “*in loco*”, referem-se às crianças e adolescentes versus a sociedade, e da sociedade versus essas crianças e adolescentes. Ou seja, as crianças e os adolescentes que se encontram nessas situações de risco, constroem os seus territórios a partir de relações de poder, assim sendo, a violência é um dos fatores pouco utilizados entre eles. Pelo contrário, quando participam do mesmo grupo, estes apresentam relações de proteção um com o outro, laços, que tornam-se fundamentais para conseguirem sobreviver em meio a tantas desigualdades e injustiças sociais. Corroborando para a definição do território, que é construído a partir de relações de poder, que difere da violência, uma vez que, o poder é construído e pertence ao grupo, e a violência é utilizada como uma ferramenta, quando encontra-se este grupo em vias de perder o poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é constituído pelo entrelaçamento de vários agentes sociais, onde peculiaridades emergem a partir da apropriação diferenciada do solo, devido as diferentes formas com o qual é construído pelos sujeitos e suas ações. Devido a esses processos de apropriação e maiores investimentos do capital, a cidade tornar-se um espaço diferenciado, onde as desigualdades sociais emergem com maior veemência. Sendo conduzido por um sistema seletivo/excludente, o espaço urbano será o palco das maiores contradições sócio-econômicas, delimitando o espaço de cada um nessa sociedade. Um espaço que é construído a partir de relações de poder, sendo constituído assim, em várias escalas e criado por diferentes atores sociais, ou seja, os sujeitos que habitam os espaços urbanos constantemente estarão imersos em processos, em relações de poder, que os direcionam para uma categoria geográfica, definida como território.

O território, assim como outras categorias geográficas, bem como o objeto da própria ciência, teve no transcurso de sua história momentos de exaltação e momentos que foi relegado há segundo plano, ou seja, no princípio da ciência geográfica há um movimento constante de elevar um estudo (categoria) em detrimento de outro. Desta maneira, a concepção de território foi direcionada por muitas décadas por um viés naturalizante, fruto das ideias do responsável por “popularizar” o termo, Friedrich Ratzel. Por isso, há necessidade de compreendermos o estudo do território neste período, para que possamos ultrapassar as lacunas que por muitos anos esteve intrinsecamente ligado ao termo em estudo.

Destarte, para aprofundarmos os debates em torno dos territórios construídos nos espaços urbanos, em especial, no espaço urbano de Campina Grande – PB, se faz necessário retornarmos ao cerne da questão do território. É sabido e já foi exaustivamente mencionado no estudo que segue que Ratzel é reconhecido na ciência Geográfica por apresentar conceitos que estão diretamente relacionados com a sociedade e as condições ambientais, estudos esses que são comuns nos dias atuais. Devido a essas análises “futuristas”, Ratzel foi reconhecido como um estudioso que trouxe “ventos de renovação” para a ciência, sendo considerado por muitos estudiosos da área como um dos principais responsáveis por um revigoramento sistemático da Geografia Moderna.

Friedrich Ratzel teve sua formação inicial na geologia, o que esclarece os motivos de suas análises mais naturalizantes. Os seus estudos não foram importantes apenas para ciência geográfica, mas este teve destaque em outras áreas de estudo, como por exemplo, a Economia, a Antropologia, dentre outras. Entretanto, e devido ao contexto em que este

encontrava-se imergido, foi sendo direcionado para uma Geografia do Estado, ou seja, que legitimasse a expansão do estado Alemão. Isto posto, Ratzel defendia uma ligação entre a sociedade e seu território, ou seja, da sociedade com o solo, havendo a necessidade de defender essas áreas. O território seria compreendido assim, como um substrato material, o solo (*boden*).

Assim, e apesar de definir o território como solo, naturalizando-o, Ratzel foi decisivo para o desenvolvimento da categoria, pois, uma das suas grandes e importantes contribuições foi interligar o conceito a objetivos políticos, direcionando-o para o Estado e a necessidade de manter solos (territórios) conquistados, assim, justificando o poder ou há necessidade de deter o poder, para conquistar e manter os territórios (solo). Destarte, é ligando o território ao Estado que esse irá constituir-se por um viés político, sendo necessário compreender as relações sociais e, conseqüentemente, as relações de poder que estará intrínseco. Portanto, talvez o equívoco cometido pelo respectivo autor foi apresentar o Estado como a única “fonte” de poder, aniquilando as relações sociais.

Entretanto, dois componentes são fundamentais para que possamos identificar os territórios, que seriam o espaço e o poder. O território é resultado desses dois elementos, onde, os atores sociais são responsáveis pelas ações, que podem ser identificadas nas mais variadas escalas. Poderíamos então, analisar o poder como um conjunto de mecanismos e ações, sendo este propriedade de um grupo de indivíduos, onde as reivindicações, estratégias, vontades/desejos, serão definidas de acordo com o grupo, delimitando suas áreas de atuação, impondo-se sobre outros grupos a partir do seu poder. É neste contexto que os territórios são construídos, a partir de relações de poder.

É sabido que muitas foram as correntes de pensamentos que estiveram relacionadas com o conceito, na qual sempre acrescentava um elemento de análise a mais, sem excluir totalmente com as concepções anteriores. Portanto, acredita-se que o poder foi o único elemento que conseguiu perpassar as décadas, contudo, foi sendo identificado não apenas em escalas macro (Estado), mas em várias escalas, em várias relações sociais. Temos, portanto, na contemporaneidade uma concepção de território relacionado diretamente as relações sociais, no qual possuem no cerne da questão relações de poder, ou seja, o território poderia ser identificado como um campo de força, onde, para delimitar suas áreas, os atores sociais utilizam-se do poder, territorializando-os em diferentes escalas e possuindo funcionalidades distintas. No espaço urbano, esses territórios não serão identificados como um “mosaico”, mas como territórios que sobrepõem outro. Destarte, um único espaço pode apresentar territórios diferenciados.

Os “territórios dos excluídos” que foram identificados na cidade de Campina Grande – PB referem-se, no estudo que segue, aos grupos marginalizados de crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco no espaço urbano da referida cidade, principalmente, nas áreas centrais e seu entorno, que correspondem às praças, parques, semáforos, e ruas centrais. E, esse estudo é possível devido a debates/discussões epistemológicas que ultrapassaram os ranços das demais correntes, apresentando o território como multiescalar e multitemporal na contemporaneidade. Portanto, foram identificados quatro territórios: os territórios dos semáforos, os territórios das praças (centro), os territórios do Açude Novo (Parque Evaldo Cruz) e os territórios nas principais ruas comerciais (centro). Contudo, o fio condutor que direcionou todo o estudo parte da perspectiva que, se o poder é inerente a toda relação, e um elemento fundamental para conceitualizar o território é o poder, então, de forma consciente ou não, os indivíduos que estiverem atuando de forma a controlar/dominar o espaço estarão territorializando-o.

Os territórios acima mencionados possuem algumas características similares, que corroboram para uma abrangente definição dos mesmos. A princípio, é interessante ressaltarmos o caráter cíclico que os territórios das praças, parques, semáforos e ruas centrais possuem. Pois, essas crianças e adolescentes que vivem/sobrevivem nesses espaços urbanos estão em constante movimento, mudando sempre que é possível de área. Contudo, sempre impulsionados pela necessidade de adquirir algo que os faltam, geralmente, drogas ou alimentos. Sendo oriundos de bairros de classe baixa e possuindo uma conjuntura familiar “desarranjada”, é “comum” escutarmos, frequentemente, histórias de vida que parecem se repetir. Crianças e adolescentes que são “jogados” a própria sorte, por pais e responsáveis que não conseguem identificar nesses indivíduos a necessidade que estes possuem para desenvolverem, tanto mental como fisicamente. Não possuindo este aparato emocional/físico/mental nas suas residências, muitas crianças e adolescentes buscam espaços que possam (sobre)viverem e, principalmente, “fugirem” das violências que são cometidas por adultos, responsáveis legais desses indivíduos. A rua, os espaços públicos, apresentam-se a essa população infanto-juvenil como a possibilidade de uma liberdade que, em um primeiro momento apresenta-se como encantadora, mas que na realidade é cruel e desumana.

Dentro desse contexto, e almejando serem mais um sobrevivente do sistema excludente e seletivo, no qual encontramos-nos inseridos, essas crianças e adolescentes se juntam em grupos para conseguirem se impor diante de outros. Desta maneira, esses indivíduos, na busca incessante por “melhorias”, irão delimitar seus espaços de abrangência e atuação, a partir, principalmente, da funcionalidade que estes direcionam para esses espaços,

territorializando-os. Temos, portanto, dentro destes territórios a formação de dois grupos que direcionam valores/concepções diferentes para o que entendem de “melhorias”. O primeiro grupo é constituído pelos catadores de reciclagens, vendedores de pano de prato, vendedores de buchas automotivas e balões coloridos, onde os territórios são constituídos com a finalidade de conseguirem vender os seus produtos e quando alcançam o valor estimado retornam para suas moradias, ou seja, esses espaços que são territorializados possuem uma funcionalidade, que é marcada por tempos diferenciados. E o segundo grupo, que é formado por crianças e adolescentes que territorializam esses espaços a partir da prática da mendicância, os limpadores de para-brisas, os pedintes. Estes, além de territorializarem os espaços para conseguirem capital necessário para seu consumo, veem esses espaços públicos como moradia, um lar. A funcionalidade direcionada para esses territórios é diferente da dos demais, contudo, a forma de territorializar possui pilares similares.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, c1970.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução Eliane Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida em Fragmentos: sobre a ética pós-moderna**. Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2011.
- BARBOSA, R. da Silva. ALVES, R. K. Menezes. ALVES, R. Menezes. NEVES, A. Maria. **Gestão e Planejamento de áreas tombadas: um estudo de caso da rua Maciel Pinheiro, Campina Grande – PB**. In: Encontro Nacional dos Geógrafos. Belo Horizonte – MG: Anais, 2012.
- BARBOSA, R. da Silva. **Território e Territorialidade: uma análise de crianças e adolescentes nos semáforos da cidade de Campina Grande – PB**. Monografia. Campina Grande, 2011.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CANDIOTTO, L. Z. Pessoa. SANTOS, R. Alves. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.
- CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a campina burguesa. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz(org): **Imagens Multifacetadas da história de campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação, 2000. p.58-77.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, P. C. Costa. CORRÊA, R. Lobato. (orgs): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FILHO, Severino Cabral. **Modernização, Cotidiano e Cultura Material em Campina Grande – PB (1930 – 1950)**. Revista: Projeto História, V 40, 2010.
- FERREIRA, Tânia. **Os Meninos e a Rua: uma interpelação à Psicanálise**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Impresso no Brasil, 2007, 24ª edição.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Tradução: Eduardo Brandão. Revisão da tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educadores de Rua uma abordagem crítica: alternativas de atendimento aos meninos de rua**. Colombia: Editora Gente Nueva, 1989.

GIUSTINA, Pe. Joacir Della. **Crianças, adolescentes e a violência**. Crianças, adolescentes e violência: subsídios à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Cadernos ABONG. Nº29, novembro de 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. BECKER, Bertha K. (orgs): **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MORAES, A. C. Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ed. ÁTICA, 1990.

MORAES, A. C. Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PRANKE, Charles Roberto. **Direito à Assistência Social**. Crianças, adolescentes e violência: subsídios à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Cadernos ABONG. Nº29, novembro de 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ed. ÁTICA, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

RIBEIRO, M. Angelo. Apresentação. In: ANGELO, Ribeiro (org): **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002.

RIBEIRO, M. Angelo. MATTOS, R. Botelho de. Territórios da Prostituição de Rua na Área Central do Rio de Janeiro. In: ANGELO, Ribeiro (org): **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002.

ROSA, Cleisa M. Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

RONALDO, Antônio. **Crianças que mendigam em CG precisam ‘bater metas’**. Jornal Correio da Paraíba, Campina Grande – PB, sexta-feira, 05 de abril de 2013.

SÁ, Alcindo José. CRUZ, Luciana Maria. **“Medo Urbano” e suas novas formas geográficas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

SÁ, Maria Braga de. **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande na redeurbana paraibana**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1986, p.187-199.

SÁ, Maria Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. IN:GURJÃO, Eliete de Queiroz(org): **Imagens Multifacetadas da história de campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Ed. EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton. BECKER, Bertha K. (orgs): **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. SOUSA, M. Adélia de. SILVEIRA, M. Laura. (orgs): **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec – ANPUR, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v.22, n.43, p.55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida. Raízes Históricas de Campina Grande. IN:GURJÃO, Eliete de Queiroz. (org): **Imagens Multifacetadas da história de campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação, 2000.

SILVA, J. Carlos. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: ANGELO, Ribeiro (org): **Território e Prostituição na MetrÓpole Carioca**. Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002.

SILVA JUNIOR, Geraldo Francisco da. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In: OLIVEIRA, Roberto VÉras de (org). **Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande: EDUEP; EDUFCG, 2009.

SOUZA, Déborah. **Adolescentes ameaçam população em Campina**. Jornal da Paraíba, Campina Grande – PB, domingo, 02 de junho de 2013.

SOUZA, M. Lopes. **A Prisão e a Àgora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. Lopes. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. Alessandri. SOUZA, M. Lopes. SPOSITO, M. E. Beltrão. (org): **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

SOUZA, M. Lopes. “Territórios” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. Aurelio. SPOSITO, E. Savério (Orgs): **Territórios e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

SOUZA, M. Lopes. **Fobópole:** O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, P. C. Costa. CORRÊA, R. Lobato. (orgs): **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do Medo.** Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Sites acessados:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201873>. Acesso em: 13 jun. 2013.

COSTA, Antonio Carlos G. [10/07/2000]. **Memória Roda Viva.** Entrevista concedida a Paulo Markun. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/629/entrevistados/antonio_carlos_g_da_costa_2000.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

Drogas Psicotrópicas. CEBRID. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.cebrid.epm.br/index.php>. Acesso em: 02 de set. 2013.

IBGE. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250400&search=paraiba|campina-grande>. Acesso em: 05 de agosto 2013.

NOTO, Ana Regina et al. **Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua nas 27 capitais Brasileiras.** CEBRID, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.cebrid.epm.br/index.php>. Acesso em: 22 de set. 2013.

SEMAS (Secretária de Assistência Social). Campina Grande – PB. Disponível em: <http://campinagrandedpb.com.br/administracao/secretarias/assistencia-social/>. Acesso em: 30 de set. 2013.

APÊNDICES



Nossas Crianças merecem o melhor!



RUANDA
Construindo
Cidadania



Campina Grande
Poderes Municipais



O que é o Ruanda?

O Ruanda é um programa destinado às crianças e adolescentes que vivem nas ruas em situação de risco pessoal e social, onde, através da Educação Social, busca-se assegurar os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90).

Objetivos do Ruanda:

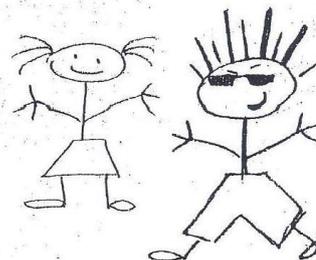
- Atender os meninos e meninas que vivem nas ruas de Campina Grande;
- Propiciar a inclusão familiar e comunitária dessas crianças, assegurando-lhes a utilização dos serviços públicos adequados;
- Oferecer atividades sócio-culturais, educativas e de lazer nas ruas e praças da cidade;
- Realizar encaminhamentos de meninos e meninas às famílias e programas de atendimento no município;
- Realizar acompanhamento familiar através de visitas domiciliares.

Quem é e o que faz o educador social de rua?

Os educadores sociais formam uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores de nível médio, e atuam junto às crianças, adolescentes e seus familiares, com atividades sócio-psicopedagógicas, realizando os encaminhamentos necessários e acompanhamento sistemático, contribuindo para sua reinserção familiar e comunitária.

Áreas de Atendimento

- Ruas Centrais
- Avenida Canal
- Parque Açude Velho
- Açude Velho
- Parque do Povo
- Parque da Criança
- Centro



Campina Grande
Poderes Municipais



CORREIO DA PARAÍBA

CAMPINA GRANDE, SEXTA-FEIRA, 05 DE ABRIL DE 2013

Jornalismo com ética e paixão Fundador: Teotônio Neto ★ Ano: LIX ★ Nº 243 ★ www.correiodaparaiba.com.br

R\$ 1,50

Crianças que mendigam em CG precisam 'bater metas'

ANTÔNIO RONALDO

★ Projeto orienta que a população não dê dinheiro



Equipe do projeto Ruanda aborda garoto que pede esmolas no Centro de Campina Grande. As crianças são exploradas pelos pais

Crianças que pedem esmolas nas ruas de Campina Grande precisam 'bater metas'. Sob orientação dos pais, elas conseguem até R\$ 100 por dia. A constatação é da coordenação do projeto Ruanda, que está mapeando a mendicância infantil. Os membros do projeto orientam as pessoas a não darem dinheiro. Pág. B-6

Medicamento aumenta em até 6,31%

O reajuste no preço dos medicamentos foi autorizado ontem pelo Governo Federal, entre 2,7% e 6,31%, com variação de acordo com a participação dos gené- ricos por categoria. Já uma pesquisa divulgada pelo Ibope mostra que o consumo no Nordeste deve ficar em R\$ 323,92 por habitante, este ano. Págs. A-14 e B-3

Mauro Lourenço Dias

* Engenheiro eletrônico

É hora de reagir

Estudo feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o Brasil está em xeque no tabuleiro do comércio exterior. Embora o governo federal tenha baixado quase 20 pacotes desde a eclosão da crise financeira internacional em 2008, nada foi suficiente para alterar um quadro de declínio na participação do País no comércio global.

Nem mesmo a redução de juros e a manutenção do dólar na casa dos R\$ 2,00 foram fatores capazes de mudar esse quadro preocupante. O resultado disso é que está cada vez mais difícil vender

e serviços. Isso significa que cada vez haverá menos espaço para os produtos manufaturados brasileiros.

É hora, portanto, de reagir e estabelecer um plano estratégico para a reinserção do Brasil no comércio exterior, a partir da eleição do diplomata Roberto Azevêdo para a direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que se pode dar com a reativação das negociações iniciadas há mais de uma década entre Mercosul e União Europeia. E quem sabe com a assinatura de outros acordos de livre-comércio ou de preferências tarifárias, a exemplo daqueles

José Márioc

O talento n Manoel

Não conheço Manoel Cirne pessoalmente. Conheço o filho do prefeito Municipal Severino Bezerra Cabral, onde, ao lado de Donato, Manoel Cirne encantou os presentes com suas interpretações de imortais chorinhos brasileiros. Manoel Cirne, ainda adolescente, de apenas catorze anos, já é um músico musical, transitando do cavaquinho para o

NOVO QUOCIENTE ELEITORAL vai acirrar briga por

Eleição deve contar com 190 mil votos a menos, para terror dos deputados. Projeção se dá por possíveis abstenções n

MAGNUS MENEZES



EM CAMPINA. Centro vira área de medo com crianças e adolescentes praticando assaltos nos pontos de ônibus. Semas nem sempre consegue resgatá-los das ruas **Página 11**

Adolescentes ameaçam população em Campina

Grupos assaltam quem está com veículo parado nos semáforos ou nos pontos de ônibus

Déborah Souza

Quem anda pelas ruas de Campina Grande, principalmente na região central da cidade, já deve ter percebido o grande número de crianças, e adolescentes que costumam abordar quem está com o carro parado no semáforo ou à espera de um ônibus em diversos pontos da cidade. A forma violenta como têm agido preocupa a população, que se sente cada vez mais ameaçada.

É o caso de um porteiro de 49 anos que na última quarta-feira foi agredido por um jovem na parada de ônibus da Praça Clementino Procópio. Segundo Francisco Leandro da Silva, o acusado aparentava ter entre 18 e 20 anos e encostou-se nele para anunciar

Forma violenta como as crianças e adolescentes têm agido preocupa a população que anda pelas ruas centrais de CG

o assalto. O rapaz começou a procurar objetos no bolso da vítima, que reagiu e o derrubou no chão para que ele não o roubasse. Após cair, o jovem lançou contra o rosto do porteiro um solvente (thinner) que ele trazia dentro de uma garrafa. O líquido feriu os olhos de Francisco, que passou quase quatro dias sem conseguir enxergar. Felizmente, ele foi medicado e a expectativa dos médicos é de que ele não fique com nenhuma seqüela.

Porteiro de uma escola particular que funciona no Centro da cidade, Francisco conta que essa foi a primeira vez que alguém tentou assaltá-lo. Apesar disso, ele relata que todo final de tarde, quando espera o ônibus no local, encontra um grupo de adolescentes circulando pela praça para roubar bolsas e pertences pessoais de vítimas mais vulneráveis, como mulheres e jovens.

Ainda segundo o porteiro, os atos infracionais de adolescentes não se restringem a praça em questão. Da portaria da escola onde ele trabalha, Francisco disse já ter visto muitas vezes garotos e garotas abordando vítimas ou praticando pequenos furtos em estabelecimentos comerciais. "Pelo Centro a gente sempre vê esses jovens abordando as pessoas para pedir dinheiro

ou até mesmo para assaltar. Também já vi várias vezes pequenos grupos entrando em farmácias e lojas para pegar as coisas e depois sair correndo", afirmou.

Já o promotor da Infância e da Juventude Herbert Targino declarou que recentemente esteve reunido com membros da Secretaria da Ação Social de Campina Grande para cobrar a intensificação das atividades voltadas para essa camada da sociedade. Na visão de Herbert, é preciso que o município invista na política social como forma de convencer os garotos e garotas a sair da criminalidade. Para ele, esses adolescentes precisam ter limites, questão que deve passar pela advertência dos pais. Herbert argumenta que são eles os maiores

responsáveis pela educação dos filhos e devem ter controle sobre os atos deles.

Ainda segundo Herbert são grandes as reclamações de assaltos e pequenos furtos praticados por adolescentes em pontos de ônibus e praças da cidade. Sobre isso, ele informou que também conversou com representantes da Delegacia da Infância e Juventude. Na visão do promotor, o adolescente que for flagrado praticando atos infracionais precisa responder, dentro do que a legislação determina no caso dos menores de idade.

Em relação ao Ministério Público (MP), Herbert disse que o órgão continuará a cobrar e acompanhar de perto a intensificação das políticas em prol desses jovens.

O que diz a polícia

✓ Sobre a questão da segurança na região central, onde se concentram a maioria desses jovens, o comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM), tenente-coronel Souza Neto, disse que a polícia tem feito a sua parte, disponibilizando uma base de apoio na Praça da Bandeira, contando com sete PMs que ficam à disposição da população nas ruas. Além disso, duas equipes da Rotam também circulam pela região central patrulhando a área.

✓ O problema, salientou Souza Neto, é que mesmo sendo pegos em flagrante e responsabilizados pelos crimes, o que nem sempre acontece, a maioria desses jovens são menores de idade e em um curto espaço de tempo estão de volta às ruas. Para o comandante, é necessário maior apoio das entidades parceiras que atuam junto a esses jovens realizando trabalhos sociais.



LOCAL. Adolescentes costumam se reunir na Praça Clementino Procópio

Semas realiza trabalho

Na tentativa de oferecer um futuro diferente a esses jovens, a Secretaria Municipal da Assistência Social (Semas) realiza, através do projeto Ruanda, um trabalho voltado para a conscientização de crianças e adolescentes com o objetivo de convencê-los a mudar de vida. A equipe do projeto, composta por 26 profissionais, dentre eles psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, está diariamente nas ruas tentando levar esses jovens para abrigos ou direcioná-los a projetos sociais da Prefeitura, mas nem sempre obtém sucesso no trabalho, que engloba moradores de rua com idade entre 0 e 18 anos.

Conforme o coordenador do Ruanda, Francisco Miguel, em uma média de cada 10 jovens abordados pela equipe apenas um aceita a ajuda de profissionais. "Em caso de resistência nós não temos muito o que fazer além de conversar, pois a lei não nos permite obrigar esses jovens a sair das ruas. A maioria deles ganha

dinheiro vivendo nessas condições e por isso não querem mudar de vida. Eles acham que são autossuficientes e nós estamos os atrapalhando", relatou. Mesmo assim, pontuou ele, o projeto continua atuando com a mesma intensidade, pois cada criança ou adolescente que aceite mudar vida já é uma vitória para a equipe.

Ainda sobre o caso dos adolescentes que são vistos diariamente nas ruas praticando pequenos crimes, Francisco disse que esse número tende a aumentar no período junino, uma vez que com a proximidade da festa adolescentes tendem a vir de outros municípios para Campina Grande com o objetivo de conseguir dinheiro fácil. "Infelizmente a gente tem que entender essa realidade e se preparar para isso", salientou. Em relação ao caso do porteiro atingido pelo solvente, ele disse que é um caso isolado, pois não tem conhecimento que abordagens desse tipo ocorram com frequência na cidade.